



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

CAMILA RODRIGUES DA CRUZ

**FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA/AL: UM
ESTUDO SOBRE A FÁBRICA DA PEDRA NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO**

São Cristóvão/SE

2024

CAMILA RODRIGUES DA CRUZ

**FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA/AL: UM
ESTUDO SOBRE A FÁBRICA DA PEDRA NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe – UFS, como requisito à obtenção do título de Mestrado em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Rocha dos Santos.

Área de Concentração: Produção e Organização do espaço.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento.

São Cristóvão/SE

2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Cruz, Camila Rodrigues da
C957f Formação socioespacial da cidade Delmiro Gouveia/AL : um estudo sobre a Fábrica da Pedra na configuração do espaço urbano / Camila Rodrigues da Cruz ; orientadora Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2024.
155 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Geografia econômica. 2. Indústria têxtil – Delmiro Gouveia (AL). 3. Espaço em economia. 4. Territorialidade urbana – Delmiro Gouveia (AL). 5. Desindustrialização – Delmiro Gouveia (AL). I. Santos, Ana Rocha dos, orient. II. Título.

CDU 911.3:33(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado
em Geografia de **Camila Rodrigues da Cruz**.

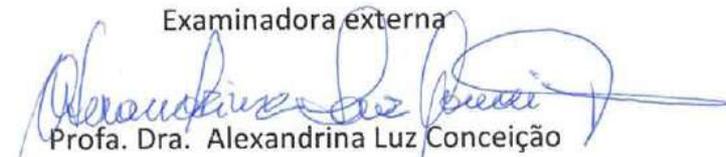
Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, com início às quatorze horas, realizou-se no auditório do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO, localizado na Didática II, 1º andar, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão-SE, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de **Camila Rodrigues da Cruz**, intitulada: "FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE DELMIRO GOUVEIA/AL: UM ESTUDO SOBRE A FÁBRICA DA PEDRA NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO." A defesa foi presidida pela Professora Doutora Ana Rocha dos Santos, que na qualidade de presidente, abriu a sessão pública e passou a palavra para a mestranda proceder à apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelas Professoras Doutoras Suana Medeiros Silva e Alexandrina Luz Conceição que arguíram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Ana Rocha dos Santos, na condição de orientadora, teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 30 de agosto de 2024.

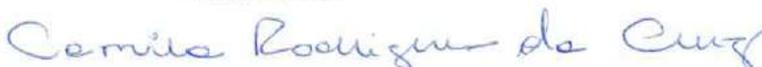

-Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos
Orientadora e presidente da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br SUANA MEDEIROS SILVA
Data: 06/09/2024 17:01:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Suana Medeiros Silva
Examinadora externa


-Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição
Examinadora interna

Camila Rodrigues da Cruz
-Mestranda-



CAMILA RODRIGUES DA CRUZ

**FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA/AL: UM
ESTUDO SOBRE A FÁBRICA DA PEDRA NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO**

Aprovada em: 30/08/2024

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe à seguinte Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Ana Rocha dos Santos – Orientadora
Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS

Prof.^a Dr.^a. Suana Medeiros Silva
Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão/UFAL

Prof.^a Dr.^a. Alexandrina Luz Conceição
Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS

A minha família e a todos/as ex-trabalhadores/as da antiga Fábrica da Pedra, e moradores/as delmirenses participantes desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria Rodrigues dos Santos pelo apoio em todas as situações difíceis, e pela força de sempre.

À minha irmã Wellyda Rodrigues da Silva e a minha sobrinha Isys Valentina Rodrigues dos Santos, por todo carinho.

À minha avó, Maria Odetina Rodrigues dos Santos por sempre ter nos ajudado na vida.

A Fernando Emmanuel pelo companheirismo, paciência e ajuda em todo processo de escrita desta pesquisa.

Às minhas amigas, Fernanda Telles, Shayanne Lopes e Samara Farias, e amigos Leonardo Telles, Marcos Antônio, Gabriel Batista, e Eduardo Neório.

A todos os amigos e amigas que estiveram comigo durante a Pós-graduação, em especial Catharina Pena, Bruno Leandro e Lucas Ribeiro pelos momentos compartilhados.

Ao caro amigo Wagner Santos, por toda ajuda com a produção de mapas para essa pesquisa e incentivo acadêmico de sempre.

Ao grupo de Pesquisa em Estudos Urbano - Regionais, Política e Educação GRUPE - Ufs/ Campus São Cristóvão.

À minha orientadora Prof.^a Dr^a Ana Rocha dos Santos, a quem sou imensamente grata pelos ensinamentos e pela atenção que me foi dada durante todo o processo de escrita e desenvolvimento desta pesquisa, cuja orientações foram cruciais e alentadoras.

À banca examinadora por aceitar o convite e fazer parte desse momento tão importante, à Prof.^a Dr^a Alexandrina Luz Conceição e à Prof.^a Dr^a Suana Medeiros Silva, gratidão pelas contribuições realizadas desde a qualificação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos/as ex-trabalhadores/as da antiga Fábrica da Pedra, e moradores/as da cidade de Delmiro Gouveia, que contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa, cuja participação foi substancial para compreensão da referida cidade.

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA/AL: UM ESTUDO SOBRE A FÁBRICA DA PEDRA NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

RESUMO

O estudo sobre a formação socioespacial da cidade Delmiro Gouveia (1914-2017) demanda a análise processual da constituição da cidade, que teve na instalação da Fábrica da Pedra o elemento definidor das relações sociais e econômicas impressas no espaço urbano dessa cidade do interior do estado alagoano. Foi investigada a configuração da cidade com a instalação da fábrica e após o encerramento das atividades, fato que desencadeou mudanças de forma e conteúdo na organização do espaço, assim como, na vida dos moradores e dos trabalhadores. Entende-se que a atuação da Fábrica da Pedra durante o período que esteve funcionando entre os anos de 1914 e 2017, mais de um século, é indispensável para a análise das relações sob as quais a cidade Delmiro Gouveia/AL teve sua constituição. O recorte temporal foi definido a partir da instalação da indústria têxtil, em Pedra (em 1914), fundada pelo cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, e após o fechamento dessa unidade fabril, em 2017. Para tanto, através da pesquisa qualitativa, objetivou-se analisar a formação territorial de Delmiro Gouveia, assim como as conexões que explicam o lugar dessa cidade na expansão capitalista na região Nordeste e no Brasil. Os resultados da pesquisa revelam que as interferências sobre o espaço que corresponde nos dias atuais à cidade de Delmiro Gouveia, se inscrevem no cenário de exploração do sertão alagoano e nordestino, tendo em vista a subordinação ao capital no processo de desenvolvimento histórico da economia brasileira – externamente e internamente. Com essa pesquisa, espera-se ter contribuído para a compreensão da produção capitalista do espaço, considerando como a cidade em questão foi inserida no processo de acumulação do capital no início do século XX, momento em que se redesenhou a divisão internacional do trabalho e, por extensão, também se alterou o modo como a reprodução do capital se realiza internamente no Brasil.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; Delmiro Gouveia; Indústria têxtil; Relações de poder.

SOCIO-SPATIAL FORMATION OF THE CITY OF DELMIRO GOUVEIA/AL: A STUDY OF THE FÁBRICA DA PEDRA IN THE CONFIGURATION OF URBAN SPACE

ABSTRACT

The study of the socio-spatial formation of the city of Delmiro Gouveia (1914-2017) requires a process analysis of the constitution of the city, which had in the installation of the Fábrica da Pedra the defining element of social and economic relations imprinted on the urban space of this city in the interior of the State of Alagoas. This research studies the configuration of the city from the installation of the factory and after its closure, a fact that triggered changes in form and content in the organization of space, as well as in the lives of residents and workers. Furthermore, this paper understands that the activities of the Fábrica da Pedra during the period of its operation between 1914 and 2017, more than a century, are indispensable for the analysis of the relations that formed the city of Delmiro Gouveia/AL. The period was defined from the establishment of the textile industry in Pedra (in 1914), founded by Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, from Ceará, and after the closure of this factory in 2017. The aim of this qualitative research was to analyze the territorial formation of Delmiro Gouveia, as well as the connections that explain the city's place in the capitalist expansion in the Northeast and Brazil. The results of the research show that the intervention in the space that today corresponds to the city of Delmiro Gouveia is part of the scenario of exploitation of Alagoas and the Northeastern Sertão, considering the subordination to capital in the process of historical development of the Brazilian economy — externally and internally. With this research, we hope to have contributed to an understanding of the capitalist production of space, considering how the city in question was inserted into the process of capital accumulation at the beginning of the 20th century — when the international division of labor was reshaped and, consequently, changed the way in which the reproduction of capital was done internally in Brazil.

Keywords: Production of urban space; Delmiro Gouveia; Textile industry; Power relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa de Localização do Município Delmiro Gouveia – AL.....	19
Figura 02: Mapa do Percurso da EFPA.....	27
Figura 03: Estação da Pedra, da Estrada de Ferro Paulo Afonso, em segundo plano, a Fábrica de Linhas, em 1916.....	28
Figura 04: Prédio da antiga Estação da Pedra.....	29
Figura 05: Delmiro Gouveia em visita à Usina Hidrelétrica Angiquinho em 1913.....	33
Figura 06: Localização da Fábrica da Pedra e primeiros arruamentos.....	59
Figura 07: Localização dos novos empreendimentos em Delmiro Gouveia (2023).....	62
Figura 08: Complexo do Shopping Vida da Pedra em Delmiro Gouveia/AL.....	63
Figura 09: Loteamento Vila da Pedra – Delmiro Gouveia (2023).....	76
Figura 10: Fábrica da Pedra em (2023)	79
Figura 11: Shopping da Vila – Delmiro Gouveia (2023).....	80
Figura 12: Alagoas - Distribuição Territorial de Fábricas Têxteis 1901 e 1949.....	88
Figura 13: Exemplar de divulgação da Linha Estrella (1917)	90
Figura 14: Classificação do IBGE para hierarquização dos centros urbanos.....	109
Figura 15: Alagoas - Regiões de influência das cidades (2018).....	111
Figura 16: Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia - Alagoas (2017).....	114
Figura 17: Centro de Delmiro Gouveia em maio de 1994.....	118
Figura 18: Centro de Delmiro Gouveia em 2021.....	119
Figura 19: Equipamentos Públicos existentes na cidade de Delmiro Gouveia.....	121
Figura 20: Entroncamento das estradas AL 145 e BR 423 em (2021).....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Horários da Fábrica de Linhas da Pedra.....	40
Quadro 02: Principais processos produtivos do setor têxtil.....	84
Quadro 03: Divisão do estado de Alagoas em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
BNB	Banco do Nordeste do Brasil BA Bahia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEAL	Companhia Energética de Alagoas
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CPT NE	Comissão Pastoral da Terra Nordeste
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EFPA	Estrada de Ferro Paulo Afonso
PDPDG	Plano Diretor Participativo de Delmiro Gouveia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTB	Ministério do Trabalho
UFS	Universidade Federal de Sergipe
FINOR	Fundo de investimentos do Nordeste
FJN	Fundação Joaquim Nabuco
PE	Pernambuco
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA/AL	18
1.1 Experiências ferroviárias do Nordeste brasileiro: Estação de Pedra, da estrada de ferro Paulo Afonso (EFPA)	24
1.2 Delmiro Gouveia e o projeto urbano-industrial para Pedra	34
1.3 Coronelismo e Latifúndio	42
2 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA/AL	54
2.1 Fábrica da Pedra: primeiros arruamentos e transformações no espaço urbano delmirense	55
2.2 Apontamentos sobre a indústria têxtil Nordestina	81
3 DELMIRO GOUVEIA: NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS	104
3.1 A expressão de Delmiro Gouveia na rede urbana de Alagoas	104
3.2 Delmiro Gouveia pós Fábrica da Pedra: a história pela ótica de ex-trabalhadores/as e população local	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICES	151
ANEXOS	155

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a formação socioespacial da cidade Delmiro Gouveia conta com a análise da sua estruturação urbana, tomando a instalação da Fábrica da Pedra como fundamental para desencadear a urbanização e desenvolvimento econômico do sertão alagoano. A atividade industrial inaugurada no sertão representou a inserção da região na incipiente economia industrial brasileira do final do século XIX e início do século XX. Para a efetiva atuação da indústria, a Estação ferroviária já existente cumpriu o papel de circulação das mercadorias e a instalação da Usina Hidrelétrica de Angiquinho proporcionou o fornecimento de energia necessária para o funcionamento da fábrica. Com esses equipamentos e a ação do Estado, estavam postas as condições para a reprodução do capital industrial e definidas mudanças na configuração espacial da cidade. Com a finalidade de analisar a cidade na sua constituição histórica, estudando-a em suas conexões com contextos sociais, econômicos e políticos em escala nacional e internacional, procurou-se desenvolver os objetivos da pesquisa: Geral: Analisar a formação da cidade Delmiro Gouveia a partir da Fábrica da Pedra (1914- 2017). Específicos: I. Investigar a história da cidade relacionada ao empreendimento industrial, e os sujeitos envolvidos na sua constituição, II. Analisar a dinâmica urbana delmirenses a partir da atuação da Fábrica da Pedra na cidade, e III. Analisar as transformações socioespaciais provocadas na cidade após o fechamento da Fábrica da Pedra.

Para o estudo do processo de formação territorial e configuração espacial da cidade Delmiro Gouveia AL, partiu-se do entendimento de que o espaço geográfico é produzido, condição, meio e produto das relações sociais que o constitui. Dito isso, as dimensões temporal e espacial são essenciais para a abordagem histórica dos processos de formação analisados a princípio na constituição do Povoado Pedra – que posteriormente recebeu o nome Delmiro Gouveia. O intuito do estudo sobre a formação territorial e configuração espacial da cidade de Delmiro Gouveia foi contribuir com uma investigação acerca dos processos que confluem para as transformações espaciais geradas na cidade. Assim sendo, procurou-se entender tais mudanças, tendo enquanto suporte teórico – inicial o estudo baseado no espaço para a interpretação dos elementos constituintes da formação territorial e configuração espacial da referida cidade. Para tanto, a estação de Pedra, da Estrada de Ferro Paulo Afonso, a Usina Hidrelétrica de Angiquinho e a Fábrica da Pedra são representativos da dinâmica capitalista que define os papéis que cada objeto técnico possui na reprodução do capital em determinado contexto político e econômico.

Os conteúdos e funções das diferentes infraestrutura e atividades produtivas assumem novos papéis econômicos e espaciais em uma sociedade, quando alterada e/ou adaptada para promover a valorização do capital em determinado local. No caso da cidade objeto desta pesquisa, as transformações pelas quais passou indicam sempre uma conjuntura econômica, social e política que submete a produção do espaço da cidade, pois, estas instalações além de revelarem uma mudança do ponto de vista espacial através da incorporação de uma técnica, manifestam também a introdução de novas relações, da qual é preciso um esforço maior para se compreender. Sobretudo, porque o estudo sobre a cidade Delmiro Gouveia deve ser realizado considerando sua articulação com outras escalas.

A partir da discussão sobre o papel do passado nos estudos geográficos, realizado por Abreu (2000), compreende-se que a Geografia não pode ser definida como o estudo da duração do presente, mesmo que seja esse o palco preferencial de atuação do/a geógrafo/a. A geografia é uma “forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são exatamente as questões que coloca para o entendimento desse real, da sociedade. E essas questões não podem ser apenas as do presente” (Abreu, 2000, p.15). Enfatiza-se assim, a relevância da análise geográfica em qualquer duração do tempo, com a ressalva de que a busca pelo passado, no que diz respeito a análise que objetiva o estudo de uma cidade, não deve reduzir-se apenas a interpretação de sua morfologia, de seus aspectos físicos. Na concepção deste autor, deve-se levar em conta, os processos e as ações. Isto porque, a materialidade, nesta explicação está “sempre em processo de redefinição, e isto se dá através das ações que a sociedade exerce sobre ela. Por isso é que as formas materiais, ainda que refletindo tempos mais antigos, são sempre definidas pelo presente” (Abreu, 2000, p. 17). Ou seja, as formas materiais estão sempre passando por processos de refuncionalização para que possam atender as determinações atuais da sociedade.

Nessa perspectiva, “passado, presente e futuro são categorias eminentemente sociais, e não categorias determinadoras da geografia ou de qualquer outra ciência social. Todas trabalham com as três. São as conexões que tentam fazer que dão peculiaridade a cada uma” afirma (Abreu, 2000, p.16). Pontuada essa questão, entende-se que a Geografia não deve então, limitar-se a ser uma ciência do passado, presente ou futuro. Como visto, são as conexões que se fazem entre essas categorias dentro do campo de atuação dessa ciência, que a particulariza. Para a realização do presente estudo, foi fundamental entender, como lembra (Abreu, 2000, p.17) que “é através da ação que se exerce a cada momento sobre objetos vindos de outros tempos, através da intrusão da sociedade nessas formas-objetos que tem origem o espaço geográfico, compósito de objeto e ação”. Dito isso, reforça-se que as temporalidades, como se

lê com Abreu, realizam-se pelas formas materiais e não materiais com particularidades e singularidades, dado que são resultantes de uma ação diferenciada dos homens sobre a superfície do planeta. Nesse seguimento, o autor propõe que cada lugar é, ao mesmo tempo, universal, particular e singular.

No tocante ao processo histórico de reprodução do espaço da cidade Delmiro Gouveia, dos objetos destacados como importantes para sua estruturação urbana, voltar-se-á a atenção para a atuação da indústria têxtil, cuja pretensão foi entender os desdobramentos após seu fechamento sobre a cidade e população local. Acredita-se que a instalação da Fábrica de Linhas da Pedra em 1914, fundada pelo cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, foi determinante para a formação territorial da referida cidade. Nessa perspectiva, uma das premissas que orienta este estudo, é que a cidade em questão teve sua expansão mediante a atuação da Fábrica da Pedra, desde sua implementação no Povoado Pedra, que em 1943 passou a ser denominado Delmiro Gouveia, em homenagem ao fundador da fábrica – que foi assassinado no ano de 1917.

Localizado no Sertão alagoano, o município de Delmiro Gouveia conta com uma população total de 51.318 pessoas, segundo o IBGE (2022). A implantação da fábrica foi um acontecimento aclamado pela sociedade na época, tida como marco da industrialização no Sertão, o ideário construído em torno de sua fundação foi propício para que o Coronel Delmiro concentrasse ainda mais poder. Dentre os empreendimentos por ele dirigidos, a Fábrica de Linhas da Pedra e a Vila Operária estão entre os feitos que despertaram mais admiração de sua figura, levando esse a uma posição de destaque no cenário brasileiro nos fins do século XIX e no início do século XX. Nesse sentido, percebida a relação entre cidade e fábrica, o desenvolvimento deste estudo fundamenta-se nos seguintes questionamentos de pesquisa: Como se constituiu a cidade Delmiro Gouveia? Quais os reflexos da atuação da Fábrica da Pedra sobre a dinâmica urbana da cidade? Quais os impactos do fechamento da Fábrica da Pedra sobre a cidade e a população local?

A justificativa para a realização desta pesquisa está na possibilidade de se contribuir com uma análise que busca entender o que particulariza a cidade Delmiro Gouveia, e a atuação da indústria têxtil neste espaço do interior do Nordeste brasileiro. Seguindo essa perspectiva, a construção do aporte bibliográfico e documental sobre a temática pesquisada foi essencial a sua elaboração. Como também, a realização da atividade de campo, para compreensão da cidade pós fechamento da fábrica. A pesquisa conta com a revisão bibliográfica atrelada à realização da atividade de campo, que compreende dois momentos: o primeiro dedicado a criação de um acervo próprio, com registros que pudessem auxiliar a percepção das transformações materiais na cidade, onde foi feita a visita/campo documental ao Museu Regional de Delmiro Gouveia e

ao Memorial Delmiro Gouveia, no dia 24 de janeiro de 2023, e também as instalações onde outrora funcionou a Fábrica da Pedra, no dia 13 de março de 2023.

O segundo momento, foi dedicado a realização das entrevistas semiestruturadas com os/as ex-trabalhadores/as da Fábrica da Pedra e moradores/as locais, realizadas entre 19 de setembro de 2023 e 14 de maio de 2024. Mas também, conta com depoimentos de ex-trabalhadores/as e do ex-presidente do sindicato da Fábrica da Pedra, que fazem parte de um longo arquivo de entrevistas realizadas entre 2019 e 2020, cujo objetivo era entender os impactos do fechamento da Fábrica da Pedra sobre a vida das ex-trabalhadoras, da qual ressalta-se que os resultados obtidos com as entrevistas foram parcialmente publicados, e que inclusive, a autora da presente dissertação integrou a equipe de pesquisa em todas as suas fases enquanto colaboradora. Desse modo, a pesquisa tem a importante contribuição de 51 pessoas nesse estudo, e a fim de preservar a identidade dos/as entrevistados/as, optou-se por colocar apenas as iniciais dos nomes das pessoas que foram citadas diretamente.

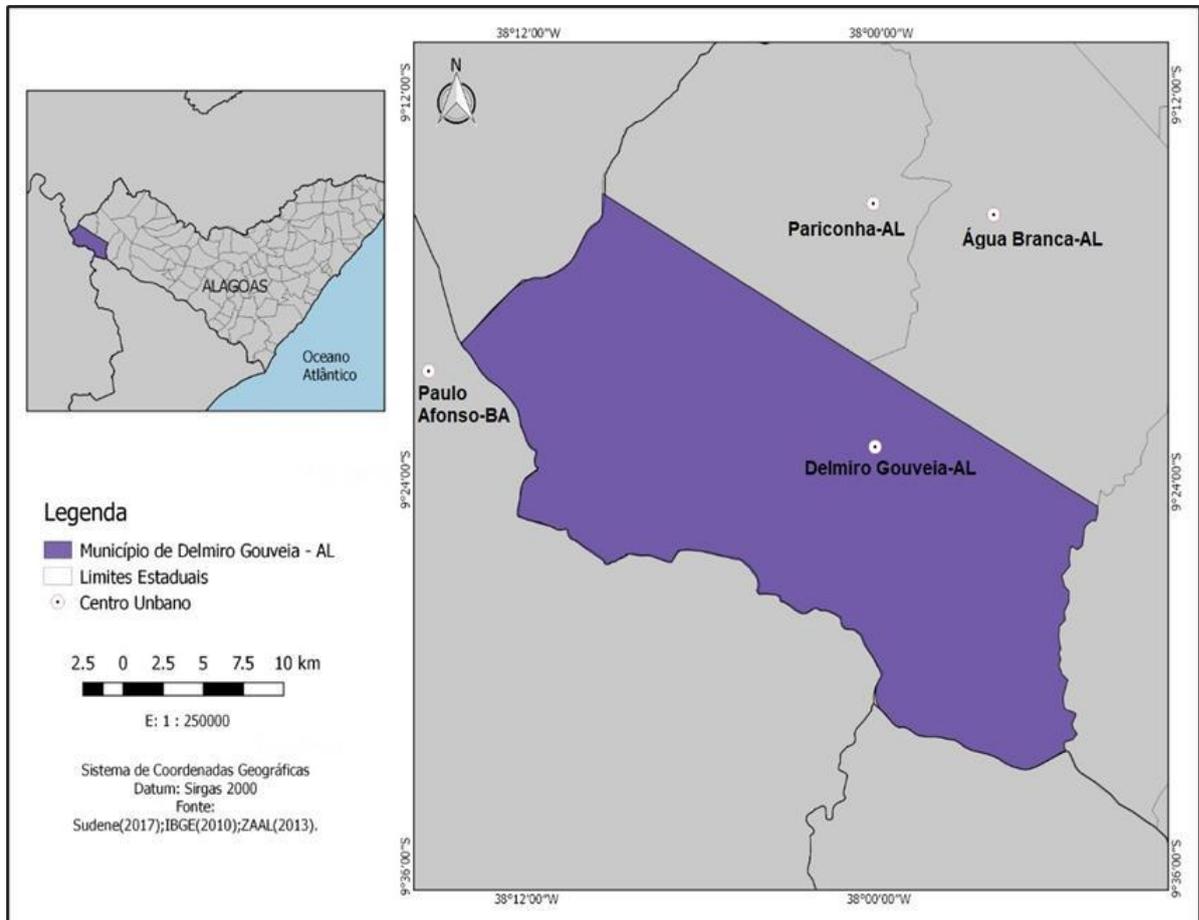
A pesquisa foi estruturada em três seções. Na primeira: Formação territorial da cidade Delmiro Gouveia/AL, busca-se analisar o processo de constituição da referida cidade em suas determinações, destacando a relevância das dimensões tempo e espaço para a análise sobre a discussão que focaliza o processo de Formação Territorial de Delmiro Gouveia, mediante a atuação dos objetos técnicos e reflexão sobre as relações sociais que historicamente marcam a formação desta cidade. Na segunda: Configuração espacial da cidade Delmiro Gouveia/AL, o estudo sobre a configuração do espaço da cidade é realizado com base na interpretação da atuação da indústria têxtil na determinação de sua centralidade em relação ao arranjo espacial desta cidade, e também na verificação dos novos empreendimentos (complexo Shopping da Vila, Loteamento da Vila e etc) que funcionam na localidade que antes abrigava a antiga Fábrica, à medida em que se tenta analisar também as particularidades da indústria têxtil no interior de Alagoas. Na terceira: Delmiro Gouveia: novas configurações espaciais, procura-se entender a cidade pós fechamento da fábrica, com a investigação sobre sua influência na rede urbana de Alagoas, e análise de sua dinâmica urbana e econômica. Como também, a partir da história contada pela ótica dos/as ex-trabalhadores/as e população local, observando-se que mesmo a cidade pertencendo a essa hierarquia urbana, com um grau de alcance em relação as demais cidades de seu entorno, os efeitos pós fábrica sobre a cidade, e população local ainda são sentidos, mesmo com continuidade dos fluxos direcionados para a cidade Delmiro Gouveia.

1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA/AL

A pesquisa sobre a constituição da cidade de Delmiro Gouveia/AL segue uma abordagem que visa a compreensão da realização material e social dos processos que se deram inicialmente sobre o Povoado Pedra, que posteriormente se consolidou enquanto cidade, que recebeu o nome de Delmiro Gouveia. O estudo leva em conta, as especificidades de diferentes contextos em relação à instalação e funcionamento da Fábrica de Linhas da Pedra entre os anos de 1914 e após seu fechamento, em 2017. Este é um trabalho geográfico que busca analisar o processo de constituição da referida cidade em suas determinações, sinalizando-as dentro das relações que compreendem as dimensões – temporal e espacial, que são basilares à ciência geográfica.

As dimensões tempo e espaço são indispensáveis a esse estudo. Dessa maneira, na tentativa de não incorrer numa interpretação de caráter estritamente descritivo-narrativa do processo de Formação Territorial de Delmiro Gouveia, localizada no sertão alagoano, (figura 1, localização do município) busca-se como fundamento as conexões entre tempo, espaço e Geografia. A ênfase dada à unidade tempo-espaço destaca o tempo e o espaço como sendo importantes “elementos para a existência de processos e formas tanto criados pela natureza como pela ação humana” segundo defende (Corrêa, 2019, p.285). Nessa perspectiva, partilha-se da mesma concepção do autor, quando ele pontua que sem o “tempo e espaço nada existe ou se reproduz” (Corrêa, 2019, p.285). Por conseguinte, a análise do autor nos propõe ainda refletirmos sobre a materialização do tempo no espaço.

Figura 1 – Mapa de Localização do Município Delmiro Gouveia – AL



Elaboração e organização: Santos e Cruz (2022).

As relações sociais que historicamente imprimem no espaço os diferentes modos de organização da vida humana marcam também os diferentes contextos em que se constituem as sociedades. De acordo com Moraes (2001, p.105) “colonização é a relação entre uma sociedade que se expande e os lugares onde ocorre essa expansão”. Desse modo, compreende-se que o entendimento do processo de colonização da sociedade brasileira e das relações que caracterizam seu modelo de estruturação social contribuem para o estudo da formação territorial de Delmiro Gouveia, no qual o recorte espacial da área estudada se limita ao seu perímetro urbano.

Nesse sentido, na análise dos componentes da formação territorial dos países de passado colonial, a dimensão espacial ganha notoriedade, “por uma razão muito simples: a colonização é em si mesma uma relação sociedade-espço”, segundo (Moraes, 2001, p. 105). Logo, a dimensão espacial viabiliza a apreensão dos processos sociais sob os quais uma

sociedade foi estruturada. Ao destacar a importância da dimensão espacial para o estudo e explicação dos processos sociais, procura-se evidenciar como o processo de colonização do Brasil foi elementar quanto à qualificação dos diferentes espaços e sua subordinação ao capital no processo de desenvolvimento histórico da economia brasileira – externamente e internamente. Tendo em vista a condição de colônia do Brasil, é válido lembrar que as “colônias são porções da economia-mundo, na qual se apresentam como partes subordinadas de um império, e, em conjunto, delimitam a verdadeira periferia do mundo capitalista”, explica (Moraes, 2008, p. 56).

Desse modo, analisa-se que a incorporação dos diferentes espaços pode ser compreendida através do processo de colonização que tem sua gênese na busca por expansão territorial. Conforme Moraes (2008, p.63):

A colônia expressa a instalação do elemento externo, do que chega aquele espaço. Daí, a incongruência primordial de se pensar o processo colonizador como uma oposição externo-interno, pois a colônia representa, em si, a internalização do agente externo, que passa a atuar como elemento de estruturação interna daquela localidade.

Expressada a importância de se analisar o processo colonizador compreendendo a relação entre o externo-interno, Moraes (2001, p.105) explica ainda que “de imediato, isso traz uma indicação metodológica, do ponto de vista histórico, muito importante, que é a inadequação total para se tentar trabalhar a questão colonial em termos de uma oposição interno-externo”. O processo colonizador se impõe forçando a relação externo-interno. Logo, a verificação da atuação do agente externo como elemento que se estabelece internamente é crucial para o entendimento da subordinação do Brasil em relação aos países centrais. Dito isso, observa-se que a configuração socioeconômica da região Nordeste é determinada por essa relação de dependência que se estabelece com as potências imperialistas do mundo capitalista, uma vez que, “o desenvolvimento econômico de um país se inscreve sob o influxo do subdesenvolvimento de outro país”, (Neto, 2015, p.75). Todavia, salienta-se que a situação exposta é um reflexo de como historicamente se deu a inserção subordinada da América Latina ao capitalismo comercial europeu ainda no século XVI, sobretudo, pela função¹ que assumia na exportação de produtos “in natura” para os países centrais.

¹ No primeiro capítulo do livro intitulado: História econômica do Brasil (2004), o autor Caio Prado Junior, ao destacar o caráter geral do processo da colonização brasileira, verifica que ele é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica. É para isto que se constitui.

Nesse sentido, foi com a independência política do Brasil e, conseqüentemente, o rompimento da relação de dominação colonial do século XIX, que se teve o processo de formação de um estado nacional. Notadamente, esse processo ganhou expressão ao assinalar o contexto de transformações na história econômica brasileira.

Na análise de Moreira (2018, p.72):

O século XIX é o século das mudanças que irão desembocar na passagem do escravismo ao capitalismo, e essas mudanças se escalonam numa seqüência de acontecimentos acumulativos. De 1808 a 1822 evolui o processo de independência política que cria o Estado Nacional, mudando os termos jurídico-políticos do arranjo espacial nacional. De 1827 (ano da extinção da Lei das Sesmarias) a 1850 (ano da decretação da nova lei agrária, a Lei de Terras), a terra se valoriza e ganha importância mercantil que leva o Estado a formular novas regras, as de mercado de terras, para o arranjo da repartição fundiária. De 1827 (começo da imigração de colonos) a 1870 (começo da imigração de colonos italianos para os cafezais), experimentam-se novas relações de trabalho no campo. De 1850 (ano da abolição do tráfico negro) a 1888 (ano da Abolição da Escravatura), avança e conclui-se o processo da dissolução formal do regime escravocrata. Por fim, de 1831 (ano da abdicação de D. Pedro I e instituição do Período Regencial) a 1889 (ano da Proclamação da República), consolida-se o Estado Nacional que conduz a transição burguesa).

A sistematização desse quadro é primordial para o estudo dos diferentes processos que fazem parte da realidade socioeconômica do Brasil. Desse modo, a síntese dos processos acima destacados viabiliza a apreensão das relações que marcaram a formação socioespacial brasileira. Posta essa situação, o Nordeste assumirá até o século XIX uma posição de destaque relativamente importante no cenário econômico nacional, devido sua atuação através da atividade açucareira, e sobretudo, porque esta esteve voltada a atender as demandas do exterior. Porém, vale ressaltar que o agravamento em relação à participação do Nordeste no total da economia do país, o compromete com o enfraquecimento da atividade açucareira².

Caio Prado Júnior (2004, p.45) assinala que a “rapidez com que se alastram as fazendas no sertão nordestino se explica, de uma parte, pelo consumo crescente do litoral onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira”. Logo, esse é um aspecto importante do processo de ocupação do interior do Nordeste, sobretudo, porque se tratando do estado de Alagoas, ao qual faz parte o território que atualmente abriga a cidade de Delmiro Gouveia.

² No livro intitulado: Formação econômica do Brasil (2004, p.71), Celso Furtado escreve que a formação da população nordestina e a sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema brasileiro em épocas posteriores – estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colônia- agrícola mais rentável de todos os tempos.

Compreende-se que “foi a expansão colonizadora, aproveitando as terras próprias para a uma atividade pecuarista, completada por uma atividade agrícola, que desenvolveu a fixação do homem em nosso território” (Lima, 1965, p.142). Soma-se também a esse processo, o fato de que “as grandes propriedades (sesmarias) litorâneas, mesmo com funções diferentes, em grande parte, das do Sertão e Agreste, contribuíram, de início, para o povoamento do nosso Estado”, afirma (Lima, 1965, p.142).

Assinalada essa questão, as primeiras informações encontradas sobre a ocupação espacial do território que compreende a cidade de Delmiro Gouveia estão relacionadas ao surgimento do Povoado Pedra, o qual pertencia ao território de Água Branca, que em meados do século XVII, fazia parte da sesmaria que compreendia também os atuais territórios que formam Mata Grande, Piranhas e Delmiro Gouveia (IBGE, 2023).

Acrescenta-se que “o território do município de Água Branca, antigamente Mata ou Matinha de Água Branca, pertencia a Paulo Afonso” (Marroquim, 2021, p.91). Desse modo, até meados do século XVIII, seu território continuou fazendo parte das sesmarias de Paulo Afonso, que nesse contexto era Província de Alagoas (denominada Mata Grande) cuja propriedade pertencia ao sertanista Paulo Viveiros Afonso, através do Alvará Real de 03 de outubro de 1725³. Em relação à penetração e aos usos do território de Água Branca, têm destaque os irmãos Sandes⁴, responsáveis pela compra das propriedades compreendidas na sesmaria em leilão de 1769, na cidade de Recife/PE, foi assim, que “chegaram a apossar-se da sesmaria na antiga Paulo Afonso” (Silva, 2019, p.8). No entanto, é importante mencionar que antes da compra destas terras pelos irmãos Sandes, elas já estavam sob a posse de um deles, o capitão Faustino Vieira Sandes (filho), que as obteve por meio do arrendamento.

³ Para saber mais detalhes da história do município de Água Branca, acessar página: Prefeitura Municipal de Água Branca: Disponível em: <https://www.aguabranca.al.gov.br/a-historia/> . Acesso em: 01 de julho de 2023.

⁴ De acordo com informações dispostas na página: Prefeitura Municipal de Água Branca, Faustino Vieira Sandes, capitão da Guarda Nacional Imperial, foi o primeiro desbravador do Município de Água Branca. Imigrante português, nasceu em 1680 e faleceu em 1760, aos 80 anos. Teve três filhos: João Vieira Sandes (mesmo nome do seu irmão), Faustino Vieira Sandes (com seu mesmo nome) e José Vieira Sandes (mesmo nome do seu irmão). Disponível em: <https://www.aguabranca.al.gov.br/a-historia/>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

Diante do exposto, fica entendido que Pedra surgiu enquanto núcleo resultante do povoamento que envolve a formação do território de Água Branca, conforme as sesmarias. Segundo compreende Wehling e C. M. Wehling (1999, p.79):

A maneira encontrada para organizar a ocupação foi a doação de terras. Para isso, utilizou-se a experiência histórica portuguesa, aplicando-se no Brasil o instituto jurídico da sesmaria. Os representantes do poder público – fossem donatários de capitanias hereditárias, governadores de capitanias da Coroa ou o próprio governador-geral – tinham autoridade para distribuir sesmarias, após requerimento dos interessados.

A formação territorial de Delmiro Gouveia tem suas raízes a partir da estrutura fundiária que foi criada para assegurar a colonização brasileira, por efeito de que “o padrão expansivo da economia-mundo cria suas formas específicas de expansão territorial e de apropriação de espaços, entre estas os territórios coloniais do antigo regime” (Moraes, 2008, p.55-56). A transposição do instituto jurídico da sesmaria para terras brasileiras pela Coroa portuguesa reflete, ainda, a forma de internalização desse agente exterior, a partir inclusive, da aplicação desse modelo português de propriedade para o Brasil.

Ao analisar a situação econômica do Sertão Alagoano no final do século XIX, José Cícero Correia, em sua pesquisa de dissertação, intitulada: Trabalho, seca e capital: da construção da Ferrovia Paulo Afonso à Fábrica de Linhas da Pedra (1878-1914), observa que o município de Água Branca, ao qual pertencia o Povoado Pedra, possuía cerca de 4 a 5 léguas de extensão, coberta de verdejante mata onde havia terrenos propícios às atividades agrícolas. Lá se cultivavam o algodão, a cana-de-açúcar, a mandioca, o feijão, o milho, e outros legumes.

Correia afirma (2015, p.48) que existia no final do “século XIX diversas e boas fazendas de criação de gado bovino, lanígero e caprino. Sendo inclusive Água Branca um dos municípios que mais contribuíam para o erário público com o dízimo do gado”. No final deste mesmo século, o sertão de Alagoas destacava-se pelo cultivo do algodão e a pecuária. Esse cenário demonstrava “a importância da região na integração da economia do país ao mercado mundial”. Para mais, o autor defende que “a condição estrutural montada na região desde o século anterior”, (Correia, 2015, p.48), foi o que motivou a vinda de Delmiro Augusto da Cruz Gouveia para Alagoas, especificamente para a vila da Pedra, no município de Água Branca.

1.1 Experiências ferroviárias do Nordeste brasileiro: Estação de Pedra, da estrada de ferro Paulo Afonso (EFPA)

As análises sobre a constituição socioeconômica e as transformações na configuração espacial da cidade e do território de Delmiro Gouveia, antes de sua emancipação revelam que o Povoado Pedra – distrito criado pelo Decreto Estadual nº 2.435, de 30 de novembro de 1938, esteve subordinado ao município de Água Branca. Com o Decreto-lei Estadual nº 2.909, de 30 de dezembro 1943, o distrito de Pedra passou à denominação de Delmiro Gouveia, em homenagem ao industrial Delmiro Augusto da Cruz Gouveia. Após o desmembramento de Pedra do território de Água Branca pela Lei nº 1.623, de 16 de junho de 1952, foi instalado oficialmente em 14 de fevereiro de 1954, o município de Delmiro Gouveia (IBGE, 2023). Ademais, outro fato sobre a história da formação deste povoado está relacionado a sua denominação “Pedra” dada à constatação de grandes rochas junto da estação ferroviária onde o mesmo se localizava.

O Povoado Pedra, que deu origem a formação da cidade Delmiro Gouveia, era um pequeno vilarejo de meia dúzia de casas de taipa⁵ que teve sua constituição a partir de uma estação da estrada de ferro Great-Western (IBGE, 2023). A partir de 1900, a Great- Western, segundo Camelo Filho (2000, p. 87) torna-se uma grande rede ferroviária, sendo a primeira rede do Nordeste⁶. Além de ser a primeira rede ferroviária do Nordeste, a Great-Western “foi responsável não apenas pela construção, mas também pelo prolongamento e conexão de grande parte da malha férrea nordestina no início do século XX” (Finger, 2013, p.287).

A tese de doutorado intitulada: A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro (2000), de José Vieira Camelo Filho (Zuza), é uma importante contribuição para a análise de como o Estado e o capital privado atuaram na implantação, consolidação e desenvolvimento do sistema ferroviário no Brasil, no decorrer do Império e primeiros anos da República. A respeito do Nordeste, “cujas primeiras ferrovias foram implantadas com capital estrangeiro, sobretudo inglês, a expansão de sua rede só foi possível porque o governo resolveu investir na construção dos prolongamentos que avançaram pelo interior do país” (Camelo Filho, 2000, p. 9-10).

⁵ De acordo com informações dispostas na página do Museu Regional de Delmiro Gouveia. Disponível em: <https://museudelmirogouveia.com.br/a-vila-da-pedra/>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

⁶ Na tese de doutorado intitulada: A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro (2000, p.87), o autor José Vieira Camelo Filho (Zuza) explica com mais detalhes o processo pelo qual ocorreu a encampação e arrendamento da estrada de ferro construída em Pernambuco – de Recife ao Limoeiro (1882-1889), da qual se originou a Great- Western.

Verifica-se também, que a implantação das ferrovias se dava pelo seu potencial estratégico geralmente relacionado à esfera política e econômica. Até o fim do Império, as concessões e os privilégios como condições que favoreciam a implantação das ferrovias não se limitaram a aquelas consideradas de integração nacional. Desse modo, ferrovias governamentais e privadas foram sendo construídas por todo território nacional, conforme interesses dos diferentes agentes ligados ao setor ferroviário na época.

Observando a inserção do Brasil no contexto ferroviário, analisa Camelo Filho (2000, p. 24):

A implantação de ferrovias no Brasil foi marcada por uma combinação de fatores de ordem política, econômica e social, em que surgiram manifestações de otimismo e descrença, superadas após o deslocamento do primeiro trem de ferro no país em 30 de abril de 1854. Esta ferrovia (E.F Mauá) servia de ponto de partida para os diferentes papéis a serem desempenhados pelas futuras estradas de ferro que seriam construídas no país. A própria organização espacial e econômica do país contribuiu para acirradas disputas entre as principais regiões brasileiras [...] as estradas de ferro implantadas nas várias regiões do país, tinham estreitas relações com o Poder Central, pois este era o responsável pelas concessões, privilégios e garantias de juros para construção das mesmas.

Quanto às particularidades do processo de implantação das ferrovias nas diferentes regiões do Brasil, nota-se que a política de concessões e privilégios era aplicada pelo Governo Imperial, em termos legais, de modo a atender todas as regiões. Porém, no plano político, econômico e social, as ferrovias expressavam as diferenças entre as regiões, como é o caso das ferrovias do Sudeste e Nordeste. Entre as questões apontadas por Camelo Filho (2000) sobre o desenvolvimento ferroviário brasileiro, compreende-se que independentemente da localização das ferrovias no país, estas deveriam operar como instrumentos de desenvolvimento econômico e integração entre as regiões.

Nesse sentido, o autor assinala que no período de 1850 a 1889:

Em que pese todas as crises que o país tenha atravessado, o Brasil foi capaz de realizar uma grande transformação material, marcada pelo alavancamento da economia cafeeira, apesar das crises econômicas internas e internacionais. Sua produção aumentou e os preços mantiveram-se em alta, ao mesmo tempo que foram criadas as condições para a ampliação dos investimentos externos no país. Tais transformações materiais, com o desenvolvimento das ferrovias, a implantação do telégrafo, saneamento básico, iluminação pública, ampliação da navegação a vapor, tiveram estreita relação com investimentos externos efetuadas em sua maioria pelo capital inglês. Por outro lado, o Estado Brasileiro teve o papel crucial de fiador desse processo, sobretudo para os investimentos aplicados em ferrovias (Camelo Filho, 2000, p.99).

Entende-se assim, que a implantação das ferrovias brasileiras se deu em um contexto de domínio do capital inglês sobre o setor ferroviário. Mesmo que as empresas inglesas atuassem

em outras atividades econômicas, o setor ferroviário proporcionava maiores rendimentos para estas, sobretudo, porque a proteção governamental foi decisiva em relação aos riscos de investimentos do capital aplicado na efetivação das ferrovias.

Camelo Filho (2000) faz ainda uma descrição das estradas de ferro no Brasil, e segundo ele estas podem ser divididas em quatro grupos:

As ferrovias do café, como o próprio nome diz, são diretamente ligadas à produção desse produto, localizadas, sobretudo na região Sudeste. Economicamente, são aquelas que apresentam melhores resultados financeiros. As ferrovias do açúcar foram construídas no Nordeste, apresentando resultados financeiros, geralmente insatisfatórios. As ferrovias estratégicas ou de embrenhamento estão ligadas à questão de segurança, povoamento, colonização e controle do território[...] O último grupo é composto pelas estradas da seca, construídas no Nordeste com o propósito de amenizar os efeitos das estiagens periódicas que ocorreram na região. As ferrovias das secas são formadas pelas estradas de ferro de Sobral, construídas no Ceará e a Paulo Afonso, no sertão de Alagoas e Pernambuco. Deveriam contribuir com o melhoramento da estrutura material e alavancamento da economia regional (Camelo Filho, 2000, p. 101).

A atenção dada à estrada de Ferro Paulo Afonso (EFPA), classificada pelo autor enquanto uma das ferrovias da seca, tem relação com as oito estações intermediárias que faziam parte de seu curso⁷. Ou seja, das estações ferroviárias que as compunha, que são elas: Piranhas (AL), Olho D'água do Casado (AL), Talhado (AL), Pedra (atual Município de Delmiro Gouveia – AL), Sinimbu (AL), Moxotó (PE), Quixaba (PE) e Jatobá (atual Petrolândia – PE) indicadas na (figura 2, mapa do Percuso da EFPA). Tratando-se destas oito estações, a Estação Ferroviária de Pedra se destaca entre as demais por ser considerada por este estudo como sendo determinante para a formação territorial de Delmiro Gouveia/AL. De acordo com Granja (1991, p. 7) em agosto de 1878, começaram as obras da EFPA e, em agosto de 1883, foram concluídas apesar de muitas paradas, tendo o conselheiro Sinimbu um estadista alagoano, que atuava sob orientação do Governo Imperial, papel fundamental por abrir crédito que viabilizou a concretização da EFPA.

⁷ Para mais informações sobre a História e o curso da Estrada de Ferro de Paulo Afonso, ver página do Museu Regional Delmiro Gouveia. Disponível em: <https://museudelmirogouveia.com.br/historia-da-estrada-de-ferro-aulo-afonso/>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

Figura 2 – Mapa do Percurso da EFPA



Fonte: página: Estações Ferroviárias do Brasil (2024).

Silva e Corrêa (2017) ao analisarem os aspectos da organização espacial no município de Delmiro Gouveia-AL, antigo Pedra, enfatizam que os objetos técnicos determinantes em sua estruturação urbana foram: a Estrada de Ferro Paulo Afonso, a Usina Hidrelétrica de Angiquinho e a Fábrica de Linhas. Sobre a linha férrea da Estrada de Ferro Paulo Afonso (EFPA) pontuam:

Após levantamentos científicos, visando a melhoria da navegação pelo rio São Francisco, o Governo Imperial optou pela construção da ferrovia, contornando assim, a Cachoeira de Paulo Afonso, um desnível natural do rio. Em seguida, a construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso (EFPA) foi iniciada em 1878, no município de Piranhas-AL. A EFPA fez parte do surto ferroviário brasileiro, durante o Segundo Reinado (1840-1889), período no qual houve grande investimento público na construção de ferrovias, e utilizou a mão-de-obra sertaneja, principalmente por retirantes da Seca de 1877. [...] Assim, a inauguração dos seus 116 km ocorreu em 1883, ligando Piranhas-AL a Petrolândia-PE, onde a navegação era retomada. Cumprindo seu objetivo de ligar o baixo e o alto São Francisco, pessoas e mercadorias eram transportadas pela ferrovia (Silva; Corrêa, 2017, p.207-208).

Apesar de Pedra ter sido comumente retratada no discurso como um lugar “atrasado e inóspito” conforme podemos observar em Martins (1963, p.70), sua localização geográfica foi importante para os negócios que foram empreendidos desde Pedra. Inclusive, essa importância não era conferida ao Povoado Pedra pela sua localização em si, e sim, pelas possibilidades de livre atuação sobre o território, como também, de empreender nessas terras sem maiores

preocupações. Uma vez que, Pedra, segundo Correia (2015, p.73) “era desde o final do século XIX um entreposto comercial para os negociantes dos sertões de Alagoas, Pernambuco e Bahia”.

Nesse sentido, dentre os aspectos considerados por este estudo como importantes para o entendimento da formação territorial de Delmiro Gouveia/AL, a inauguração, em 1882, da Estação Ferroviária de Pedra, como se destacou anteriormente, se apresenta como sendo um dos principais, posto que, a Estação de Pedra viabilizava o fluxo de pessoas, mercadorias e informações através de sua atuação no antigo Povoado Pedra. Desse modo, a estação ferroviária de Pedra, (figura 3, estação da Pedra, da estrada de Ferro Paulo Afonso, em segundo plano, a Fábrica de Linhas, em 1916), foi primordial para a construção do espaço da atual cidade, pois, sua existência em Pedra contribuiu para a vinda de outros negócios para o então povoado, como exemplo, tem-se a criação do núcleo fabril da Pedra que “foi edificado nas proximidades da estação de Pedra, na estrada de ferro Piranhas-Jatobá, em pleno sertão alagoano”, segundo (Nascimento, 2015, p.139).

Figura 3 – Estação da Pedra, da Estrada de Ferro Paulo Afonso, em segundo plano, a Fábrica de Linhas, em 1916



Fonte: Alvez, 2014, apud Silva e Corrêa (2017, p.208).

Sobre a influência da estação ferroviária para a constituição de Pedra, observa-se com Ivan Fernandes Lima, no livro intitulado: Geografia de Alagoas (1965, p. 334), que historicamente as vias de transporte e circulação em Alagoas, particularmente as ferrovias iniciaram um estímulo para as indústrias modernas, sobretudo, a partir da atuação destas no ano de 1900, momento em que surgem, em maior número, as usinas e fábricas de tecido. No tocante

à estação ferroviária de Pedra, que atualmente abriga o Museu Regional Delmiro Gouveia, (figura 4, prédio da antiga estação da Pedra), servia “de embarque e desembarque de passageiros, de matéria prima e mercadorias vinculadas à comercialização de peles e a fabricação de linhas da Companhia Agro-Fabril Mercantil, conhecida como Fábrica Estrela” conforme indicado no Plano Diretor Participativo de Delmiro Gouveia – PDPDG (2006, p.127).

Nessa perspectiva, uma ponderação a ser feita é que a constituição do Povoado Pedra, a partir da estação ferroviária foi estratégica, devido à “exploração comercial das potencialidades do sertão alagoano e nordestino e ao processo da industrialização brasileira que teve como uma das suas exigências a produção de energia elétrica”, como podemos analisar através do Plano Diretor Participativo de Delmiro Gouveia – PDPDG (2006, p.54). Logo, sua constituição territorial foi inserida nessa lógica mediante as necessidades do projeto de comunicação do território nacional.

Figura 4 – Prédio da antiga Estação da Pedra



Fonte: Cruz, Camila Rodrigues. Museu Regional Delmiro.

Visita/campo documental realizada em 24 de janeiro de 2023.

A instalação da estação ferroviária traz, portanto, uma mudança espacial significativa para a cidade e para a região. Uma técnica que foi introduzida marcando um momento de constituição e transformação (Santos, 2006) do espaço urbano de Pedra e articulada a outras regiões para a viabilização das trocas necessárias entre o sertão e outras regiões do país.

Considerando a análise proposta por Milton Santos, em seu livro: *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (2006, p.16) que “as técnicas são um conjunto de

meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”, compreende-se que a técnica cumpre um significativo papel na mediação das relações entre o homem e o meio. Mediante isso, se percebe que:

Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai se tornando mais complexo, exigindo mudanças correspondentes às inovações. Por meio das novas técnicas, vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra. Por isso, o entendimento do fato geográfico depende do conhecimento dos sistemas técnicos. O homem vai construindo novas maneiras de fazer coisas, novos modos de produção que reúnem sistemas de objetos e sistemas sociais. Cada período se caracteriza por um dado conjunto próprio de técnicas e objetos correspondentes (Santos, 2014, p. 74).

A caracterização do período histórico de cada sociedade permite refletir sobre o fato de que as relações entre sociedade e espaço se dão de maneira diferente em cada época, entendendo que cada contexto social possui especificidades históricas e que essas se manifestam espacialmente conforme seu desenvolvimento. Destaca-se assim, a validade das análises que se debruçam sobre os estudos acerca da formação histórica das cidades através da geografia.

Nesse sentido, como apresenta Santos (2014, p.78) o “espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”. Desse modo, a relação entre sociedade e espaço pode ser apreendida ao refletir-se que é através do processo produtivo que a sociedade busca sua existência, ou melhor, se reproduz enquanto sociedade, e na medida em que se reproduz, também (re)produz o espaço. Assim, a criação de novas técnicas por uma sociedade relaciona-se com suas necessidades, em relação ao modo de produção vigente.

Na (re)produção da sociedade, o processo de trabalho se torna condição basilar para compreensão da produção do espaço geográfico como mediação das relações entre sociedade e natureza. Segundo (Santos, 2006, p.34) o “trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas”. Além do mais, como o processo de desenvolvimento da sociedade pressupõe movimento, e a sociedade depende do espaço para se realizar, torna-se importante compreendê-lo entendendo que:

Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço (Santos, 1988, p.36).

Esta análise reforça que é impossível o estudo do espaço de modo antagônico à sociedade, e vice-versa. Como também, contribui para o entendimento da relação mútua entre espaço e sociedade. Desse modo, o estudo do espaço por meio das relações sociais, possibilita apreender também, que cada contexto, mesmo com suas particularidades representa a maneira como a sociedade e o espaço se relacionam. Como defende Santos (2006, p.111) “cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica”.

Nessa perspectiva, considerando-se que “a técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais” (Santos, 2014, p. 75), e dado a relevância dos fenômenos que se destacam no processo de formação da cidade abordada, destaca-se a impossibilidade de estes serem lidos isoladamente. Uma vez que, “a história da produção de um fato desencadeia um processo bem mais abrangente, que insere o fenômeno em contextos cada vez mais amplos” (Santos, 2014, p.64).

Com relação à implantação da antiga Estação Ferroviária de Pedra, pode-se afirmar que fez parte das ações que se realizaram a partir de uma conjuntura que demandava o projeto de integração do Sertão de Alagoas ao mercado mundial. Quanto à introdução das ferrovias em solo alagoano nota-se que “no último quarto do século XIX, Alagoas contempla o aparecimento de um dos principais símbolos de progresso humano e da integração de economias regionais ao mercado capitalista mundial” (Maciel, 2009, p.75). No tocante a essa questão, a estação ferroviária de Pedra integrou esse conjunto de ações que fazem parte do processo de expansão ferroviária brasileira, justamente por compor a linha férrea da Estrada de Ferro Paulo Afonso (EFPA) tida como símbolo que representava modernidade.

De acordo com Silva e Corrêa (2017, p. 208):

Com mudanças estruturais no meio de transporte nacional, o papel das ferrovias que vinha sendo relegado desde meados dos anos 1950 foi, notadamente no Governo Militar, a partir de 1964, que a supressão da ferrovia se deu com mais vigor, através da criação do programa de erradicação dos ramais ferroviários considerados antieconômicos. Entre os inúmeros quilômetros de ferrovias desativados, deixaram de operar ainda no primeiro ano da ditadura civil-militar, os 116 km da EFPA.

Com a extinção da EFPA, em 1964, a estação ferroviária de Pedra, inaugurada precisamente em 10 de julho de 1882, “após passar por algum tempo abandonada foi totalmente recuperada e transformada no Museu Delmiro Gouveia” (Granja, 1991, p.8). Nesse sentido, foi com a inauguração em 1986⁸ do (Museu Regional Delmiro Gouveia) que a estação ferroviária mesmo mantendo sua forma, passou a ter outra função.

Como observam Silva e Corrêa (2017, p. 209) “a estação ferroviária da Pedra, onde floresceu em sua volta a antiga Vila da Pedra, manteve sua forma, mas perdeu sua função em transportar pessoas e cargas”. Desse modo, ao ter sua função alterada, a estação de Pedra adquiriu outra significação para a economia e sociedade local. O antigo prédio da estação tem atuado como difusor do legado do industrial Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, e na preservação da história da cidade através de seu acervo como – objetos pessoais do Delmiro Gouveia: fotografias, livros, cartas, e objetos de época: maquinários da antiga indústria têxtil e estação ferroviária, utensílios da Vila Operária. Ademais, o Museu Regional Delmiro Gouveia, enquanto patrimônio particular do Grupo Lyra, tem sua manutenção por meio da atuação de uma de suas empresas na cidade, a Vila da Pedra Empreendimentos, que atua em parceria com a Rádio Delmiro (FM 89,9), Rádio da Vila (FM 39,9), Shopping da Vila, Maria Fumaça Bistrô & Burguer, Cervejaria Maria Bonita, e Loteamento Vila da Pedra⁹. Com relação a readaptação das formas para o desempenho de novas funções, Santos (2014, p.77), enfatiza que “o envelhecimento físico das formas é previsível pela durabilidade dos materiais; o envelhecimento moral não é previsível, muda de acordo com o quadro político, econômico, social e cultural”. No que se refere à estação de Pedra, analisa-se que a sua refuncionalização ocorre por meio do desempenho de outras atividades, ou seja, na realização de novas funções orientadas pelo grupo à frente do Museu Regional de Delmiro Gouveia.

Ao tratar da gênese urbana dos municípios que compõem o estado de Alagoas, Silva (2021, p.75) analisa:

O que destacamos é que os núcleos urbanos surgem influenciados por fatores que deliberam a sua gênese, mas que calham de ser influenciados pelos mesmos processos ou por outros que definem o seu percurso na conjuntura econômica e política da época. Assim, nem todo núcleo se dinamiza e se estrutura a ponto de formalizar uma condição definida como vila ou cidade.

⁸ O Museu Regional de Delmiro Gouveia foi inaugurado pelo Grupo Cataguases Leopoldina, tendo à frente da fábrica Ivan Muller Botelho, entre os anos 1986 e 1992. Nessa época, segundo informações dispostas na página do Museu Regional Delmiro Gouveia, esse grupo adquiriu a Agro Fabril Mercantil (fábrica construída por Delmiro Gouveia) e mudaram a razão social para Multifábrica Mercantil Nordeste S/A. Disponível em: <https://museudelmirogouveia.com.br/viva-o-museu-33-anos-da-inauguracao/> . Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

⁹ Segundo informações dispostas na página do Museu Regional Delmiro Gouveia. Disponível em: <https://museudelmirogouveia.com.br/parceiros/> . Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

Considerando que o empreendimento fabril foi um projeto almejado desde Pedra, e que em “Alagoas os espaços fabris podem ser identificados como lócus de experiências empresariais e do trabalho, do delineamento de territórios que constituem complexos produtivos formados por fábricas com vilas operárias” (Tavares, 2019, p.3). Analisa-se que a instalação da Fábrica da Pedra (1914) trouxe modificações que influenciaram a configuração espacial de Delmiro Gouveia. Desse modo, esse é outro aspecto importante para se pensar a sua formação a partir do estudo que focaliza a cidade e tem a Fábrica da Pedra como desencadeadora de suas dinâmicas socioespaciais.

No tocante à instalação da Fábrica da Pedra pelo industrial Delmiro Gouveia, verifica-se que o aproveitamento das águas da cachoeira de Paulo Afonso foi propício para que este construísse a usina hidrelétrica que viabilizaria o funcionamento da indústria têxtil. Como se pode observar com Oliveira (1981) e Maynard (2008), o aproveitamento das águas da cachoeira de Paulo Afonso, que ocorreu através da construção da Usina Hidrelétrica de Angiquinho, idealizada e fundada por Delmiro, em 1913, sendo a primeira do Nordeste, (ver figura 5, registro de Delmiro à direita, visitando Angiquinho acompanhado de outra pessoa), foi fundamental para realização dos objetivos desse industrial em relação à Pedra.

Figura 5 - Delmiro Gouveia em visita à Usina Hidrelétrica Angiquinho em 1913



Fonte: Delmiro, à direita (com bigode). Registro fotográfico: Cruz, Camila Rodrigues. Museu Regional Visita/campo documental realizada em 24 de janeiro de 2023.

1.2 Delmiro Gouveia e o projeto urbano-industrial para Pedra

Não é pretensão realizar um trabalho biográfico sobre a vida do cearense Delmiro Gouveia, porém, faz-se necessário referir-se a sua trajetória ainda que brevemente para análise das relações que se estabeleceram sobre Pedra, a partir de suas ações. Ou seja, importa sua atuação enquanto sujeito histórico. Conforme Maynard (2008, p.23):

Em Alagoas, Gouveia parou na cidade de Água Branca. Ali recebeu apoio das poderosas famílias Torres e Luna. Retomou seu negócio de peles e couros. Recuperou-se dos prejuízos. A fixação em Pedra deu-se em março de 1903. Naquele ano, Delmiro comprou um sítio na vila. Bem próximo, estava a cachoeira de Paulo Afonso. Comprando cada vez mais terras na região da cachoeira, Gouveia resolveu levar adiante o projeto de uma hidrelétrica a partir da queda d'água. Para isto, associou-se aos americanos. Mas, após tudo arquitetado, a ideia para eletrificar o Recife e outras cidades foi rejeitada.

O aproveitamento energético da cachoeira de Paulo Afonso, da qual se visualizava a distribuição energética para o Nordeste, que tinha Recife como principal centro consumidor foi um plano de Delmiro que não se concretizou. Uma vez que, segundo pontua Correia, (2015 p. 79):

Os americanos recuaram porque o governador de Pernambuco, general Dantas Barretos, eleito em 1911, após mais de uma década de dominação da oligarquia rosista, recusou-se a conceder licença para a instalação de uma rede elétrica em solo pernambucano a qual ligaria a cachoeira de Paulo Afonso ao Recife.

Os empreendimentos não se encerraram depois do retorno negativo do governo Dantas Barreto, pois, ao retomar o monopólio do comércio de peles no Nordeste brasileiro, no ano de 1909, Delmiro, segundo Nascimento (2015, p. 67) “com o acúmulo de capitais e ajuda de sócios brasileiros e estrangeiros, preparou-se para novos empreendimentos”. A vinda a Água Branca também lhe foi favorável, pelo seu encontro com Ulysses Luna, senador e prestigioso chefe da polícia alagoana, parente e aliado político de Euclides Malta, governador de Alagoas. A recomendação do governador para Ulysses Luna determinava que a Delmiro, “lhe fosse dada proteção para que nada viesse a acontecer com seu protegido” (Nascimento, 2015, p.106). Após sua instalação em Pedra, Delmiro refez sua fortuna ao mesmo tempo em que tentou expandir seus negócios.

É que depois da recusa de Dantas Barreto, “trataria ele de montar uma outra indústria. E por intermédio da firma Iona & Cia., mandou pedir orçamento, bem como projetos, aos fabricantes W.R. Bland & Co, da Inglaterra, para uma fábrica, de novelos de fio”. (Martins,

1963, p.78). Assim, decidiu o capitalista cearense “aproveitar as águas da cachoeira de Paulo Afonso, num empreendimento mais modesto, uma pequena usina hidrelétrica para fornecer luz e força a uma fábrica têxtil que iria implantar em pleno o sertão alagoano” (Correia, 2015, p.80). Nesse sentido, a construção da Usina hidrelétrica de Angiquinho foi determinante para a concretização de seu projeto urbano-industrial em Pedra, sobretudo, porque ela alimentaria com a energia que gerava a fábrica que “começaria a funcionar no dia 5 de junho de 1914” (Martins, 1963, p.81).

A fundação da Usina Hidrelétrica de Angiquinho fez parte das primeiras iniciativas tidas como mais importantes em relação ao aproveitamento hidrelétrico do Rio São Francisco. De acordo com Muccini e Malta (2007, p.75):

Foi a primeira obra destinada a aproveitar o potencial hidráulico da cachoeira de Paulo Afonso, além de ter sido uma das primeiras hidrelétricas do Nordeste do Brasil. Inaugurada em 23 de janeiro de 1913, pelo industrial Delmiro Gouveia, a pequena usina tinha por finalidade acionar as máquinas de uma indústria de linhas e fios, a Companhia Agro Fabril Mercantil[...] A energia produzida era igualmente usada para o fornecimento de luz elétrica à vila operária da fábrica.

Este estudo não objetiva aprofundar-se na análise das usinas que foram precursoras da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF¹⁰, e nem mesmo no estudo da consolidação desta. Porém, ressalta que a construção da Usina de Angiquinho, como se pode observar, foi um fator decisivo para o projeto industrial visado por Delmiro. Tão decisivo, que mesmo após perder a parceria com os norte-americanos, este deu continuidade e “levou o plano adiante, limitando-o às suas terras”, pontua (Maynard, 2008, p.23).

A trajetória econômica de Delmiro Gouveia, desde os empreendimentos do empresário em Recife¹¹-PE, com o mercado Dérbi e depois a Usina Beltrão, foi sempre marcada por questões de ordem política, que refletiriam sobre seus negócios desde suas articulações comerciais até a consolidação deste no ramo industrial.

¹⁰ No artigo intitulado: Período pioneiro da hidrelétrica de Paulo Afonso-BA: Uma contribuição à historiografia de base local e Regional (2007, p. 75-76) os autores Sandra Muccini e Sérgio Malta destacam que as iniciativas de maior importância para aproveitamento hidrelétrico do Rio São Francisco, no período anterior à criação da CHESF foram: Angiquinho (Delmiro Gouveia), Usina Hidrelétrica de Itaparica, antiga Petrolândia (PE) e Usina Piloto. E explicam com mais detalhes o processo de aproveitamento hidrelétrico do Rio São Francisco, ao abordar a consolidação da CHESF como empresa do setor hidrelétrico nacional, que ocorreu em 3 de outubro de 1945.

¹¹No livro intitulado - Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista (1963), o autor Fernandes Magalhães Martins discorre com mais detalhes sobre os empreendimentos do empresário em Recife (o mercado Dérbi e a Usina Beltrão)

Antes de se fixar propriamente em Pedra, Delmiro Gouveia, que iniciou seus negócios em Alagoas, por meio da fundação, em 1903, da firma “Iona & Cia, com sede em Maceió” (Martins, 1963, p. 66), teve todo o apoio político que precisou em Alagoas, o que foi decisivo para seu sucesso empresarial nessa região. Nota-se que o êxito de seus empreendimentos dependeu, em grande medida do estreitamento de boas relações no âmbito político. Diante do exposto, escreve Martins (1963, p. 67):

O Estado de Alagoas, já sob o domínio dos Malta, acenava-lhe com maiores vantagens. Eram mínimas as taxas de exportação lá cobradas sobre couros e peles, não havendo o propósito deliberado do oficialismo em majorá-las, como vinha ocorrendo em Pernambuco.

Diferentemente de sua situação com os representantes do poder político em Pernambuco, Alagoas foi para Delmiro a “terra prometida”, como frisou Correia (2015, p. 68) “o coronel Delmiro Gouveia sempre gozou de muito prestígio junto aos chefes políticos do Estado e ao coronelato”. Nesse sentido, sua vinda para Alagoas foi facilitada pelos representantes do poder local, que eram os que decidiam as relações em Pedra, e continuou sendo assim sob o comando de Delmiro Gouveia. Em relação ao fortalecimento dessa estrutura que se fundamentava nos próprios interesses dos comandos locais, para exemplificar tal relação, basta verificar a postura do governo do estado de Alagoas, através do Decreto nº 499 de 29-9-1910 – que segundo Martins (1963, p. 75):

Veio a conferir, à firma Iona & Cia, o direito de explorar as terras secas e devolutas do município de Água Branca, sendo ratificada pelo de nº 503, de 30 de novembro daquele ano, que concedia, inclusive, isenção de impostos para a fábrica de linhas, e o de nº 520, de 12-8-11, dava concessão para capitar a energia de Paulo Afonso.

Nesse sentido, Correia (2015, p.79) acresce:

Para que a parceria entre o capital internacional e firma de Delmiro Gouveia efetivamente se concretizasse, o rei das peles deveria obter dos governos de Alagoas, Bahia, e Pernambuco as condições legais, ou seja, as concessões, privilégios, isenções, essas eram as condições para vinda do capital americano. Em menos de dois anos, através da Iona & Cia., Delmiro obteve do governo de Euclides Malta todas as concessões, privilégios, e isenções acordadas.

Não se pode negar que as concessões foram substanciais para viabilidade dos negócios de Delmiro Gouveia, e que estas demonstram a estreita relação entre o Estado e o industrial. Desse modo, não havendo nenhuma objeção em relação aos empreendimentos almeçados pelo empresário, foram dadas as condições para sua concretude dentro de um contexto em que

Delmiro Gouveia usufruía de regalias que foram garantidas pelo Poder Público. Sobretudo, pelas amplas concessões que lhes foram dadas. Delmiro Gouveia desfrutou também, como lembra Nascimento (2015, p. 73) de “concessões legalmente inadmissíveis, como a de uso do Rio São Francisco e de suas margens, que faziam parte do domínio da União”. Nesse sentido, o estabelecimento das relações com o Governo Estadual e os representantes das oligarquias locais, foi essencial para que não houvesse obstáculos aos feitos do coronel Delmiro.

Nesse seguimento, sobre a difusão da imagem de Delmiro Gouveia enquanto capitalista escreve Correia (1996, p.40-41):

A Delmiro foi imputado um certo caráter messiânico, vendo-se na sua audácia, na sua capacidade de mando e na "postura científica" que lhe atribuíam um exemplo e, nas suas realizações no Sertão - a usina em Paulo Afonso e Pedra -, um testemunho da possibilidade de "salvação" da região.

Entretanto, seu estabelecimento em Pedra se deu pela expectativa em relação à exploração “daquele ponto estratégico, estava pronto para deflagrar a revolução industrial com que vinha sonhando” (Martins, 1963, p. 71). Esse é um fato que pode ser analisado a partir da própria trajetória comercial e industrial de Delmiro Gouveia, desde a avaliação de seus impasses em Pernambuco, quando começou a empreender particularmente no ramo industrial, como foi o caso da Usina Beltrão, até sua ida para Alagoas para a consolidação de seu projeto industrializante em Pedra. Pode-se indagar então, se a ida do Coronel para Pedra esteve mesmo ligada à possibilidade de “salvação da região”, como foi difundido na época, pois, os acontecimentos que refletiram sobre seus negócios tanto politicamente quanto economicamente nesses dois estados e, mesmo no Brasil, colaboram para a afirmativa de que uma das principais causas de sua fixação definitiva em Pedra foi sem dúvidas as chances que este teve de cumprir os propósitos ansiados com o empreendimento fabril nessa localidade.

Conforme assinala Moraes (2008, p.47):

O desenvolvimento histórico se faz sobre e com o espaço terrestre, e, nesse sentido, toda formação social é também territorial, pois necessariamente se espacializa. Valorização do espaço e formação territorial, dois níveis de abordagem de um mesmo processo. De um lado, as determinações genéricas, fornecendo macroindicadores que delimitam grandes períodos e iluminando suas lógicas estruturais de funcionamento. De outro lado, a malha fina do desenrolar das conjunturas, permitindo identificar vontades e posicionamentos individualizados, interesses específicos, enfim, movimentos singulares. Tem-se, assim, dois planos da análise e reflexão, em que cuja união se desenha o projeto de uma Geografia interpretativa, social e histórica.

Diante da colocação apresentada pelo autor é pertinente refletir sobre as relações sociais, políticas, e econômicas situando-as enquanto fenômenos para uma leitura analítica de determinada estrutura social. Assim, para realização do estudo sobre a formação territorial de Delmiro Gouveia é preciso situar o Povoado Pedra também, dentro de um contexto mais abrangente, momento em que as indústrias começaram a construir as vilas operárias e os núcleos fabris. Nessa perspectiva, a partir da leitura de alguns aspectos da organização social de Pedra, Correia (1996, p.54) reflete que:

A construção de núcleos fabris, ao contrário de finalidades filantrópicas, atendia a interesses materiais bastante imediatos. Viabilizava a implantação de fábricas em localidades rurais, portanto junto às fontes de energia - cachoeiras e matas - e ocupando terras baratas. Favoreciam a atração de mão-de-obra para a indústria - ao oferecer simultaneamente emprego e teto- em um momento em que havia grande resistência dos trabalhadores ao emprego industrial. Para o industrial, o núcleo permitia ainda um controle mais efetivo sobre a força de trabalho empregada.

A autora faz uma consideração muito interessante da qual se pode analisar as condições em que a cidade de Delmiro Gouveia foi ao longo do tempo sendo edificada. Dessa maneira, o funcionamento da indústria têxtil como parte do modelo urbano e social que foi pensado para Pedra, desde a criação do núcleo fabril, que incluía a habitação que a fábrica disponibilizava para o operariado daquele período foi o motor de uma dinâmica que repercutiu sobre a formação do espaço da cidade em estudo.

Outra contribuição importante com relação a essa temática, é a análise sobre o sistema de morador no Nordeste, pois “paulatinamente desde os anos 1850 o regime de morador substitui o trabalho escravo nos espaços nordestinos, antecipando de algumas décadas a abolição da escravatura”. (Moreira, 2018, p.86). E, “já no sertão o regime de morador surge quando a luta entre os coronéis se encontra em grande acirramento, lançando o campesinato a um total estado de instabilidade”, (Moreira, 2018, p. 87). Nessas circunstâncias, e mediante a incerteza, muitas famílias camponesas sem acesso à terra tiveram que migrar para outras regiões em busca de trabalho para sobreviver. De acordo com Moreira (2018, p. 87):

Em 1909 o governo federal cria o IOCS (Inspetoria de Obras contra as Secas), logo transformado no IFOCS, e em, 1945, no DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas), inaugurando a política da “indústria das secas”. Sem perspectivas de acesso à terra, os camponeses se instalam como moradores nas pequenas parcelas cedidas para o cultivo de algodão em regime de parceria ou arrendamento, transferindo renda fundiária aos grandes proprietários.

A criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IOCS), enquanto órgão federal pelo Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, representou a tentativa de sistematização de estratégias de combate à seca para a região Nordeste. Posto isto, com relação à localidade em formação afirma Martins (1963, p. 136):

Depois de inaugurada a fábrica, e edificada a vila operária, espalhando-se a notícia das boas condições que lá eram oferecidas, não foi mais difícil conseguir braços e especialistas para a obra. E ainda muito menos difícil isso se tornou com o advento da seca de 15, que assolou o Nordeste, e destruindo plantações e rebanhos, empobrecendo ou deixando muitos, até os mais remediados, na miséria e sem meios de vida.

A captação da mão de obra no momento de seca e agravamento da existência da população pobre foi propícia para que o coronel e capitalista industrial concentrasse mais riqueza e conseqüentemente exercesse o controle sobre Pedra. Essa relação de poder teve como ponto de partida a atração de famílias pobres e de origem camponesa para as moradias da vila operária, com a finalidade de transformar essas pessoas em mão de obra industrial. De acordo com Gonçalves (2010, p.267 apud Nascimento, 2015. 142):

A Pedra não era um aglomerado urbano político-administrativo independente. Estava ligada ao município de Água Branca, de quem tudo dependia. Porém, como distanciava 20 quilômetros, possibilitou que Delmiro organizasse a comunidade segundo o seu interesse, para favorecer o trabalho, controlar o tempo, o descanso, o lazer, os estudos, as compras e principalmente, a convivência entre moradores, sem contaminá-la com os enormes vícios e defeitos tradicionais da região.

Essas relações ilustram como foi possível que Delmiro Gouveia, através de sua fábrica, exercesse poder sobre os seus funcionários, que eram moradores da vila operária, não somente através das relações internas de trabalho, mas também sobre a vida privada destes e de suas famílias. Sobre essa mesma questão, Correia (2015, p.112) enfatiza o seguinte:

Embora, no núcleo da Pedra fosse promovido e incentivado o ensino escolar, a prática do esporte, a disponibilização de assistência médica e habitações higiênicas, tudo isso era pensando para favorecer exclusivamente a produção de mercadorias. Tudo no núcleo da Pedra se atrelava a produção, a casa, os outros espaços dentro do núcleo que funcionavam como compêndios da fábrica, até mesmo as crianças já eram admoestadas de muito jovens.

Nesse sentido, das interferências do funcionamento da fábrica sobre Pedra compreende-se que esta foi edificada sobre relações que revelam a maneira como foram submetidos os trabalhadores e trabalhadoras no núcleo fabril, em virtude dos projetos de Delmiro Gouveia.

Segundo Nascimento (2015, p.186):

Para controlar os moradores da Pedra com resultados imediatos, já que a necessidade de tocar a usina elétrica e a fábrica se fizeram com relativa urgência, Delmiro estabeleceu medidas “educativas” e “disciplinares” que podiam ser de multas, castigos físicos e repreensões severas até punições mais rigorosas como a expulsão do núcleo, obrigando, assim, os operários a realizarem suas funções sobre com zelo e atenção.

Dos aspectos destacados no trecho apresentado pelo autor, nota-se que a criação do núcleo fabril pela indústria têxtil no antigo Povoado Pedra (em 1912), mostra como o modelo de moradia proposto pelo coronel Delmiro pretendia, além do cooptação de mão de obra, também um controle social sobre essa classe, (no quadro 01, observa-se os horários da Fábrica de Linhas da Pedra). Vale destacar, que esse controle se estendia para além do trabalho na fábrica, pois havia a fiscalização destes trabalhadores e trabalhadoras porque “o corpo de vigilantes o informava sobre tudo o que ocorria dentro e fora do núcleo” (Nascimento, 2015, p. 186).

Quadro 01. Horários da Fábrica de Linhas da Pedra

QUADRO DE HORARIO

HORARIOS

ESCRITORIO: TURMA UNICA

Das 7 as 11 horas. Das 13 as 17 horas.

FABRICA:

TURMA UNICA

Das 6 as 10 horas. Das 11 as 15 horas.

TURMA REVEZANTE

Primeira Turma:

Das 6 as 10 horas Das 14 as 18 horas.

Segunda Turma:

Das 10 as 14 horas. Das 18 as 22 horas.

Terceira Turma:

Das 22 a 1 hora. Das 2 as 6 horas.

Uma hora de intervalo para café.

Descanso Semanal: DOMINGO

Fonte: registro fotográfico: Cruz, Camila Rodrigues. Museu Regional
Visita/campo documental realizada em 24 de janeiro de 2023.

Sobre a origem da força de trabalho utilizada na execução do empreendimento fabril, por Delmiro Gouveia, se verifica que este teve de absorver a maior parte da mão de obra oriunda do próprio sertão. “Assim, o corpo de operários chegou a atingir, na quadra do movimento máximo, dois mil indivíduos de ambos os sexos que trabalhavam dia e noite, da segunda ao sábado” afirma (Santos, 1974, p. 34 apud Nascimento, 2015, p.143). Por meio da breve exposição feita sobre a situação do operariado em Pedra, verifica-se que existiu todo um sistema de controle exercido por Delmiro Gouveia. Identifica-se aliás, que a imagem que foi difundida de Pedra era em realidade bem diferente da vivenciada pelos moradores que trabalhavam na fábrica. Já que, em Pedra, se buscou “introduzir uma nova disciplina e modo de vida a sertanejos recém-proletarizados, através do arranjo das casas e dos espaços coletivos, de um rígido controle das atividades, do uso do tempo e do consumo”, segundo (Correia, 1996, p.47). Ao tecer essas considerações a autora procura destacar como Pedra foi representada como um modelo incontestável de progresso.

De modo igual, o controle do tempo, através do apito da sirene da fábrica merece ser evidenciado, pois, ao comentar sobre a autoridade que Delmiro exercia sobre Pedra, afirma Graciliano (1977, p.115 apud Maynard, 2008 p. 69):

Arame farpado cercava a fábrica e a vila operária. E os agentes do Governo, funcionários da prefeitura, soldados de polícia, detinham-se nas cancelas, porque lá dentro não eram precisos. Estava tudo em ordem, ordem até excessiva, as casas abrindo-se e fechando no horário, os deveres conjugais observados com rigor, o cinema exibindo fitas piedosas, as escolas arrumando nas crianças noções convenientes. Apito de manhã, apito no cair da noite, instrumentos e pessoas em roda viva, tudo melhorando, a procura superior à oferta.

A sirene orientava a jornada de trabalho na fábrica que era de oito horas diárias com a troca de turnos. Por conseguinte, regulava a vida em Pedra. E nesse sentido, Delmiro esteve à frente de tudo que pudesse envolver seu empreendimento. Constata-se que o mesmo, ao ouvir o tocar da sirene ia diretamente ao encontro dos operários na porta da empresa. Segundo Nascimento (2015, p.190), ele ainda “fiscalizava o vestuário, os cabelos, os calçados dos funcionários. A fábrica funcionava de segunda a sábado, sendo o domingo a folga e o dia que a companhia realizava o pagamento e a feira de Pedra”. Como se pode entender, Delmiro era extremamente rígido quanto ao disciplinamento das pessoas no núcleo fabril, e como dito antes, essa rigidez ultrapassava as relações no âmbito do trabalho, marcando o cotidiano do operariado em Pedra.

1.3 Coronelismo e Latifúndio

A relação de cooptação, com a oferta de moradias para empregados e suas famílias, foi um hábito relacionado ao monopólio da terra pelos coronéis donos de fazendas e de indústrias, como era o caso de Delmiro Gouveia. Evidencia-se então, que a falta de acesso à terra por parte desses trabalhadores/as ou de condições para produzir nela, sempre foi um dos principais motivos para a aceitação das condições de trabalho e moradia já comentadas. Nesse sentido, procurar-se-á identificar o estabelecimento das relações de poder na cidade em estudo via análise do sistema de coronelismo e latifúndio. Uma vez que, é em meio ao crescente poder dos coronéis que “o núcleo fabril da pedra seria ampliado em pleno Sertão alagoano e tornar-se-ia o centro econômico e social de vasta região sertaneja que ultrapassaria as fronteiras do estado” (Nascimento, 2015, p.78).

A literatura sobre o sistema de coronelismo é vasta e apresenta diferentes inclinações que embasam a definição do que é o coronelismo, assim como, as análises de sua estrutura. Pontua-se em relação a origem do termo coronelismo, com Nascimento (2015, p.99) que:

O surgimento do vocábulo “Coronelismo” deve-se aos “coronéis” da Guarda Nacional criada em 18 de agosto de 1831. Esses poderosos tinham asseguradas prerrogativas, dadas pelo Poder Central, de organizar grupos armados e, diante de ameaças à ordem estabelecida, agir militarmente. Com o tempo e as relações de poder que foram se plasmando, além dos que realmente exerciam tal posto, o tratamento de “coronel”, passou a ser empregado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, e a todo e qualquer detentor de posses, e assim passou a ser mesmo no período republicano, quando o cargo deixou oficialmente de existir. O fato é que esse sistema ficou tão enraizado na mentalidade do sertanejo que o tratamento de coronéis é até hoje atribuído aos que têm o comando da política local.

Referente ao tratamento de coronel, além da atribuição à figura do chefe político, o autor destaca a detenção de posses. Verifica-se assim, que o discurso proferido por Delmiro Gouveia, ao procurar associar os interesses da fábrica com os da população da época, esteve atrelado à possibilidade de promoção de sua indústria. Correia (1996, p.26) reflete que Pedra foi caracterizada como exemplo da possibilidade de superação do “atraso”, e disso, como se pode analisar resulta as amplas concessões direcionadas aos empreendimentos de Delmiro. Entre essas estava o direito de posse de terras devolutas, e a isenção de pagamentos de impostos para a fábrica. Segundo Correia (2015, p.86) “a experiência da vila da Pedra significava para os membros ou representantes da incipiente burguesia industrial brasileira um precioso exemplo”. Assim, as transformações que davam a Pedra a notoriedade de um povoado que progredia em meio ao sertão alagoano partiam de interesses bem particulares do coronel e capitalista industrial em relação ao mercado.

Observando a integração do capitalista industrial Delmiro Gouveia ao coronelismo no sertão alagoano, Maria Isaura P. de Queiroz discorre sobre os fundamentos da estrutura coronelística:

Na estrutura coronelística, somente os indivíduos bem aquinhoados de fortuna herdada ou adquirida tinham possibilidades de fazer favores e granjear clientela [...] A fortuna era a base real de todo este edifício, fosse ela oriunda simplesmente do comércio de mercadorias de qualquer tipo, ou proviesse de grandes plantações, ou de criação de gado, ou de lavra variadas. A fortuna abria todas as portas (Queiroz, 1976, p.197-198).

Na análise da estrutura coronelista existem diferentes concepções em relação as suas determinantes, cunhadas a partir da interpretação e destaque dos elementos que se sobressaem no estudo desta estrutura. Nesse caso, o elemento evidenciado na integração de Delmiro a essa estrutura, através do poderio econômico, relaciona-se a noção da autora que entende o comércio como um elemento chave da estrutura coronelista¹². Na sua abordagem, Queiroz (1976, p.65) ressalta “integrante de uma elite controladora do poder econômico, político, e social no país – integrante de uma oligarquia para utilizar o termo apropriado – tem sido o coronel, definido principalmente pelas suas características políticas”. A autora não nega a importância do aspecto político, mas chama atenção, para as facetas que compõem a figura do coronel, diante da complexidade de sua estrutura. Refletindo sobre o sistema do coronelismo em Pedra, nota-se que a elite que forma a classe dominante, tinha o domínio da terra, do trabalho e de Pedra.

Para Queiroz, o coronel Delmiro Gouveia foi um exemplo de ascensão mediante a aquisição de bens de fortuna no comércio, passando em seguida para a indústria. Desse modo, na sua análise:

A história do coronel Delmiro Gouveia evidencia a importância dos bens de fortuna na aquisição de posição sócio-econômica e de influência política [...] Sua fortuna lhe permitiu prescindir desta, tanto na ascensão social quanto na manutenção de sua posição econômico-política. O forasteiro que chegasse com algum capital a uma localidade, e ali se estabelecesse abrindo “venda”, estava iniciando um caminho que podia levar até a chefia política; tinha nas mãos uma “clientela” natural de compradores, aos quais podia fazer favores variados, (entre os quais o “vender fiado” não era dos menores), tanto a gente humilde quanto aos figurões locais (Queiroz, 1976, p. 197).

¹² Em: O coronelismo numa interpretação sociológica. In: o mandonismo local na vida política brasileira. Maria Isaura P. de Queiroz (1976, p. 191) destaca que a fortuna foi um dos principais meios de se fazer benefícios, afirmando que no Brasil, as vias de acesso a essa fortuna foram principalmente a herança, o casamento e o comércio.

Do exemplo indicado por Queiroz, analisa-se que embora a figura do coronel fosse correntemente associada às características políticas, outros aspectos como no trecho citado: a posição socioeconômica, a chefia política, os favores foram alguns dos meios mencionados pelos quais se poderia chegar ao nível de coronel local. Dito isso, observa-se que o modo de agir, ou melhor, o meio pelo qual se buscou alcançar este “nível de coronel” é mais um fator importante para se refletir, que a ação que leva determinados indivíduos à integração ao coronelato, tem relação com os propósitos pessoais destes, do que se ambiciona, seja no âmbito econômico ou político.

Na perspectiva de Queiroz, a estrutura coronelista não poderia ser analisada unicamente por um só critério. Uma vez que, a “estrutura coronelista não era, pois, fechada à ascensão sócio-econômica e política dos indivíduos” (Queiroz, 1976, p. 170). Assim, ela sinaliza a necessidade da verificação de outros aspectos para a compreensão do coronelismo, como forma de se ampliar a discussão em torno desse sistema, que na sua concepção não poderiam deixar de ser considerados, a saber, os aspectos socioeconômicos, trabalhados por esta autora em sua análise sobre a existência do coronel e os fundamentos da estrutura que o fortalece.

Quanto à definição do coronelismo, é a partir de Jean Blondel¹³, que Queiroz (1976, p.172) escreve:

[...] O coronelismo se integra, pois, como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro [...] o coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República: o mandonismo local teve várias formas desde a colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil.

Queiroz, em seu livro: O mandonismo local na vida política brasileira (1969) aprofunda a análise sobre as características do mandonismo local, acentuando que foi no período da colonização, com o processo de povoamento e colonização de terras, que Portugal por meio a princípio dos donatários e posteriormente dos proprietários particulares que teve a criação das vilas e povoados. Nesse sentido, ela frisa também a centralidade de poder exercida pelo proprietário, através de seu poder no comando e autoridade.

¹³ Para mais, consultar livro intitulado: As condições da vida política no Estado da Paraíba. Autoria: Jean Blondel (1957).

Já sob outra ótica, Leal (1997, p.40) define o coronelismo assim:

Concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à estrutura agrária, que fornece a base da sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.

Do descrito por Leal, dentre as questões que fundamentam o sistema de coronelismo, tem-se que a relação posta pelo autor entre o poder público e o poder privado, ainda é frequentemente discutida nos estudos que visam entender as particularidades da história política no Brasil. Paralela a essa questão, na essência do debate proposto por Leal, está a posse e propriedade da terra, vista como sustentáculo importante do fenômeno do coronelismo. Nesse sentido, a estrutura agrária amparada na propriedade da terra, simboliza a base do poder privado dos coronéis.

Ademais, outro aspecto da leitura sobre o coronelismo é que o regime representativo, figura como viabilizador do compromisso coronelista, basta analisar essa relação através da reciprocidade entre o poder público e privado. Desse “compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (Leal, 1997, p.41). A explanação de Leal traz uma reflexão acerca dos principais aspectos da vida política a partir da realidade dos municípios do interior, focalizando sua análise na esfera municipal.

De acordo com Leal, (1997, p. 42):

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições políticas. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes[...] Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais.

A ascendência econômica e social do coronel como dono de terras colocava sob sua sujeição os trabalhadores rurais, cada vez mais inseridos em relações de dominação e

dependência. Segundo Leal (1997, p.42) a “massa humana que tira a subsistência de suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o “coronel” é rico.” Disso decorre que a dominação exercida pelo coronel gerava também uma dependência em relação a sua figura, e com isso se votava segundo a orientação e vontade do coronel que “garantia” a sobrevivência daqueles que votavam mediante sua indicação. Essa relação de dominação por meio da dependência expõe ainda a utilização do processo eleitoral pelo coronel por meio da manipulação dos votos daqueles que se encontravam sob sua tutela.

Desse modo, Leal (1997, p.43) acresce ainda:

O roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não o seja; o rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades.

Como visto, a ascensão dos coronéis política e econômica possibilitou que estes tivessem certas vantagens, como exemplo, a formação de clientelas. E, é justamente usando de sua posição, que o coronel “oferece” a ajuda necessária para aqueles que o buscam em situações de necessidade. Do estabelecimento dessas relações, pode-se analisar que o coronel é o maior beneficiado, pois, a dependência do indivíduo em relação ao coronel se afirmava mais ainda, porque quando se solicitava algo do coronel, se criava uma dívida com este. Logo, os “favores” concedidos pelo coronel assegurava a este a obediência e a lealdade dessa clientela. Desse modo, a concessão de favores dava a garantia de votos aos coronéis. O caso dos roceiros ilustra essa realidade, no qual o coronel tinha a garantia dos votos advindos destes, devido a “favores” que lhes eram concedidos em momentos de dificuldades.

Martins (1994, p.19) ao comentar sobre o clientelismo e a corrupção no Brasil contemporâneo, pontua:

O trânsito de dinheiro particular para os bolsos dos políticos por meio das funções públicas que ocupam combina-se, na tradição brasileira com o movimento inverso de dinheiro particular dos políticos em favor dos eleitores, justamente compensação pela lealdade política destes últimos. É evidente que, nesse trânsito de riqueza por canais que passam pelo exercício de funções públicas, fica difícil distinguir o que é dinheiro público e o que é dinheiro particular.

A sociedade brasileira é caracterizada pela indistinção existente entre o público e o privado, essa constatação é feita, sobretudo, quando se analisa o processo político do país, com a interpretação de que “a política do favor, base e fundamento do Estado brasileiro, não permite

e nem comporta a distinção entre o público e o privado” (Martins, 1994, p.20). Nesse sentido, entender a dinâmica do processo político brasileiro não é algo tão simples, visto que:

Qualquer tentativa de interpretar a dinâmica do processo político brasileiro, e seus episódios singulares, passa pelo reconhecimento de que as mudanças só ganham sentido nas crises de descontinuidades do clientelismo político de fundo oligárquico que domina o país ainda hoje. Passa também pelo reconhecimento de que a tradição do mando pessoal e da política do favor desde há muito tempo depende do seu acobertamento pelas exterioridades e aparência do moderno, do contratual. A dominação política patrimonial no Brasil, desde a proclamação da República, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrático-racional-legal, afirma (Martins, 1994, p.20).

É nesse sentido, que Martins, assinala a coexistência entre o tradicional e moderno quando frisa “que a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação a dominação racional-legal”, pois, ao contrário, nutre-se dela, à medida que também a contamina. Mediante isso, interpreta-se com o autor que quando as oligarquias políticas no Brasil colocam a sua disposição as instituições da moderna dominação política, estas o fazem também para garantia do controle sobre o aparelho do Estado. Como consequência, tem-se que “nenhum grupo ou partido político tem hoje condições de governar o Brasil se não através desses grupos tradicionais. E, portanto, sem amplas concessões do clientelismo político” (Martins, 1994, p.20). Logo, para Martins o poder pessoal e oligárquico, e a prática do clientelismo são fortes suportes da legitimidade política no Brasil.

Martins (1994, p.21-22) reforça que é difícil explicar o público e o privado na formação do Estado brasileiro, sem o recurso da história. Pelo fato, de que “basicamente no Brasil a distinção entre o público e o privado nunca chegou a se constituir, na consciência popular, como distinção de direitos relativos à pessoa, ao cidadão”. Ele acrescenta, por exemplo, que ao contrário foi a distinção que permaneceu limitada ao patrimônio público e o privado – uma distinção relativa ao direito da propriedade e não relativa aos direitos da pessoa. Porém, afirma que essa foi uma distinção que nunca se apresentou de forma nítida. Referindo-se a essa discussão, ressalta que durante o período colonial, os direitos se superpuseram – o público e privado.

Ademais, a única distinção observada por Martins (1994, p.22) foi a seguinte “a grande distinção era de outra natureza e se sobrepunha a todas as outras: o que era patrimônio do rei e da Coroa, e o que era patrimônio dos municípios, isto é, do povo¹⁴”.

¹⁴ E aí a própria concepção de pessoa estava limitada aos brancos e católicos, puros de sangue e puros de fé. Os impuros, isto é, os mestiços, os escravos indígenas, os escravos negros, mas também os mouros e os judeus, estavam sujeitos a uma gradação de exclusão que ia da condição de senhor de patrimônio à condição de patrimônio do senhor, afirma (Martins, 1994, p.22).

Dito isso, o rei que se valia do patrimônio dos súditos para atender as finalidades da Coroa, ou seja, do Estado. Com efeito, não havia uma distinção entre o que hoje se poderia chamar de bens do Estado e bens do cidadão, entende o autor.

Em relação às terras, centro e base do poder até os dias de hoje, verifica-se que era o rei quem mantinha sempre a propriedade destas através da sesmaria, segundo Martins (1994, p.23):

A concessão territorial era o benefício da vassalagem, do ato de servir. Não era um direito, mas uma retribuição. Portanto as relações entre vassalos e reis ocorriam como troca de favor. A lealdade política recebia como compensação retribuições materiais, mas também honrarias, como títulos e privilégios, que, no fim, resultavam em poder político e, conseqüentemente, em poder econômico.

Uma reflexão sobre o esquema de troca e sua relação com a coisa pública, é que o estabelecimento destas relações marca a história do Brasil desde seus primeiros tempos, como discorre o autor. Em suma, a preocupação de Martins com o que leva a (definir o que é corrupção) mais recentemente, o faz recorrer a história “daquilo que permanece”, ou seja, a análise histórica da constituição dos mecanismos de poder e, da constituição de instituições em que o público e o privado se confundem. Nesse sentido, trata-se de entender “o público e o privado não como práticas definidoras de condutas subjetivas, mas como concepções submetidas ao arbítrio de quem personifica o público e de quem personifica o privado”, defende (Martins, 1994, p.24). Adiantando-se mais um pouco no estabelecimento das relações definidoras dos mecanismos de poder na história da política brasileira, observa-se:

O clientelismo político tem sido interpretado, no Brasil, como uma forma branda de corrupção meramente política, mediante a qual os políticos ricos compram votos dos eleitores pobres. Além disso, uma forma obsoleta de aliciamento eleitoral já que, supostamente, o sistema político teria se modernizado, inviabilizando, a sobrevivência desses mecanismos antiquados de relacionamento entre poder e o povo (Martins, 1994, p.28-29).

Sobre a modernização do sistema político e o suposto fim do aliciamento eleitoral, um alerta é que essa pode ser uma interpretação um tanto equivocada, segundo Martins (1994, p.20) “de um lado, porque o clientelismo político não desapareceu. Ao contrário, em muitas regiões do País ele se revigorou, embora mudando de forma, praticado por uma nova geração de políticos”, aqueles sob o disfarce do moderno, que o autor chama de políticos de fachada moderna. E de outro lado, porque, como observa Martins, na realidade o clientelismo político não se reduzia e nem se reduz a uma modalidade de relacionamento entre – políticos ricos e eleitores pobres.

Dando consistência ao seu argumento, Martins (1994, p.20) explica:

O ligarquismo brasileiro se apoia em algo mais amplo do que esse relacionamento – ele se apoia na instituição da representação política como uma espécie de gargalo na relação entre sociedade e o Estado. Não só os pobres, mas todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca de favores com os políticos. As indicações sugerem que o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre os poderosos e os ricos.

Nesse sentido, é preciso se atentar que o entendimento de que o clientelismo político representa em sua essência a relação entre (poderosos e ricos) e não particularmente uma relação entre (ricos e pobres) reside no fato de que: todos os (ricos e pobres) são induzidos a relações pautadas na troca de favores políticos. Isto porque, “muito antes de que os pobres pudessem votar e, portanto, negociar o preço do voto, já o Estado tinha com os ricos, isto é, com os senhores de terras e escravos, uma relação de troca de favores” (Martins, 1994, p.20).

Deste modo, analisando a partir de Martins, que os mecanismos tradicionais do favor político sempre foram considerados legítimos na sociedade brasileira, volta-se aqui a questão da terra, como centro e base do poder até os dias atuais, mencionada anteriormente, para apreensão da discussão que foca os aspectos da dinâmica política da Primeira República, analisados por Nascimento (2015, p.86) em relação a edificação da força política dos coronéis em nível municipal e das oligarquias nos planos estaduais e federais:

[...] Ganhava corpo o modelo formalmente liberal, mas fundamentalmente autoritário nas suas práticas, residindo aí, uma das razões para o fortalecimento do coronelismo como sistema político e sua importância para a manutenção dos interesses da sociedade agrária, em que o coronel exercia ampla autoridade sobre seus dependentes, estando o seu poder assentado no latifúndio.

O firmamento das oligarquias rurais e seu poder de decisão sobre a propriedade da terra facilitou ainda mais a vida dos coronéis, “por intermédio dela, os ‘coronéis’ consolidam e ampliam o monopólio fundiário”, afirma (Moreira, 2018, p.85). Partindo desse pressuposto, o sistema de coronelismo e a “atomicidade dos ‘coronéis’ têm a ver também com a própria necessidade das oligarquias rurais de fazerem do processo acumulativo seu próprio processo de modernização rumo a uma face burguesa” ressalta (Moreira, 2018, p.85).

A respeito das relações envolvendo o sistema coronelístico em Pedra, Nascimento (2015, p.28) explica “que se encontrava inserido o projeto industrial da Pedra, como de República nascente embalada num discurso de modernidade e progresso, segundo se anunciava, à contraluz do coronelismo que vicejou em todo o período considerado 1902-1926”. Refletindo sobre a colocação do autor, e procurando entender a experiência industrial de Pedra no

desenrolar da “nova” conjuntura do regime republicano, lê-se o coronelismo como um sistema que expressa os interesses e benefícios que visam o seu próprio sucesso.

Outra característica do sistema coronelístico, segundo Nascimento (2015, p.102) é o “esforço do coronel pela melhoria do seu município, vila ou lugar. Sendo boa parte das conquistas como escolas, correios, estradas, posto de saúde, igreja, rede de esgoto, água encanada, luz elétrica, cinema, o clube fruto do seu esforço e prestígio político e econômico”. Da atuação de Delmiro Gouveia e o projeto tocado por ele até sua morte (1917), em Pedra, se compreende que o monopólio da terra permitiu a centralidade das decisões em sua pessoa, que de maneira simultânea colocava-se como patrão e líder político local. Como também, que a localização do núcleo fabril de Pedra, “bastante afastado da sede do município, proporcionou condições ideais para um forte controle social de Delmiro sobre seus moradores”, (Nascimento, 2015, p.148). Assim, se dava a extensão do poder do coronel sobre Pedra e sua população. Nesse sentido, era o coronel o dono das terras, da fábrica, e de toda Pedra.

Desse modo, o coronelismo ao reafirmar seu domínio sobre a terra, a transforma em propriedade privada. Ao tecer contribuições para se pensar a questão agrária no Brasil, Prado Júnior (2015, p. 291) pontua:

Mais da metade da população do país, dependem necessariamente para seu sustento – uma vez que não lhes é dada outra alternativa, nem ela é possível nas atuais condições do país – da utilização da terra. Doutro lado, por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada em benefício de uma reduzida minoria. Decorrem daí os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira – padrões materiais, e como consequência, também culturais.

Em realidade o Brasil, como se pode constatar é um país com um elevado grau de concentração de terras. Numa análise mais geral, pode-se apontar que a forma de ocupação territorial do Brasil, desde sua condição de colônia, contribui para manutenção desse quadro, com o favorecimento da apropriação de grandes latifúndios, em relação as pequenas e médias propriedades agrícolas. De acordo com Leal (1997, p. 47) apesar, do “aumento numérico das pequenas propriedades do Brasil, a expressão percentual da concentração da propriedade rural não tem diminuído”. Soma-se a esse quadro, como já se vem tentando explicar com Leal, o poder político exercido pelos grandes proprietários rurais, como um fenômeno político e social, estudado como o coronelismo. Como se sabe, no Brasil a reforma agrária não se efetivou de modo a mudar a estrutura fundiária, ou como escreve Cosme (2019, p. 37) “nunca houve, efetivamente, a implementação de uma política agrária no país”. Esse fato, evidencia o imenso

poder político exercido pelos coronéis.

Se tratando da concentração da propriedade no Brasil, Prado Junior (2015, p.293) afirma:

Uma tal estrutura e distribuição fundiária – aliada à circunstância de que em geral é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis, seja pelas suas qualidades naturais, seja pela sua localização – faz com que, de um lado, uma considerável parcela da população rural se encontre insuficientemente aquinhoadada e não disponha de terras suficientes para sua manutenção em nível adequado[...] outra parcela da população rural que como a primeira referida constitui a grande maioria que habita o campo, não dispõe de terra própria.

Marcada pela desigualdade e pela concentração de terras pelo latifúndio, a estrutura agrária brasileira apresenta sérios desafios no que se refere ao acesso à terra e as condições para se produzir nesta, principalmente por ser um grande entrave para os trabalhadores que buscam sua sobrevivência por meio da terra. Sobretudo, porque historicamente o acesso à terra tem sido negado à classe trabalhadora, em detrimento de uma elite fundiária, caracterizada pela acumulação de terras, da qual fazem parte os grandes latifundiários brasileiros, que fora beneficiada com a aprovação da Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, “conhecida como Lei de Terras, que impedia o acesso às terras devolutas por outro meio que não fosse à compra” (Martins, 2017, p. 278).

De acordo com Stedile (2012, p.24-25) esta lei foi um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e de preparação para a crise do trabalho escravo, que já se ampliava. Implantando assim, pela primeira vez no Brasil a propriedade privada de terras, uma vez que:

Proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço [...]estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras. Poderia transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito à venda e compra. Mas, para isso, deveria comprar, portanto, pagar determinado valor à Coroa. Ora, essa característica visava, sobretudo, impedir que os futuros ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem, não teriam, portanto, recursos para “comprar”, pagar pelas terras à Coroa.

A regulamentação da propriedade da terra via compra, como se ver com Stedile, devido ao seu caráter excludente, repercute na forma como a sociedade se encontra organizada, pois, é por meio das relações de poder em torno da propriedade fundiária, e ao mesmo tempo na busca de reafirmação dessa estrutura, que se tenta a todo custo, mesmo pela imposição de poder, que esta estrutura fundiária seja mantida. A discussão sobre a questão agrária no Brasil pode ser

realizada a partir de diferentes abordagens, Stedile (2012) por exemplo, entende que o conceito “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Apesar disso, o autor procura trabalhar com a definição do conceito de questão agrária como sendo “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (Stedile, 2012, p.17).

Nesse sentido, é que se procurou realizar alguns apontamentos mais gerais sobre o sistema de coronelismo e o latifúndio, tendo em vista, a importância dessa discussão para investigação e entendimento das relações de poder na cidade de Delmiro Gouveia. Isto porque, como se colocou no início deste tópico, a falta de acesso à terra facilitou ainda mais a cooptação de trabalhadores/as realizada por Delmiro Gouveia. Desse modo, foi com base no estabelecimento das relações de poder que se tentou analisar através das ações do Coronel e industrial Delmiro, os desdobramentos do coronelismo e latifúndio no contexto do Povoado Pedra.

É válido destacar que durante os anos em que esteve funcionando a Fábrica da Pedra passou pelas mãos de diversos grupos, desde a morte de seu fundador em 1917 até o ano de seu fechamento em 2017. Em relação à gestão da fábrica por esses grupos, observa-se no livro *Fábrica da Pedra: 100 anos* (2014, p. 31) que tem como autor, José Souza Irmão (Zeca Queiroz) antigo morador da cidade e ex- operário da referida fábrica, que entre os anos de 1914 e 1917, a Fábrica de Linhas da Pedra esteve sob a direção de Delmiro Gouveia (3 anos), de 1917 a 1927 sob a de seus herdeiros (10 anos). Entre os demais grupos¹⁵ que a comandaram, esteve a sua frente entre os anos 1992 e 2014, Carlos Benigno P. Lyra Neto (22 anos).

É importante salientar que durante o longo período em que esteve funcionando a Fábrica da Pedra, por meio da gestão destes grupos, seguiu exercendo influência sobre a cidade Delmiro Gouveia. Nesse sentido, se tratando do grupo que comandou a fábrica sob a direção de Carlos Benigno P. Lyra Neto, mesmo com as paralisações da fábrica, em 2016, por exemplo, o Grupo Lyra seguiu na administração da Fábrica da Pedra até seu fechamento definitivo no dia 31 de janeiro de 2017.

¹⁵ Os outros grupos que comandaram a Fábrica da Pedra antecedem o Grupo Carlos Lyra. E foram estes: de 1927 a 1949 Vicente Lacerda de Menezes (22 anos), de 1949 a 1983 Antônio Carlos de Menezes (34 anos), de 1983 a 1986 José Collier (3 anos), de 1986 a 1992 Ivan Muller Botelho (6 anos). Ver mais em: *Fábrica da Pedra: 100 anos* (2014, p. 31) de José Souza Irmão (Zeca Queiroz).

Cosme (2019, p. 166) observa que em Alagoas, os “donos da terra, do capital e do poder são os que determinam, de forma quase absoluta, os rumos das relações de poder, especialmente a partir da política e do poderio econômico”. Para Cosme, outro fator de relevância para análise de determinados grupos e o estabelecimento das relações de poder é o fato destes terem “representantes infiltrados nos três poderes”. Nesse sentido, o autor enfatiza que encontrar “um sobrenome das famílias oligárquicas no Legislativo, no Executivo ou mesmo no Judiciário”, não é algo difícil.

Com relação ao Grupo Lyra, Cosme (2019, p.169) assinala:

O Grupo Carlos Lyra, pertencente ao senhor Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto, falecido recentemente, se constitui um dos maiores grupos em Alagoas. Exerce seus domínios, tanto no litoral com a cana, como no Sertão com o algodão e a pecuária. Irmão de João Lyra, portanto, filho também de senhor de engenho, foi senador por Alagoas em dois mandatos, ambos iniciados na suplência, assumindo em seguida, entre 1983-1987 e em 1990-1991[...] no litoral alagoano, os negócios são compostos por quatro indústrias produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade, todas denominadas de Usina Caeté S/A, localizadas em: São Miguel dos Campos, Igreja Nova, Maceió, e Paulicéia, no estado de São Paulo. Ainda no litoral, em São Miguel dos Campos, possui a fazenda Varrela Pecuária, como criações de gado e de ovinos, além do plantio de cana-de-açúcar.

Dando seguimento a explicação sobre a atuação do Grupo Lyra, Cosme (2019, p. 169) acresce o seguinte:

No Sertão alagoano, mais precisamente no município de Delmiro Gouveia, adquiriu, em 1992, a secular Fábrica da Pedra. Ainda no Sertão, amplia seus negócios, com a fundação da Rádio Delmiro AM e FM, no ano de 1994, um canal midiático influente no Sertão alagoano e em estados circunvizinhos. A concentração de terras é uma das marcas do grupo, além das parcerias com os pequenos agricultores, como forma de apropriação da renda da terra.

Das informações apresentadas por Cosme (2019) em relação ao Grupo Lyra, compreende-se que esse grupo tem atuado historicamente no estado de Alagoas, através de seu prestígio político e econômico, ampliando inclusive, seus negócios a partir de sua atuação em diversos ramos desde 1965, “ quando adquiriu a primeira usina, a saber: sucroenergético, bioeletricidade, têxtil, táxi aéreo, pecuária e radiodifusão” (Cosme, 2019, p. 169). A concentração de terras nas mãos deste grupo é condição fundamental para a determinação das relações de poder a partir de suas decisões, como também, para sua manutenção no poder. Uma vez que, “a posse, a propriedade e o uso da terra” representam o centro nervoso das relações de poder em Alagoas (Cosme, 2019, p. 161). Para o autor, a propriedade privada capitalista da terra no referido estado, talvez mais que em qualquer outro do Brasil, é de onde

se levanta o poder de poucas famílias para dominar politicamente e economicamente.

Posto isso, a reflexão feita é que a acumulação de capital realizada pelo Grupo Lyra, ao longo de sua atuação em Alagoas, tem relação com sua posição enquanto um dos principais grupos da oligarquia alagoana. Tendo em vista, as relações comandadas por estas oligarquias no estado, que são “representadas por uma burguesia latifundista que tem na figura do usineiro, a sua âncora mais profunda” (Cosme, 2019, p. 158). Levando em consideração, o que pontua este autor, corrobora-se com o mesmo, quando este sinaliza a importância de se registrar o caráter concentrador e centralizador da terra e do capital na figura do usineiro. E portanto, “do poder cada vez mais concentrado em poucas famílias oligárquicas, que passaram a aproveitar todos os privilégios políticos” (Cosme, 2019, p.165). Trata-se então, de um dos maiores grupos do estado alagoano, uma família politicamente reconhecida formada por usineiros, industriais e latifundiários com atuação também na cidade foco de estudo desta pesquisa.

Nesse sentido, mesmo após a morte de Delmiro Gouveia, constata-se que a Fábrica de Linhas da Pedra, a vila operária, e todo o comércio em torno dela sustentaram durante muito tempo essas relações. Visto que, segundo Cosme (2019, p. 170) “percebe-se que a família Lyra, representada pelos irmãos Carlos Lyra e João Lyra, está entre as oligarquias moderno-coloniais mais influentes no estado de Alagoas, a partir da segunda metade do século XX”. Desse modo, mesmo com o fechamento da Fábrica da Pedra, o Grupo Lyra continua atuando na cidade através de outros empreendimentos. Atualmente, as instalações onde funcionava a Fábrica da Pedra foram parcialmente demolidas e modificadas, para dar lugar a novos empreendimentos comerciais e imobiliários pertencentes ao Grupo Lyra, os mesmos donos da antiga Fábrica.

2 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA/AL

Foi com a geografia crítica, a partir do final da década de 70, que se deu a reinterpretação de alguns temas centrais a abordagem geográfica (Corrêa, 2003, p. 20-21). Das discussões decorrentes desse movimento do pensamento crítico geográfico brasileiro, analisa-se que a retomada e reexaminação de conceitos que fazem parte da história do pensamento geográfico, é uma contribuição essencial aos estudos que visualizam o espaço enquanto conceito-chave para investigação da produção do espaço. Nesse sentido, esta é uma análise que enfatiza a noção de produção do espaço a partir da perspectiva histórica e social. Desse modo, como se tem explicitado reiteradamente, a relação entre sociedade e espaço, ou melhor, o estudo sob essa

perspectiva permite compreender as condicionantes localizadas do ponto de vista, temporal e espacial que acabam por influenciar as diferentes lógicas do processo de reprodução do espaço.

2.1 Fábrica da Pedra: primeiros arruamentos e transformações no espaço urbano delmireense

De acordo com Corrêa (2000, p.28) em “realidade o espaço organizado pelo homem desempenha um papel na sociedade, condicionando-a, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução espacial”. Assim, não é o espaço um mero reflexo da sociedade.

Conduzindo-se por essa perspectiva, esclarece Corrêa (2000, p. 35):

[...] No longo e infindável processo de organização do espaço o homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais.

Assim sendo, destaca-se a importância da leitura geográfica das práticas espaciais de determinada sociedade. Uma vez que, o exercício analítico possibilita o entendimento do conteúdo social e espacial de diferentes contextos de uma sociedade, e conseqüentemente a forma como essa sociedade se organiza espacialmente. Como também, os processos históricos que demandam as transformações em sua configuração espacial. Além do mais, ao se compreender que o “objeto da geografia é, portanto, a sociedade e, a geografia viabiliza seu estudo pela sua organização espacial” (Corrêa, 2003, p.53). Afirma-se aqui sua particularidade quanto ao estudo da sociedade.

Mediante isso, Corrêa enfatiza (2003, p.52):

O longo processo de organização e reorganização da sociedade deu-se definitivamente concomitante à transformação da natureza primitiva em campos, cidades, estradas de ferro, minas, voçorocas, parques nacionais, shopping centers etc. Estas obras do homem são as suas marcas apresentando um determinado padrão de localização que é próprio a cada sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade ou, simplesmente o espaço geográfico. A objetivação da geografia faz-se através da organização espacial, enquanto as outras ciências sociais concretas estudam-na através de outras objetivações.

Quanto à simultaneidade dos processos destacados pelo autor observa-se que o

estabelecimento das relações sociais tem sua fundamentação na produção. Nesse sentido, ao trazer à transformação da natureza primitiva, o autor assinala que “é no trabalho social que os homens estabelecem relações entre si e, a partir destas, com a natureza”. (Corrêa, 2003, p.54).

Para mais, em seu livro intitulado: *Região e organização espacial* (2003), Corrêa pontua em dois momentos o que em sua concepção marca a intervenção na natureza – primeiro, que ela foi marcada pelo extrativismo, passando em seguida por um progressivo processo de transformação, incorporando a natureza ao cotidiano do homem como meios de subsistência e de produção, ou seja, alimentos, tecidos, móveis, cerâmicas e ferramentas, e o segundo, seria o da “natureza primitiva transformada em segunda natureza, para empregar uma expressão de Marx” (Corrêa, 2003, p.54). Desse modo, os campos cultivados, os caminhos, os moinhos e as casas, entre outros, são natureza transformada.

Ademais, seguindo essa mesma concepção, Corrêa (2003, p.54) afirma:

Estes objetos fixos ou formas dispostas espacialmente (formas espaciais) estão distribuídos e/ou organizados sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica. O conjunto de todas essas formas configura a organização espacial da sociedade. A organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social.

A princípio, como nota Corrêa (2003) é a partir de suas necessidades em relação à fome, sede e frio que o homem intervém na natureza. A ação desta intervenção, segundo ele destaca é de “caráter social”. Nesse caso, envolve um trabalho que é organizado coletivamente, acarretando uma certa divisão social do trabalho, como também, a definição (do que, quanto e como) será a produção, e de que forma será sua repartição. A ação/intervenção sobre a natureza, demonstra que o trabalho é o mediador das relações entre os indivíduos, portanto, do estabelecimento das relações sociais em sociedade, em um espaço socialmente produzido.

Para Corrêa (2003, p.55) a reprodução dos grupos sociais faz-se através de muitos meios, sendo a organização espacial¹⁶, expressão da produção material do homem e resultado do seu trabalho social, um dos mais importantes, e explica:

¹⁶ No livro intitulado: *Região e organização espacial* (2003, p.54), Corrêa acentua: é conveniente esclarecer que a expressão organização espacial possui, a nosso ver, vários sinônimos: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou, simplesmente, espaço.

Ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por estes alcancem um período de tempo mais ou menos longo, repetindo, reproduzindo as mesmas. Nestas condições o grupo social se reproduz, porque a reprodução das atividades ligadas às suas necessidades viabiliza o próprio (Corrêa, 2003, p.55).

Corrêa (2003) lembra que a organização espacial reflete as características do grupo que a criou. Nesse sentido, é reflexo de relações desempenhadas entre indivíduos e/ou grupos sociais ao longo do tempo. Estas relações podem inclusive, ser reveladoras do poder que um grupo detém sobre certa parcela do espaço, já que a produção e (re)produção deste se dá através da atuação dos grupos sociais na determinação de mudanças e/ou permanências que suas práticas geram sobre o espaço.

No que diz respeito à configuração espacial da cidade Delmiro Gouveia e as mudanças que se deram sobre seu espaço, é válido lembrar que as transformações ocorridas em Pedra, ao longo dos anos de sua constituição, como se tentou demonstrar na primeira seção desta pesquisa – com a discussão dos elementos de sua formação territorial, registram o contexto destas mudanças no espaço da cidade estudada, e as alterações que podem ser analisadas através dos elementos considerados influenciadores de sua formação urbana e dinâmica espacial.

Trata-se, nesse caso, de compreender quais os resultados destas interferências na configuração espacial da cidade Delmiro Gouveia, com foco para as transformações ocorridas a partir do local onde funcionou a Fábrica da Pedra. Relativa à influência da fábrica, destaca-se que historicamente sua forma e seu conteúdo transformaram o espaço da cidade citada. Assim, é importante destacar que as formas não se limitam a ser uma materialidade física de um contexto social. Uma vez que, “através do percurso da história, uma mesma coisa deixa de ser o que ela era antes, à medida que muda seu conteúdo histórico”, (Santos, 2014, p. 92-93). Desse modo, a leitura que se faz em relação às formas é que a partir do momento em que são criadas, estas passam a exercer influência sobre os processos históricos localizados espacialmente e temporalmente.

Nesse sentido, o estudo das formas e de seu conteúdo permite a apreensão da dinâmica de constituição da cidade de Delmiro Gouveia. Uma vez que, as formas se mantêm assumindo novas determinações conforme as variações tempo-espaço. Sendo que, segundo Santos (2006, p.27):

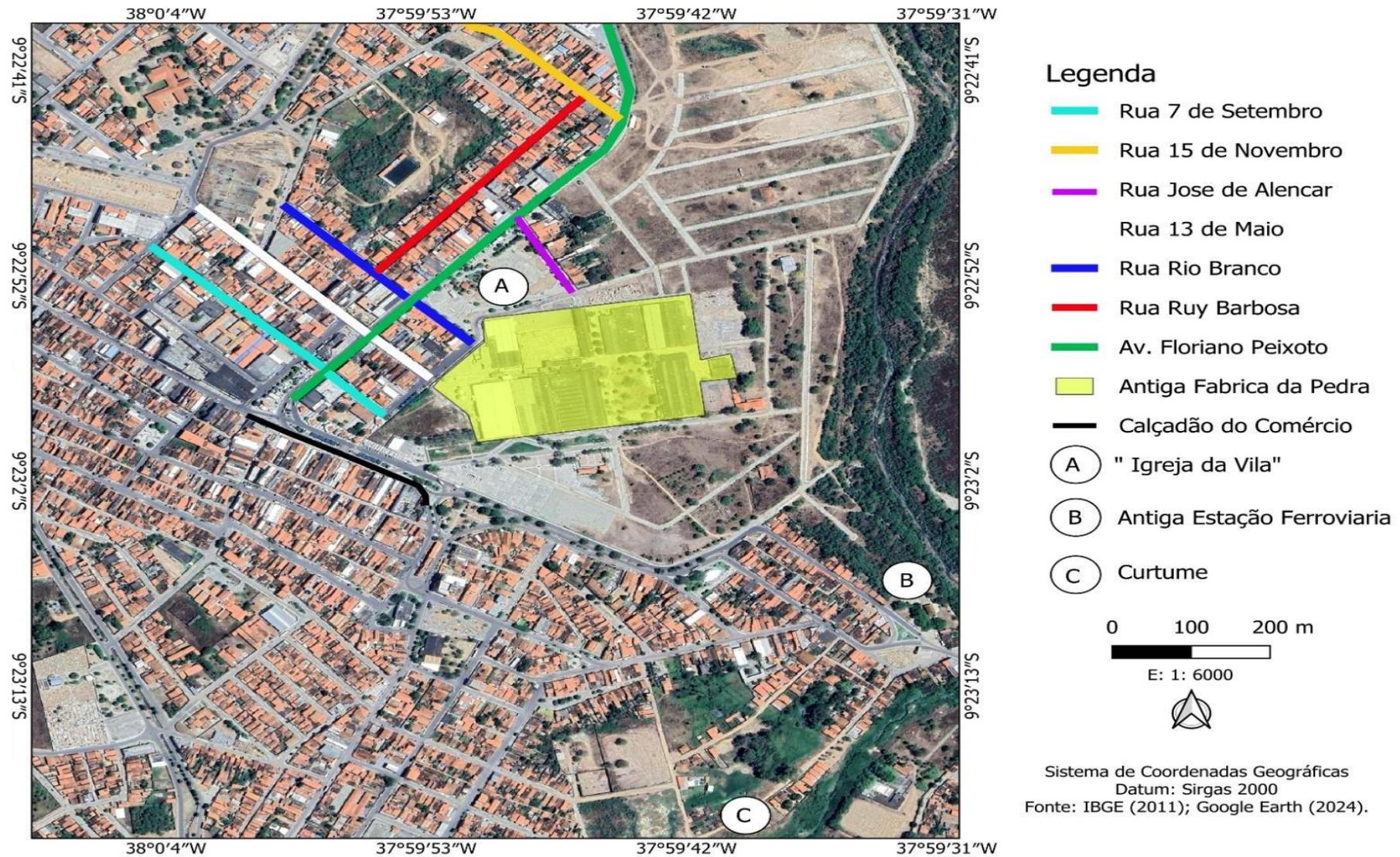
“Todavia, o objetivo correto não é uma geografia preocupada com investimentos, mas com todas as formas de existência. Trata-se, desse modo, de privilegiar um enfoque que leve em conta todos os aspectos de uma dada situação. Toda situação é uma construção real que admite uma construção lógica, cujo entendimento passa pela história da sua produção. O recurso à técnica deve permitir identificar e classificar os

elementos que constroem tais situações. Esses elementos são dados históricos e toda técnica inclui história. Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história.

Nessa perspectiva, o processo de apreensão da realidade social através da análise de seus aspectos socioespaciais é essencial para se entender sobre quais relações a cidade em questão tem sua materialização. Logo, a compreensão histórica dos processos espaciais e das relações vividas pelos sujeitos no contexto de atuação da Fábrica da Pedra é fundamental para esta discussão. Visto que, a cidade tem sua configuração espacial sob influência e atuação da Fábrica da Pedra, (ver figura 6). Assim, a expansão da cidade Delmiro Gouveia ocorreu a partir das sete primeiras ruas que compõem inicialmente a antiga Vila Operária.

Silva (2016, p.28) ao tecer considerações sobre a significativa alteração do espaço urbano no cenário da vila operária, enfatiza que estas ocorrem por meio de prédios comerciais, prédios residenciais, plantações, caminhos alternativos, estacionamentos, garagens, oficinas, mercadinhos etc. Ou seja, dos elementos resultantes de uma intervenção que produz e (re) produz formas espaciais e processos históricos que se concretizam no espaço. Dando continuidade, Silva (2016, p.28) afirma a “cada momento histórico, sobretudo com o surgimento da nova ideia de modernidade urbana se sobrepondo ao espaço construído até então resulta na gradativa diversificação desses elementos sobre o espaço habitado”. Elementos que ao mesmo tempo, reproduzem dinâmicas sociais e econômicas que acompanham o curso das mudanças de uma sociedade.

Figura 6 – Localização da Fábrica da Pedra e primeiros arruamentos



Elaboração e organização: Santos e Cruz (2024).

É perceptível que a fábrica tem uma centralidade quanto à disposição das ruas, localização do centro comercial, e igreja. Ao tratar da Vila Operária, Silva (2016, p. 28) observa como a dispersão das ruas a partir da praça da capela do Rosário (Igreja da Vila), correspondeu “às intenções de criar uma correlação entre espaços vazios de localização da fábrica e o entorno habitado”. De fato, a Igreja da Vila, sinalizada no mapa por a letra A, tem uma posição central quanto à disposição das primeiras ruas que formam a Vila Operária, localizadas próximas ao local onde funcionou a Fábrica da Pedra. Quanto à intenção em se criar uma correspondência entre os espaços destacados por Silva, em relação à fábrica, e ao entorno habitado, isso reforça mais uma vez, o papel da Fábrica da Pedra de principal desencadeadora das dinâmicas modificadoras e/ou criadoras de espaços em Delmiro Gouveia.

A aproximação entre os pontos B – antiga estação e C – curtume é dada pela atividade no tratamento do couro, no contexto de funcionamento da estação ferroviária de Pedra. Nesse sentido, a avaliação realizada é que Pedra, atual Delmiro Gouveia, vai se constituindo a partir da criação de estruturas que viabilizam a produção econômica e a circulação, através da ferrovia. Ou seja, de duas instalações – a antiga Estação Ferroviária, e a Fábrica da Pedra. Haja vista, que a cidade é também resultado de processos históricos que estão vinculados a momentos da existência dos grupos sociais, e correspondem às necessidades de organização no espaço geográfico.

Desse modo, atentando-se para as transformações espaciais influenciadas pela instalação da Fábrica da Pedra, observa-se que a interferência da Fábrica da Pedra sobre a produção do urbano na cidade se expressa partindo “de sua centralidade a funcionalidade dos espaços” como destaca (Almeida; Sobreira, 2018, p.53). Nesse sentido, os autores explicam que Delmiro Gouveia foi o principal agente modelador do espaço urbano da cidade que recebe o seu nome, e o proprietário dos meios de produção. Isto porque, Almeida e Sobreira (2018) enfatizam as transformações no espaço geográfico delmirenses a partir do (núcleo fabril), como o principal meio de produção nesse contexto.

Sobre a constituição da cidade e o surgimento de alguns bairros, observa-se com Irmão (2014, p. 16):

Criou ainda, a Cia. Imobiliária Camaragibe, dispondo das terras do grupo a preço acessível a todos, oferecendo condições diferenciadas para os operários. Rapidamente triplicou o tamanho da cidade, com definição altamente projetada: Bairro Eldorado; Campo Grande; Expansão da Vila Operária preenchendo os espaços baldios (que eram muitos) e Chácara São Vicente.

Nessa linha de investigação, Almeida e Sobreira (2018) refletem sobre algumas

particularidades desse processo, acentuando que:

A imobiliária Camaragibe vai atuar como agente imobiliário no processo inicial de urbanização, o núcleo de povoamento se desenvolveu no entorno da Companhia Agro Fabril Mercantil, sendo o centro o primeiro bairro a ser povoado - na Pedra Velha já existiam algumas ruas. O processo de urbanização foi preenchendo o espaço da vila operária. Em suma, percebe-se que a cidade cresceu monitorada pela Fábrica da Pedra. (Almeida; Sobreira, 2018, p. 59).

Pelo já exposto neste estudo sobre a influência da fábrica na cidade, partilha-se então, da mesma afirmativa que Almeida e Sobreira, que a cidade cresceu monitorada pela fábrica. Acrescentando-se, que a atual configuração espacial da cidade revela que por meio de outras relações (que podem ser verificadas na cidade após o fechamento da fábrica, por exemplo) a centralidade e funcionalidade conferida a Fábrica da Pedra, em relação aos demais espaços da cidade têm sido mantida.

Ao se refletir que “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”, com (Santos, 2004, p.153) compreendeu-se ser importante apresentar os aspectos socioespaciais da atual configuração espacial da cidade. Nesse sentido, ao se analisar que a cidade tem sua configuração mediante a atuação da Fábrica da Pedra, verifica-se que nesse processo suas formas quando não alteradas fisicamente ganham outras funções. Assim, pode-se interpretar que as transformações em relação à forma e função são resultantes de como o capitalismo se realiza socialmente, e dessa maneira determinada forma passa a ter outras funções. A área em destaque na figura 7, foi captada via satélite e mostra a localização dos novos empreendimentos em 2023. Além disso, observa-se também que a Fábrica da Pedra foi uma grande consumidora de espaço na cidade de Delmiro Gouveia. Assim, vale destacar que mesmo com o encerramento de suas atividades, o local onde funcionou a Fábrica da Pedra (ver figura 7) segue ocupando sua centralidade na cidade em relação ao arranjo espacial de seu entorno através destes empreendimentos, como se verá nesta seção.

Figura 7 – Localização dos novos empreendimentos em Delmiro Gouveia (2023)



Fonte: Google satélite (2023).

Com relação às mudanças ocorridas na cidade, observa-se que essas ocorrem mediante interferências que se deram sobre a Fábrica da Pedra, tida como a principal base econômica da cidade. Desse modo, essas transformações demandam uma nova dinâmica na qual a cidade que teve sua configuração espacial através da atuação da indústria têxtil é inserida. Nesse sentido, de acordo com a matéria divulgada no site da (Gazeta de Alagoas, 2020):

O comércio do município de Delmiro Gouveia ganha um novo atrativo nesta sexta-feira, 25, com o lançamento oficial do Shopping da Vila, primeiro empreendimento deste porte no Alto Sertão de Alagoas. As obras do complexo de compras foram iniciadas com recursos próprios do Grupo Carlos Lyra em novembro de 2020, recebendo, posteriormente, um aporte de R\$ 5,7 milhões do BNB. O investimento desta primeira fase, até março deste ano, foi na ordem de R\$ 86,4 milhões. O gestor do empreendimento, Jorge Cavalcanti, informou que está em processo de aprovação um novo aporte com o BNB no valor de R\$ 3 milhões, que será destinado à conclusão do cinema. O investimento total, incluindo as próximas fases, soma o montante de R\$ 104,4 milhões. A arquiteta alagoana Humberta Farias assina a autoria do projeto, que preservou toda a estrutura centenária da antiga Fábrica da Pedra aliando-a a uma proposta contemporânea, cujo resultado impressiona pela beleza arquitetônica. A expectativa do grupo gestor é que, até o final das quatro fases do projeto, além de contar com um amplo estacionamento com 260 vagas, 120 lojas estejam à disposição dos clientes. O empreendimento vai gerar mais de 400 empregos diretos.

Já em funcionamento, o anunciado complexo do Shopping da Vila, inaugurado no dia 25 de março de 2022, tem concentrado enquanto centro comercial da cidade, as atividades nos ramos de compras, conveniência, saúde e lazer. Sob a direção do Grupo Lyra, o conjunto de edifícios e (galpões) que abrigou a Fábrica da Pedra durante seus anos de funcionamento na cidade, juntamente com os terrenos de seu entorno, localizados em uma área privilegiada (ver figura 8) da cidade Delmiro Gouveia, são transformados para receber os novos empreendimentos.

Figura 8 – Complexo do Shopping Vida da Pedra em Delmiro Gouveia/AL



Fonte: Página Shopping da Vila¹⁷

A divulgação do complexo do Shopping da Vila, pela chamativa “o melhor de tudo agora pertinho de você, no coração da Princesinha do Sertão”, conforme consta na própria página do Shopping na internet, não só demonstra a posição desse grupo em relação a sua força no comércio local. Mas também, expressa o comando desse grupo em relação à dinâmica econômica e espacial da cidade. De modo que, esse grupo que antes atuava através da Fábrica da Pedra com desenvolvimento específico da atividade industrial, no atual cenário, tem ampliado sua interferência por meio de outras dinâmicas que envolvem a criação e ampliação de novos empreendimentos geridos pelo grupo na cidade Delmiro Gouveia.

¹⁷ Disponível na página: <https://shoppingdavila.com.br/o-shopping/>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

Como visto, o fechamento da Fábrica da Pedra no ano de 2017 significou o encerramento da atividade industrial, ou seja, o fim da indústria têxtil em solo delmirensense. Mas não o “fim Fábrica da Pedra”, pelo menos do ponto de vista arquitetônico, já que a fábrica não foi totalmente descaracterizada.

Essa observação é feita baseada no cenário de atuação do Grupo Lyra, no qual é possível notar que houve um processo de transformação/adequação em relação as mudanças de uso da antiga da fábrica após seu fechamento. Nesse sentido, a adequação do local onde funcionou a fábrica para a instalação e funcionamento do complexo Shopping Vila da Pedra, sinaliza esse processo de convertimento de antigas fábricas em centros de compras, da qual tratam Viana, Silva e Souza (2023) no artigo intitulado: o Desmonte da Paisagem Fabril Têxtil Alagoana: a conversão das antigas fábricas “Progresso” e “Pedra” em centros de compra, onde as autoras investigam características acerca do desmonte de antigas fábricas têxteis em Alagoas.

Dentro dessa perspectiva, compreendeu-se ser necessário averiguar quais foram as possíveis causas do fechamento da fábrica. Nesse sentido, sobre as informações que tratam do encerramento das atividades da indústria têxtil na cidade, observa-se através de sites de notícias locais, que aparentemente o fechamento da Fábrica da Pedra esteve relacionado principalmente a uma crise financeira que teve início em 2016. De acordo com matéria do (Radar 98, 2018):

A Fábrica da Pedra S/A – Fiação e Tecelagem inaugurada em 05 de junho de 1914 pelo empreendedor e desbravador Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, completa 104 anos de existência nesta terça-feira (05) de junho com as portas fechadas. Considerada a maior indústria do sertão alagoano, a Fábrica teve suas atividades encerradas no dia 31 de janeiro de 2017, devido uma crise financeira que se iniciou em março de 2016, pelo não pagamento de um débito na energia elétrica com a Eletrobras no valor de R\$ 1,265.000,00, com isso 583 funcionários foram demitidos.

O não pagamento do débito com a empresa de energia elétrica Eletrobras resultou no corte de energia em todo o parque industrial. Como observado no trecho da matéria, a dívida com a empresa de energia foi o que inviabilizou o funcionamento da fábrica têxtil. Sobre o início da crise e as negociações, no trecho da matéria veiculada pelo (Correio Notícia, 2016) consta o seguinte:

Na época em que ocorreu o último corte de energia, em uma reunião em Maceió, a diretoria da fábrica explicou que não havia condições da indústria quitar à vista o débito de R\$ 1.265.000,00 e solicitou um parcelamento de 36 vezes, mas a concessionária não aceitou as condições do pedido, contrapondo a divisão da dívida em apenas quatro parcelas. A fábrica tinha duas faturas de energia vencidas,

uma no valor de R\$ 735 mil referente ao mês de fevereiro e outra de R\$ 530 mil correspondente a março. A energia foi cortada quando apenas a primeira fatura estava atrasada, o que para a diretoria da indústria se tratou de uma intransigência da Eletrobras. O fato é que, antes disso, a indústria já vinha com dificuldades financeiras. Em fevereiro deste ano, o fornecimento elétrico também foi cortado por falta de pagamento e, por conta disso, a fábrica parou, mantendo apenas parte do funcionamento por meio de geradores elétricos[...]A situação já era complicada até mesmo antes da energia ter sido cortada. A indústria já vinha parando o setor de tecelagem, três ou quatro dias por semana, por falta de demanda no estoque.

Como anunciado a crise financeira pela qual a fábrica passou corroborou com a falta de orçamento para quitação do débito de energia, algo elementar para o funcionamento das atividades têxteis da indústria. Somando-se a isso, a fábrica passou por momentos de refluxo repercutindo sobre alguns setores que passaram a funcionar conforme a carência de demandas mais pontuais. Da análise sobre as informações dispostas, visualiza-se que a principal justificativa apresentada em relação ao fechamento da fábrica está diretamente ligada ao suposto corte de energia, oriundo dos efeitos da crise sentida pela fábrica desde 2015 segundo comentário do diretor executivo da Fábrica da Pedra, como veremos a seguir.

Em outro trecho da mesma matéria do (Correio Notícia, 2016) observa-se:

De acordo com o diretor executivo da fábrica, Luiz Anhanguera Lessa, a indústria começou a sentir os efeitos da crise, que ele classifica como política/econômica, já em janeiro de 2015. “Já naquele momento, grandes indústrias iniciaram um forte movimento de retração, reduzindo produção, dando férias coletivas, demitindo, e outras fechando as portas. Aqui na fábrica não foi diferente, só que a estratégia adotada tinha como foco sobreviver”, disse.

Fugiria aos limites desta pesquisa discutir detalhadamente todo o contexto em relação à crise de 2015. No entanto, em linhas gerais, é importante comentar que de acordo com os números da Agência IBGE Notícias (2017) ainda no confronto com dezembro de 2015, a produção de bens intermediários teve a vigésima primeira taxa negativa consecutiva e a mais intensa desde maio de 2009. Enfatiza-se que dos ramos industriais analisados um dos setores mais atingidos foi o de produtos têxteis com recuo de (-23,3%) em relação aos investimentos no setor industrial.

Apesar da justificativa dada em relação ao fechamento da fábrica, e a observação em relação ao enfraquecimento do setor de produtos têxteis no Brasil em 2015, nota-se, especificamente no que refere as indústrias têxteis em Alagoas, conforme Viana, Silva e Souza (2023, p.4) que “recentemente, muitas fábricas, vilas operárias e núcleos fabris erguidos nos séculos XIX e XX, foram destruídos, enquanto outros continuam existindo, sendo ampliados, e mesmo, tendo seu uso modificado”. No caso da fábrica em Delmiro

Gouveia, cabe observar que o local onde funcionou a fábrica passou por adequações para o desenvolvimento de outras atividades (funções) com o complexo do Shopping Vila da Pedra.

Desse modo, no livro intitulado: A natureza monopolista da economia alagoana, Félix e Neto (2021), ao discutirem questões que caracterizam a posição do estado de Alagoas em relação ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, contribuem para uma análise diferente sobre as causas do fechamento da Fábrica da Pedra em Delmiro Gouveia, proporcionando assim, uma leitura que trata da falência das indústrias têxteis no referido estado, à medida que se constata a dominação da economia alagoana pelo capital monopolista.

No entendimento de Félix e Neto, o caminho traçado pela economia alagoana segue sujeitando-se aos imperativos e propósitos da burguesia internacional em plena cumplicidade com a burguesia agrária endógena – que não passa de correia de transmissão de seus interesses, na concepção dos autores. Examinando-se que:

O processo de subordinação da economia alagoana aos imperativos do mercado mundial revela-se tanto na predominância da agroindústria açucareira para exportação quanto no processo de constituição da produção têxtil, nos processos de espoliações decorrentes das privatizações das empresas estatais e na plena entrada em cena de grandes corporações transnacionais no processo de privatização e na implementação dos distintos polos industriais implementados (Félix; Neto, 2021.p.10).

Nesse seguimento, analisa-se com os autores que dessa relação de submissão da economia alagoana, verifica-se ainda que a existente conservação “dos traços anacrônicos de sua economia decorre da natureza dependente das relações capitalistas constituídas na periferia da periferia do capitalismo brasileiro e latino-americano” comenta Félix e Neto, ao explicarem que a inserção das relações capitalistas no território alagoano não decorre do desenvolvimento de relações espontâneas ou naturais, e sim, de um processo brutal (colonização) no qual a violência das expropriações representou todo o movimento de acumulação primitiva de capital, reutilizadas na etapa monopolista do imperialismo, uma vez que:

A estrutura forjada na etapa histórica da colonização lusitana permanecerá intacta mediante o latifúndio e a monocultura. Por sua vez, a industrialização expressa na produção têxtil reproduz relações análogas ao trabalho escravo mediante o sistema de moradia. A exploração ensejada nas relações de trabalho irradiou-se no cotidiano dos trabalhadores por meio de novos mecanismos coercitivos e persuasivos. As estruturas arcaicas do capital mercantil foram preservadas tanto pela produção agroexportadora quanto pela produção têxtil (Félix; Neto, 2021, p.11).

Nas observações destes autores, nesse contexto, analisa-se que no cenário nacional, a recomposição do capital desde a década de 1980 retirou parte substancial das riquezas estadual e nacional com a finalidade de pagar os juros e amortizações dos títulos da dívida pública, financiando-se assim, a modernização das usinas e suas destilarias. Nesse mesmo cenário, verifica-se também que “a impossibilidade de o Estado continuar cumprindo o papel de fiel financiador da burguesia na periferia do sistema do capital acelerou a crise da economia alagoana” (Félix; Neto 2021, p.13). Em linhas gerais, os autores discutem alguns aspectos da particularidade histórica do capitalismo sob a dominação neoimperialista e neoliberal no estado brasileiro-alagoano. Da qual busca-se aprender a mundialização do capital no contexto de crise estrutural dos anos 1970, bem como, o processo de flexibilização que segundo Félix e Neto, esteve aliado a uma política neoliberal, e à dominação neoimperialista operacionalizada pelo capital transnacional.

Nesse sentido, as consequências resultantes dos processos de reestruturação do capital para conter a crise estrutural, “beiram os limites absolutos do sistema capitalista pelas contradições geradas em seu interior. O desemprego crônico, como um fenômeno vinculado à lógica da acumulação capitalista está no cerne dessas contradições” (Félix; Neto, 2021, p.14). Uma vez que, o agravamento deste, na concepção dos autores torna-se essencial a sua sede inesgotável por acumulação de capital. Posto isso, é especificamente no capítulo V – o capital monopolista e a falência da produção têxtil de Alagoas do referido livro, que os autores destacam em suas análises os entraves da produção têxtil no respectivo estado no interior do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao assinalarem que a produção têxtil brasileira inscreve-se na dependência tecnológica do mercado externo.

Os banqueiros ingleses dominaram a economia brasileira durante todo o século XIX; as episódicas experiências industriais verificadas no Brasil (Barão de Mauá e Delmiro Gouveia) achavam-se subordinadas aos interesses dos capitalistas ingleses. Apesar das relações de dependência, as fábricas de tecido cresceram no Brasil entre 1864 e 1914. A Primeira Guerra Mundial representou um obstáculo ao desenvolvimento da indústria brasileira devido à sua completa dependência das máquinas produzidas na Europa e nos Estados Unidos (Félix; Neto, 2021, p.138).

Partindo da premissa que o capital não nasceu pronto e acabado, mas que se constitui historicamente, Félix e Neto explicam que o capital monopolista se forja a partir das metamorfoses que constituíram (o capital mercantil, comercial, industrial e financeiro) sendo este último o elemento medular de seu processo de formação. Pois, para os autores é pela mediação do capital monopolista que poderosas empresas conseguem transcender as fronteiras nacionais e alastrar-se em diversas partes do mundo. Pois que, “o capital

concorrencial estabelece as bases para o capital monopolista; este submete os governos nacionais aos seus imperativos e propósitos expansionistas” (Félix; Neto, 2021, p. 139). Nesse seguimento, exemplificam que:

O capital monopolista se constitui como núcleo estruturante do processo de mundialização financeira. Os grandes aglomerados financeiros e as grandes empresas formam uma rede muito bem articulada de dominação do mercado mundial. Os aglomerados empresariais e financeiros se forjam na forma de cartéis, trustes, *holding company*, fusões e incorporações que levam à falência os grupos menores, pois estes não possuem facilidade de obter financiamento para expandir-se na forma de sociedades anônimas e sofrem a interferência dos distintos complexos econômicos (Félix; Neto, 2021, p. 139).

Posto isso, compreende-se, a partir dos autores, a existência de uma guerra travada pelo controle dos “nichos fundamentais do mercado mundial”, ou seja, pelos lucros onde estes cartéis e trustes nessa competição recorrem aos “expedientes basilares que constituíram a etapa da acumulação primitiva de capitais”, como evidenciam Félix e Neto, ao reforçarem que enquanto as economias centrais passavam pela segunda revolução industrial, a economia brasileira encontrava-se em um momento de implementação de suas primeiras fábricas têxteis, inclusive, com máquinas velhas que eram descartadas pelas economias centrais. Dito isso, referente ao industrial Delmiro Gouveia, entende-se que a concorrência entre este e as corporações têxteis britânicas emerge nesse cenário dominado pelo capital monopolista no contexto das relações capitalistas. Notabilizando ainda, que a disputa entre Delmiro Gouveia e o capital monopolista britânico (Machine Cotton) na primeira metade do século XX, culminaria com a falência do representante do capital nacional. De acordo com Félix e Neto (2021, p.140):

A burguesia brasileira vai claramente percebendo que seria bem vantajoso para ela permanecer aliada ao capital estrangeiro, do que oferecer alguma espécie de contraposição. Isso representava o tácito reconhecimento de que ela não reunia forças suficientes para penetrar na era do capital monopolista de outra forma senão como subordinada [...] O capital industrial se comporta de maneira distinta nos trópicos: ao invés de incentivar o desenvolvimento das relações industriais e das relações de produção que culminasse na constituição de relações trabalhistas centradas no trabalho assalariado, os representantes da Machine Cotton assumiram praticaram o dumping ou o rebaixamento do preço de suas mercadorias, na perspectiva de levar a fábrica de Delmiro Gouveia à falência.

Com base na leitura proposta pelos autores, observa-se que a finalidade do grupo britânico se resumia no desmantelamento da Fábrica da Pedra, almejando-se barrar a concorrência. Uma vez que, “o capital industrial e financeiro (imperialista) não economiza métodos para alcançar seus propósitos” segundo (Félix; Neto, 2021, p.141). Desse modo,

analisa-se que no começo do século XX, tem-se a ampliação da produção têxtil, transcendendo inclusive o mercado interno, com o alcance de outros mercados como Argentina, Chile, Peru e demais países da América do Sul. Esse fato, segundo Félix e Neto (2021, p.145) “afugentou a rivalidade inglesa, que desencadeara uma campanha nos moldes clássicos do capital monopolista” contra o industrial Delmiro Gouveia, que se encontrava sob a pressão do imperialismo britânico. Nesse sentido, os autores observam que na busca pelo controle do processo produtivo, revela-se a natureza autoritária do capital, sobretudo, quando se analisa a crise estrutural do sistema de capital iniciada no contexto da década de 1970.

Nessa perspectiva, Félix e Neto (2021, p.149) notam que:

A decadência das unidades fabris não resultara simplesmente da ausência de subsídio estatal e do fato de o governo estadual priorizar a produção canavieira. A produção canavieira obedeceu a uma dinâmica e seguiu uma trajetória mundial muito distinta da produção têxtil, que experimentou alterações radicais na sua forma de produção com a entrada em cena da produção têxtil asiática (japonesa, chinesa, indiana etc.), levando ao colapso seus concorrentes em distintas partes do mundo. A produção têxtil chinesa levou à completa falência a velha unidade produtiva de base fordista-taylorista. Os preceitos de zero de desperdício e zero de estoques resultaram no desmantelamento de todas as unidades têxteis alagoanas. Para persistir no mercado têxtil essas empresas precisaram adotar novas medidas resultantes no fechamento das unidades fabris que exigiam despesas com estocagem, transporte, galpões, energia, água, direitos trabalhistas etc.

Do exposto, examina-se que a concorrência entre Delmiro Gouveia e a empresa britânica Machine Cotton na década de 1920, como escrevem os autores deu-se de forma muito mais poderosa e sutil, implicando o colapso de plantas produtivas de transnacionais, refletindo sobre as pequenas empresas que foram impactadas pela nova forma de composição do capital, bem como, sobre as empresas multinacionais mais poderosas. Observando-se inclusive, que na tentativa de escapar da crise imposta pela concorrência com a produção asiática, “os capitalistas precisaram transferir suas unidades produtivas para a China e aprenderem com ela ou reproduzir o modelo adotado de maneira ainda mais poderosa, intensificando a exploração da força de trabalho” bem como, da destruição da natureza (Félix; Neto, 2021, p.150). Vê-se também, que nesse contexto, a ascensão do polo têxtil de Pernambuco, precisamente em cidades como Toritama, Santa Cruz de Capibaribe e Caruru, segue a formatação da produção em obediência de um receituário estabelecido na China e na Índia, “em que o trabalho informal substitui o trabalho formal e as grandes corporações exercem o processo de controle da produção e a circulação sem assumir nenhuma responsabilidade com os direitos sociais dos trabalhadores” (Félix; Neto, 2021, p.150). Contribuindo assim, para que o grande capital amplie ainda mais suas taxas de lucro e

expansão.

Ademais, se atentando a afirmativa destes autores, de que é somente num quadro de análise internacional, perpassado pela ascendência da produção asiática que é possível entender a falência e o colapso da produção têxtil alagoana, e conseqüentemente a falência das unidades têxteis produtivas em seu território, que se buscou realizar essa contextualização para melhor compreender, em específico as causas da falência da Fábrica da Pedra, em Delmiro Gouveia. Tendo em vista, a aparente razão do seu fechamento veiculada nos meios de comunicação local, como se mostrou anteriormente. Constatando-se, mediante a análise feita por Félix e Neto (2021, p.151) que “o Grupo Carlos Lyra, que assumiu o controle da antiga fábrica de tecido de Delmiro Gouveia em 1992, não logrou impedir a falência da Fábrica da Pedra em 2017”, ao enfatizarem que no interior do sistema do capital não subsiste nada que seja sólido, uma vez que, tudo que não estiver subordinado aos padrões de lucros estabelecidos tende ao desaparecimento, aferindo-se assim que:

O colapso das unidades têxteis de Alagoas denota a natureza destrutiva e desumana do capital. Na ânsia pela ampliação das taxas de lucro e pela apropriação de mais-trabalho, o capital aprofunda a exploração da força de trabalho, amplia a degradação dos trabalhadores e destrói os meios de produção. O aprofundamento da concorrência entre os capitalistas na etapa do capital financeiro ganhou novos corolários nas últimas décadas, levando à destruição das relações de trabalho anteriormente constituídas e das relações sociais. Desse modo, assiste-se ao fim da dinâmica social das fábricas e das vilas operárias. Nesse processo, os trabalhadores são os que mais sofrem, pois enquanto os capitalistas deslocam seus capitais das antigas fábricas têxteis alagoanas para setores mais dinâmicos e mais lucrativos, os trabalhadores não acumulam nenhum excedente e não têm como sobreviver sem vender a sua força de trabalho (Félix; Neto, 2021, p.152) (grifo nosso).

A exposição dos autores em relação ao fencimento das indústrias têxteis alagoanas, corrobora com a hipótese de que o fechamento da Fábrica da Pedra, em Delmiro Gouveia deu-se em razão da necessidade como aponta Félix e Neto, desse descolamento do capital das antigas fábricas para setores economicamente mais dinâmicos e lucrativos. Para o caso da cidade de Delmiro Gouveia, busca-se demonstrar na análise dos novos empreendimentos que substituíram a antiga fábrica, que a sede pela obtenção de maiores lucros, foi um dos motivos que contribuíram para o fechamento desta na cidade. Além disso, a alegação de que o corte de energia obtido através da dívida gerada com a Eletrobras, apresentado na época como justificativa principal do fechamento da fábrica, pode ser também questionada. Sobretudo, com o aporte destes mesmos autores, através do estudo que analisa – a privatização da Companhia Energética de Alagoas (CEAL) no contexto das espoliações na América Latina. Observando que:

As privatizações de empresas estatais têm se mostrado uma medida salutar para drenar os recursos oriundos dos trabalhadores e transferi-los para as grandes corporações econômicas e instituições financeiras, que logram controlar as antigas empresas estatais e assegurar a ampliação de seu vasto poder financeiro na economia plenamente mundializada. As privatizações aprisionam o trabalho nos rochedos infintos das malhas especulativas das grandes corporações internacionais; para isso contam com o anteparo poderoso da maquinaria estatal e sua constelação de medidas regulatórias, jurídicas e administrativas (Félix; Neto, 2022.p. 479).

A privatização das empresas estatais está dentro dos vários métodos de espoliação adotados pelo capital. Uma vez que, as modalidades de configuração de acumulação do capital, como explicam os autores, perpassam todas as metamorfoses do capital, ao passo que intensificam-se na etapa da crise estrutural do sistema do capital a partir da década de 1970, segundo Félix e Neto (2022, p.479) “em que o capital decorrente do excedente da exploração do trabalho é reciclado no setor dos serviços prestados pelo ente estatal (educação, saúde, prestação de serviços públicos etc)”. Nota-se então, que o serviço de oferta de energia elétrica realizado pelo Estado, passa a ser disputado pelo setor privado, num espaço em aprofundamento pela crise de expansão e acumulação de capital.

Com relação a política de privatização no Brasil, Félix e Neto (2022) compreendem que apesar de sido iniciada pelo regime militar na década de 1980, sua intensificação se dá na década de 1990, nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Pois, defendem que “é neste último que se começa a orquestrar o processo de privatização do sistema de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil” (Félix; Neto, 2022, p. 480). Quanto à implementação e expansão das políticas de saque das riquezas via privatização dos serviços e bens prestados para região Nordeste, tem-se o caso das distribuidoras de energia elétrica antes sob o controle da Eletrobras. Desse modo, entre as distribuidoras de energia no Brasil, indicadas pelos autores como as espoliadoras do complexo energético nos últimos quatro anos, referente a Alagoas, tem-se no ano de 2018 a – Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A, representando um dos principais grupos econômicos beneficiados com o saque e espólio da privatização da Eletrobras¹⁸.

¹⁸ De acordo com Félix e Neto (2022) A Medida Provisória (MP 1031/21), sancionada na forma da Lei 14.182/21, que regulamenta a privatização da Eletrobras, para mais, ver página (484)

Analisando que no território brasileiro, quase 70% da energia elétrica provém das hidrelétricas, Félix e Neto (2022, p. 481) escrevem:

A privatização da Eletrobras representa um passo bastante inovador no itinerário das espoliações realizadas pelo capital no cenário de completa mundialização da economia brasileira, pois nenhum país colocou à venda suas empresas de energia elétrica proveniente das hidrelétricas devido à sua articulação com os recursos hídricos disponíveis em seu território [...] O Brasil é o segundo maior produtor de energia elétrica do mundo, perdendo somente para a China nesse quesito. A completa mundialização da economia brasileira permite desconsiderar a grave ameaça que representa a privatização de suas hidrelétricas para a soberania nacional e os interesses populares, porque quem se apropria de uma hidrelétrica passa a controlar o curso das águas.

Como se lê, a privatização não tem a prioridade social como alvo. Constatando-se desse processo a subordinação da energia elétrica produzida pelas hidrelétricas aos interesses da reprodução ampliada do capital. Dado que, o capital transforma tudo que toca em mercadoria e não poderia ser diferente no quesito energia elétrica. “Apesar de a energia elétrica proveniente da água não ser mercadoria, ela se transforma em mercadoria; seu valor de uso é subordinado ao valor de troca para atender aos interesses capitalistas”, (Félix; e Neto, 2022, p. 482). Dando seguimento, observa-se ainda em relação à privatização desse setor que:

A privatização não tem capacidade para deslocar as contradições do capital e solucionar sua profunda crise; representa somente uma tentativa desesperada de atenuação da crise sistêmica do capital por meio da ampliação das taxas de desemprego (subemprego, terceirização e precarização), da desindustrialização, das tarifas de energia elétrica, dos crimes contra o meio ambiente, de novos apagões, da ameaça à soberania da matriz energética do Brasil [...] A privatização da Eletrobras representa a privatização dos reservatórios de água potável, bacias hidrográficas, rios, lagos, lagoas e aquíferos, como acontece no Chile. A apropriação dos mananciais de água potável pelo setor privado implica o aprofundamento das barreiras do livre acesso à água potável para o consumo humano e para irrigação das culturas de subsistência e dos pequenos grupos econômicos; representa a ampliação das contradições no campo e a elevação do custo das taxas de água potável no Brasil (Félix; Neto, 2022, p. 483).

Compreendeu-se ser importante apresentar essa discussão relacionada às privatizações no Brasil, pensando não apenas a particularidade dos estados do Nordeste, mas também, porque verifica-se com o aporte da leitura proposta por estes autores, que é no contexto citado que se dá a privatização da Companhia Energética do Estado de Alagoas (CEAL). Uma vez que, esta estatal viabilizou a acumulação por espoliação em dezembro de 2018. Da qual, observa-se que o preço determinado de R\$ 50 mil para a maior empresa estatal alagoana “serviu aos propósitos do capital especulativo que transforma água e energia elétrica em mercadoria. Num lance único operado na Bolsa de Valores de São Paulo, a CEAL foi

repassada para a multinacional Equatorial”, (Félix; Neto, 2022, p. 484). Nesse sentido, tem-se o entendimento que esse valor determinado de R\$ 50 mil, foi “simbólico”, considerando a importância destas empresas, sobretudo, porque como defendem Félix e Neto, são empresas portadoras de valor incomensurável para a sociedade, bem como, para a autonomia de um país na produção de energia elétrica e administração de seus recursos naturais, que são sucateadas para serem disponibilizadas em valor “simbólico”, atendendo os anseios da acumulação e expropriação das riquezas dos trabalhadores.

Mediante isso, acrescenta-se “que a Eletrobras não é deficitária e muitos menos dá prejuízo; “o Lucro Líquido da Eletrobras em 2018 foi R\$ 13,348 bilhões; em 2019, de R\$ 10,7 bilhões, e em 2020, de R\$ 307 milhões no 1º trimestre” (Cardoso, 2020, p. 2, apud Félix; Neto, 2022, p. 486). Nessa perspectiva, reflete-se que:

A venda da CEAL para o governo federal e, posteriormente, para a Equatorial, consiste num negócio espúrio, pois a empresa vendida por R\$ 50 mil para a transnacional foi repassada para o governo federal pelo valor de R\$ 460 milhões no final da década de 1990, sendo adiantado na época metade do valor, ou seja, R\$ 230 milhões[...]. Os prejuízos acumulados pela Eletrobras Distribuidora de Alagoas ao longo das duas décadas resultaram da política deliberada de quebra da empresa, visando demonstrar sua inviabilidade e acelerar a privatização. Ao longo de duas décadas, a CEAL (na condição de Eletrobras Distribuidora de Alagoas) foi saqueada e desmantelada para atender aos interesses das grandes corporações do setor energético e das burguesias nacional e internacional. Nesse processo, não se fizeram os investimentos devidos na rede energética e subordinaram a empresa aos interesses dos usineiros, que eram os maiores devedores da empresa (Félix; Neto, 2022, p. 486) (grifo nosso).

O contexto acima representa o cenário de saque e desmantelamento ao qual foi posta a CEAL, e sua subordinação aos caprichos dos usineiros, cuja dívida era de R\$ 128,8 milhões, em 2012. Aliás, como se vê, os usineiros do estado representavam os maiores devedores do setor privado à empresa estatal. Soma-se a isso, o fato de que “a ineficácia na cobrança dos devedores milionários possibilitou desmontar a empresa de energia, na perspectiva de entregá-la por um valor simbólico ao setor privado”, afirma (Félix; Neto, 2022, p. 486). Sobre os consumidores mais endividados com a Eletrobras, observa-se através da Comissão Pastoral da Terra Nordeste II CPT/NE (2012) que:

A primeira que teve o fornecimento cortado foi a Usina Seresta, da família do governador Teotônio Vilela Filho (PSDB). Na lista dos 100 consumidores mais endividados da Eletrobras, ela está no topo, com a maior conta de energia não paga: R\$ 30,5 milhões de débito acumulado desde 1997. Instalada na cidade de Teotônio Vilela, na sexta-feira, dia 5 de outubro, a usina ficou no escuro. O segundo consumidor que mais deve à Eletrobras é a Usina Cansação de Sinimbu, em Jequiá da Praia. Fundada em 1893, está desde 1951 até hoje sob o comando da família do empresário Silveira Coutinho. Há 15 anos, a usina tem débito de R\$ 20,7 milhões de

energia elétrica¹⁹.

Diante da discussão realizada, pode-se afirmar, com base nas informações dispostas, que os “prejuízos acumulados pela Eletrobras Distribuidora de Alagoas ao longo das duas décadas resultaram da política deliberada de quebra da empresa, visando demonstrar sua inviabilidade e acelerar a privatização”, (Félix; Neto, 2022, p.486). E mais, que o contexto vivenciado desde 1990, sobretudo, com a reforma do Estado, alinhada ao ideário neoliberal de abertura comercial e privatizações das estatais provocando a saída do Estado (União) contribuiu para o entreguismo da economia nacional ao capital financeiro internacional, bem como, para o desmantelamento da indústria fomentado pelos governos neoliberais. Em suma, a partir desta discussão, buscou-se averiguar como dito antes, as causas do fechamento da Fábrica da Pedra, que foram atribuídas ao corte de energia. Embora, como percebido na leitura de Félix e Neto, os motivos de fechamento podem ser lidos avaliando-se o contexto de expropriação das riquezas no Brasil. Em Alagoas, o que se observou foi a transferência do capital das antigas fábricas para setores mais dinâmicos da economia, que possibilitaram maiores lucros para os capitalistas, e o sucateamento e privatização das empresas estatais, cujo maiores devedores foram os usineiros.

Ainda com relação aos motivos do fechamento da fábrica na cidade, segundo depoimento do J.G.L (45 anos, 2020) ex-presidente do sindicato da Fábrica da Pedra:

[...] Como representante dos trabalhadores e a frente, eu via a situação, né? começou no sentido da articulação, em seguida pela Fábrica da Pedra, primeiro vem a suspensão no fornecimento de energia, né? compreende-se aí que há outros órgãos, a empresa privada. Empresas públicas quem tinham um débito muito maior que o da Fábrica da Pedra, chegava ao que a 10 milhões, 15? tinha até de 60 milhões. E houve um parcelamento e o fornecimento dessas empresas não eram suspensos, e porque a Fábrica da Pedra apenas com... não dava nem 3 milhões de dívida de energia foi suspenso, né? e não houve, não houve, eu digo a você, não houve. Eu falo com propriedade de conhecimento, não houve interesse, né? do... dono da fábrica da Pedra em pagar em negociar, né? fazer um parcelamento dessa dívida pendente de energia, e nem tampouco, além do mais, a sensibilidade do governo, né? de intervir nessa situação, totalmente a coisa não teve sentido algum dizer que primeiro a empresa fechou, começou a cortar. Não isso não existe, até mesmo porque, porque eu tive engajado de frente, eu provoquei uma situação até de buscar compradores, né? junto ao corretor da fábrica mesmo. Mesmo que a ideia dele não era vender a fábrica, não era vender o parque, a empresa para funcionar em Delmiro Gouveia, porque trata-se ali deles um tal, um tipo de vingança, não é? Pelo fato de grande número de trabalhadores ter entrado com ação na justiça contra eles, reivindicando os direitos que a empresa tinha negado, sonegado, lesado os trabalhadores. Eu entendo isso, eles faziam um projeto de como estão fazendo aí imobiliário, né?

¹⁹ Para mais informações acessar página da Comissão Pastoral da Terra Nordeste – CPT. Disponível em: [https://cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/alagoas/3555-usinas-de-al-devem-r\\$-128,8-milh%C3%B5es-em-contas-atrasadas-%C3%A0-eletobras](https://cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/alagoas/3555-usinas-de-al-devem-r$-128,8-milh%C3%B5es-em-contas-atrasadas-%C3%A0-eletobras) . Acesso em: 20 de junho de 2024.

Então, eu acho que essa situação aí, eu chamei na época o... trabalhador, chamei a sociedade, chamei as autoridades do município, até mesmo a gestão pública na pessoa do executivo legislativo (grifo nosso).

O entrevistado, antes de ser representante do sindicato da antiga fábrica trabalhou como operador Industrial C, com relação ao tempo de serviço prestado à fábrica, seu ingresso na indústria ocorreu em agosto de 1995 e sua saída em dezembro de 2017. De acordo com a fala apresentada, entende-se que por parte da articulação entre os/as ex-trabalhadores/as via sindicato houve resistência ao fechamento da fábrica. Inclusive, questionamentos em relação aos motivos pelos quais a fábrica encerrou suas atividades. Ainda assim, percebe-se no depoimento que o fechamento da fábrica não teve a atenção merecida. É fato que as pessoas mais atingidas, foram os/as ex- trabalhadores/as, como se analisa nos trechos das matérias veiculadas pelos sites locais, uma das estratégias adotadas pela fábrica foi a demissão, colocada como estratégia que focalizava a sobrevivência da fábrica. Aliás, como anunciado no fragmento da entrevista²⁰, estes trabalhadores e trabalhadoras já presenciavam um cenário preocupante envolvendo a luta pela garantia de seus direitos trabalhistas.

Relativo ao projeto imobiliário citado pelo entrevistado, nota-se que, os negócios do Grupo Lyra não se restringiram a criação do Shopping enquanto centro comercial, exemplo disso, é o Loteamento da Vila da Pedra (ver figura 9) demonstrativo de uma interferência nas dinâmicas imobiliárias e de moradia, empreendido também por este grupo na cidade.

²⁰ Entrevista realizada no dia 09 de julho de 2020, e integra a pesquisa intitulada: Mulheres de Pedra: divisão sexual do trabalho e os impactos do fechamento da Fábrica da Pedra, em Delmiro Gouveia/AL (1914-2017) desenvolvida no Programa de Iniciação Científica – PIBIC, Ufal/campus do Sertão (2019/2020). A pesquisa foi coordenada pela prof.^a Dr^a Suana Silva Medeiros do curso de Geografia/Licenciatura. Ressalta-se que os resultados obtidos com as entrevistas foram parcialmente publicados com o relatório final. Inclusive, a autora da presente dissertação integrou a equipe de pesquisa em todas as suas fases enquanto colaboradora, com o plano de trabalho: Fábrica da Pedra: espacialidade, territorialidade e trabalho feminino, na cidade de Delmiro Gouveia/AL.

Figura 9 – Loteamento Vila da Pedra – Delmiro Gouveia (2023)



Elaboração e organização: Santos e Cruz (2023).

Arelado ao complexo do Shopping da Vila, tem-se posto para venda os terrenos do entorno da antiga Fábrica da Pedra, pela Vila da Pedra empreendimentos. Observa-se mais uma vez, que na chamativa para venda dos lotes, “a melhor localização, no coração de Delmiro Gouveia”, conforme se pode constatar na página do grupo na internet²¹. O grupo destaca a centralidade, a localização privilegiada do loteamento, (ao lado do shopping da vila, home center e hiper mercados) como sendo um dos principais motivos pelo qual se deve comprar determinado lote na área comercializada.

²¹ Disponível em: <https://viladapedra.com.br/> Acesso em: 10 de setembro de 2023.

No momento de consulta virtual à página do empreendimento, verificou-se pelas informações dispostas que os lotes são vendidos a partir do pagamento de R\$ 363,00 por metro quadrado, com terrenos com medidas a partir de 180 metros quadrados. Ainda em relação à comercialização destes lotes, consta na página que até o momento da consulta 10 de setembro de 2023, foram vendidos 476 lotes, restando 317 disponíveis para vendas.

Como se pretende explicar, a cidade e a população local vivenciam outras relações pós fechamento da fábrica com a (adequação de sua forma para) o funcionamento de novos empreendimentos. Tomando como referência a ideia que “através do espaço, a história se torna, ela própria, estrutura, estruturada em formas. E tais formas, como forma-conteúdo influenciam o curso da história”, (Santos, 2004, p. 189). Observa-se que quando a fábrica passou a desenvolver outras funções (e não mais a atividade industrial) o seu conteúdo foi mudado, que reflete sobre a cidade e seu arranjo espacial, como também na população. Estes reflexos estão associados a características econômicas, sociais, políticas e culturais da estrutura própria de uma sociedade.

De acordo com Santos (1988, p.40):

O que muitos não conseguiram entender no passado é que a forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social. Tal valor relaciona-se diretamente com a estrutura social inerente ao período. Por conseguinte, precisamos compreender inteiramente a estrutura social em cada período histórico para podermos acompanhar tanto a transformação dos elementos naturais em recursos sociais quanto a mudança que esses novos recursos (formas) sofrem com o correr do tempo. Em suma, a sociedade estabelece os valores de diferentes objetos geográficos, e os valores variam segundo a estrutura sócio-econômica específica dessa sociedade.

Como se vê, Santos destaca a relevância que é compreender a maneira como determinada sociedade se organiza. Visto que, as mudanças que ao longo tempo alteraram tais (formas), são significativas do valor que lhes são atribuídas de modo diferente por cada sociedade, mediante seu contexto socioeconômico. Logo, a forma e conteúdo – função estão relacionados a outras duas categorias (estrutura e processo) trabalhadas pelo autor em sua proposição no desenvolvimento do método geográfico, em seu livro Espaço e Método (1988). Nesse sentido, o tempo como (processo) indica esse movimento passado/presente que é fundamental para se compreender a relação entre forma, função e estrutura. Compreende-se então, que cada forma representa o seu tempo/contexto da sociedade que a criou, “como resposta a certas necessidades ou funções do presente. O tempo vai passando, mas a forma continua a existir” (Santos, 1988, p.40).

A análise do autor é precisa, e contribui para se pensar o contexto das atuais mudanças

que alteram/adequam e criam espaços na cidade Delmiro Gouveia, visto que, um ponto que a pesquisa procurou entender foi se a função como atividade industrial desenvolvida pela fábrica já não correspondia mais a própria dinâmica econômica local, ou se houve outros interesses considerados mais importantes que o funcionamento da indústria têxtil.

Embora a criação da forma esteja associada as necessidades (funções) de um momento da sociedade, a mesma forma pode continuar existindo no decorrer do tempo e ir assumindo outras atividades/funções. Pois, “o passado técnico da forma é uma realidade a ser levada em consideração quando se tenta analisar o espaço. As mudanças estruturais não podem recriar todas as formas, e assim somos obrigados a usar as mesmas formas do passado” lembra-nos (Santos 1988, p. 40). Isto porque, segundo explica Santos, existe uma flexibilidade na construção de novas formas. Assim, quando a sociedade estiver passando por mudanças estruturais, a criação de novas formas tende a ser menor com o tempo, e isso tem relação com a inatividade de formas anteriores. Seguindo essa lógica, a criação de novas formas implica certo grau de adaptação em relação as formas antecedentes em cada período.

No contexto socioespacial da cidade analisada, o que se verifica é que mesmo com a inatividade função/atividade têxtil, a fábrica/forma continua existindo mediante outros usos gerando outras dinâmicas na cidade, como demonstrou-se com o complexo shopping da vila e o loteamento Vila da Pedra empreendimentos. Ademais, como evidenciado, a indústria têxtil cumpriu papel importante na produção do espaço urbano da cidade, sobretudo, porque desde sua instalação a Fábrica da Pedra seguiu ditando as funcionalidades em relação aos demais espaços na cidade, e continua quando observamos que os novos empreendimentos como discutidos seguem a mesma lógica, talvez ainda de forma mais intensificadora, pois, a centralidade e funcionalidade em relação ao arranjo espacial da cidade têm refletido no alto custo de aluguéis nas proximidades, como na dotação de melhor infraestrutura na área central em detrimento de outras áreas (bairros periféricos), enfraquecimento do comércio local, dentre outros.

Nessa perspectiva, para o entendimento do que caracteriza o espaço urbano, é preciso que se apreenda a maneira como se dão os diferentes usos da terra pelos indivíduos em determinada sociedade. Isto porque, o uso de determinadas áreas em uma cidade ocorre através de suas funções, as quais são: comerciais, residenciais, de serviços, dentre outras. Desse modo, explica Corrêa (1995, p.1):

Em termos gerais, o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em

termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado.

Compreendido através das relações espaciais, o espaço urbano é “assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” frisa Corrêa (1995, p.1). Nesse sentido, as (figuras 10 e 11) ilustram a maneira como as formas são mantidas e/ou adequadas passando por uma refuncionalização determinada pelas novas exigências do capitalismo. Como exemplifica Corrêa (1995, p.5) são os processos sociais, criadores de “funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana”, mediante a relação entre ação humana-tempo- espaço-mudança²².

Figura 10 – Fábrica da Pedra em (2023)



Fonte: Cruz, Camila Rodrigues. Visita/campo documental realizada em 13 de março de 2023.

²² De acordo com Corrêa (1995) Os processos espaciais e as respectivas formas são os seguintes: Centralização e área central; Descentralização e os núcleos secundários; Coesão e as áreas especializadas; Segregação e as áreas sociais; Dinâmica social da segregação; Inércia e as áreas cristalizadas.

Figura 11 – Shopping da Vila – Delmiro Gouveia (2023)



Fonte: Cruz, Camila Rodrigues. Visita/campo documental realizada em 13 de março de 2023.

Em suma, entender o espaço urbano é refletir sobre quais são as forças que atuam em sua produção e de que forma essas se relacionam. Assim, no livro intitulado: O Espaço Urbano, especificamente no capítulo 3, Quem Produz o Espaço Urbano? – Corrêa (2004, p. 12) nos mostra como tais agentes²³ agem influenciando na produção da cidade.

²³ No livro Espaço Urbano – Corrêa (2004) apresenta como esses agentes sociais atuam no ato de fazer e refazer a cidade. Os proprietários dos meios de produção – os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço.

Os proprietários fundiários – proprietários de terra atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de status.

Os promotores imobiliários – por promotores imobiliários entende-se um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente as seguintes operações. A - incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária, B - financiamento, C - estudo técnico, D - construção ou produção física do imóvel, E - comercialização ou transformação do capital-mercadoria em dinheiro-capital.

O Estado – refere-se ao fato de o Estado atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaços e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário.

Os grupos sociais excluídos – têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos aos centros das cidades – velhas residências que no passado foram habitadas pela elite e que se acham degradadas e subdivididas – a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distante do centro, e a favela.

Nessa lógica, o movimento de configuração espacial segue conectado com as práticas dos agentes sociais. Posto que, a produção e o consumo do espaço estarão ligados à ação dos sujeitos introduzida no processo de sistematização da cidade.

São esses sujeitos que dão corpo a vários segmentos da sociedade organizados em: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Nesse sentido, a fragmentação do espaço urbano tem revelado a conduta de diferentes frações da sociedade manifesta na forma como esses grupos se apropriam do espaço.

Dessa forma, a cidade Delmiro Gouveia foi historicamente, no processo de sua constituição, marcada por relações de poder que envolvem a terra, a política local, e o modo de produção. E como vimos, essas relações repercutem na sua atual configuração espacial. Ademais, sendo o espaço um produto necessário para a reprodução das relações com base no sistema capitalista, a cidade em questão tem sido concebida pelos grupos que dominam economicamente e politicamente na cidade, através da lógica da produção capitalista do espaço urbano. Porém, é necessário salientar que mesmo diante das relações de poder apresentadas na cidade, o direito à cidade e à moradia tem sido pautado principalmente pela associação de moradores e moradoras do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, do Programa Minha Casa, Minha Vida - (PMCMV), que fica localizado na periferia urbana da cidade. Como também, tem-se a luta pela terra através de sua reivindicação pelos assentamentos ligados ao MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de Delmiro Gouveia.

2.2 Apontamentos sobre a indústria têxtil Nordestina

Analisando o comportamento da indústria têxtil no Brasil, principalmente seu papel no desenvolvimento econômico e social, sobretudo nos estados nordestinos, verificou-se ser válido apresentar algumas características do setor têxtil, à medida em que se tenta analisar também particularidades da indústria têxtil no interior de Alagoas. De acordo com Morais (2012, p. 53):

No fim do século XVIII, com a crescente necessidade das indústrias inglesas, ampliou-se também a produção de algodão no Nordeste que, em determinados períodos, com a guerra de Secessão nos Estados Unidos, teve seu preço elevado. Nesses períodos o algodão competia e chegava até mesmo a substituir os canaviais, como também a agricultura de subsistência, pois em Alagoas, como era comum na

região, o cultivo do algodão era feito em sua maior parte por pequenos agricultores que normalmente o plantava consorciado ao cultivo de milho e feijão.

Dentro dessa perspectiva, Ferreira (2022, p.27) observa que o povoamento de Alagoas foi determinado pelos: engenhos de açúcar e a pecuária extensiva – que juntos moldaram o padrão fundiário da região. No entanto, ele acrescenta que a partir do século XIX a produção de “algodão e tecidos determinou um novo ciclo econômico que proporcionou matéria-prima para agrupar várias indústrias de fiação e tecelagem, promovendo assim, a industrialização no Estado”. Já Silva (2019, p.15) ao tratar do desenvolvimento industrial têxtil no estado de Alagoas, afirma que apesar de ter sido inicialmente estimulado por fatores externos, “o cultivo algodoeiro conhece seu *boom* com o desenvolvimento da indústria têxtil local consumindo a maior parte do algodão produzido em Alagoas”. Isto porque, a compreensão de Silva é que antes da presença da indústria têxtil neste estado, o algodão já repercutia em importantes transformações como: na inserção de práticas capitalistas no campo (antes mesmo da abolição), e adiantando-se as regiões açucareiras (mais apegadas ao trabalho escravo), como também, por permitir uma maior possibilidade de ascensão social em um estado de formação social rígida e assentada na grande propriedade privada.

No caso de Ferreira, a linha investigativa de seu estudo focaliza o processo de formação da indústria têxtil que ocorreu através da Revolução Industrial na Inglaterra em meados do século XVIII, abrangendo a instalação no Brasil, e em Alagoas. Nesse sentido, o autor comenta:

A indústria têxtil foi uma das causas da 1ª Revolução Industrial na Inglaterra e surgiu no Brasil, na primeira metade do século XIX, ainda sob a forma de pequenas fábricas e pela demanda do algodão, o cultivo do mesmo foi ampliado e, junto ao açúcar, tornou-se a base econômica do Nordeste [...] antes da Revolução Industrial, o algodão não tinha uma posição de primeira linha; após os avanços tecnológicos dos séculos XVIII e XIX, tornou-se base da expansão industrial, tanto para o mercado interno, no qual foi ampliado a elaboração de tecidos grosseiros; quanto para o comércio internacional, representando o progresso, de 1861 a 1865, mas também as oscilações do mercado (Ferreira, 2022,p.25-26).

A Revolução Industrial²⁴ ocasionou uma série de mudanças estruturais na sociedade. E como avalia Ferreira, estas mudanças têm relação com cada fase do processo tecnológico, responsável por transformar as relações sociais, de trabalho, e o sistema de produção, estabelecendo assim, novos padrões em relação ao consumo e uso dos recursos naturais. Em relação à introdução de novas técnicas, Silva (2019, p.17) destaca que “uma das principais características do setor têxtil é a necessária consonância entre as etapas produtivas, onde a cada etapa precisa acompanhar o ritmo da etapa seguinte”. Na concepção de Silva, essa é uma constatação feita desde os primórdios da fase plenamente industrial da atividade têxtil na Inglaterra do século XVIII, onde o desequilíbrio entre as seções de fiação e tecelagem foi o que impulsionou a incorporação das inovações técnicas pelo setor têxtil.

Como visto, o setor têxtil é um grande receptor de tecnologia. Nesse sentido, Silva (2019) assinala que o setor têxtil absorve ainda as inovações técnicas que são desenvolvidas pelo setor de bens de capital e o setor químico. Referente às transformações ocorridas com a Revolução Industrial no século XVIII, a partir de Silva (2019, p.17), compreende-se que o setor têxtil “somente obteve transformações de magnitude semelhante com a energia elétrica e nos anos 50 do século XX com a difusão das fibras químicas (artificiais e sintéticas), desenvolvidas pela indústria química”. A seguir, tem-se o quadro 02, contendo as três principais etapas do processo produtivo do setor têxtil. Além disso, as etapas apresentadas no quadro dizem respeito ao processo precisamente produtivo, onde nela observam-se as etapas de produção – fiação, tecelagem, e acabamento no interior da Fábrica da Pedra em Delmiro Gouveia.

Ainda referente ao processo produtivo “existem outras atividades no setor, tais como marketing, desenvolvimento do produto, canais de comercialização e etc, que influencia diretamente no processo produtivo, as quais denomina atividades imateriais” segundo (Lupatini, 2004, p. 152 *apud* Silva 2019, p.17). Um dado importante obtido através de Silva, e que tem relação com as três principais etapas do processo produtivo, é que o segmento de fiação utiliza cerca de 80% do algodão considerado a principal matéria-prima da indústria têxtil brasileira.

²⁴ No trabalho intitulado: Da Revolução Industrial e suas consequências: um breve histórico sobre a indústria têxtil no Brasil e em Alagoas, Ferreira (2022, p.15) ao tratar dos impactos da Revolução Industrial, destaca que as principais consequências foram: a passagem da manufatura para a maquinofatura, ou seja, a substituição do trabalho humano por máquinas; o êxodo rural, aumento das indústrias e a organização da sociedade em dois grupos: burguesia versus proletariado.

Quadro 02. Principais processos produtivos do setor têxtil

Fiação	<p>Neste processo o algodão bruto é transformado em fios longos e de grande resistência. De início sua impureza é retirada.</p>	
	<p>Nas cardas, a fibra curta do algodão tratado é retirada transformando-o em cordões com fibras organizadas.</p>	
	<p>A fiadeira é o último processo da seção de fiação, transformando a fibra do algodão em fios que são enrolados em bobinas, sem intervenção humana. Aproveita-se para eliminar as imperfeições que vieram dos processos antecedentes.</p>	
Tecelagem	<p>Utilizando os carretéis da seção de fiação, os teares organizam os fios em tecidos, onde o produto final é o tecido cru.</p>	
Acabamento	<p>Na etapa final de produção o tecido cru é tratado, de modo a torná-lo mais resistente e maleável, podendo ser tingido.</p>	

Fonte: Elaboração do quadro e registro fotográfico. Silva (2019) ²⁵

²⁵ Para mais, na dissertação intitulada: Indústria têxtil no Nordeste: a experiência de Alagoas e Sergipe (2019, p.18) Silva apresenta com mais detalhes o fluxo produtivo do setor têxtil.

Em relação às informações dispostas no quadro, analisa-se que das etapas do processo produtivo deste setor, o segmento de fiação é ainda subdividido, ou melhor, o processo pelo qual passa o algodão é realizado em três momentos com a transformação do algodão no estado bruto em fios, da fibra do algodão em cordões, e da fibra do algodão em fios/bobinas parte final do processo que envolve a etapa de fiação e é realizada somente pelo maquinário, ainda neste momento que antecede a organização dos fios em tecidos, é feito o tratamento dos fios para garantia da qualidade do produto.

Sobre a relevância da cultura algodoeira em Alagoas, Morais (2012, p. 54) considera que não foi importante somente por competir com o açúcar como maior produto de exportação de Alagoas, “mas teve um papel importantíssimo no fortalecimento de mudanças nas relações de produção ao romper mais efetivamente com o tripé da organização agrária do Brasil”. Aliás, o tripé ao qual o autor se refere é o da monocultura – escravidão – grande propriedade, uma definição realizada por Prado Junior (1997, p.122) que é citado por Morais. Feita essa observação, constata-se que mesmo destacando a importância do algodão como estimulador de mudanças relacionadas ao tripé da organização agrária brasileira, Morais acredita que em certa medida, a pecuária já tinha rompido com essa organização. Essa compreensão parte do pressuposto que mesmo sendo a pecuária uma atividade complementar da produção açucareira, era através da pecuária que se tinha o fornecimento da carne para alimentação de escravos, senhores, e etc. Desse modo, o autor relembra que “muitos senhores de engenhos possuíam criações de gado em suas terras” (Morais, 2012,p.54). Logo, a pecuária como atividade complementar à produção açucareira ao viabilizar o abastecimento de animais nos engenhos também contribuía para o transporte do açúcar produzido.

No tocante à presença do algodão em Alagoas, analisa-se que a expansão dessa cultura no estado teve início a partir do século XIX. Diante de um cenário de crescimento verifica-se que foram criadas, segundo Morais (2012, p.54):

[...] 03 (três) inspetorias de algodão em Maceió, São Miguel e Penedo. Observando as localizações, percebemos que essas estavam na região de povoamento que se assentou prioritariamente a pecuária e a pequena agricultura. O algodão foi cultivado inicialmente no agreste, expandido depois para o sertão, em um sistema similar ao ocorrido em outros estados nordestinos, ou seja, no chamado binômio gado- algodão/pequena lavoura.

Em relação à totalidade da produção do algodão no estado alagoano, verifica-se a partir do autor supracitado, que com exceção de União dos Palmares, e municípios do agreste e do sertão, na região norte do respectivo estado, onde prevalecia a cana-de-açúcar não houve

implantação de tais inspetorias.²⁶ Nessa perspectiva, analisando o contexto destacado por Morais (2012, p.54) avalia-se que com o aumento do preço do algodão não houve muito interesse dos pequenos agricultores em relação às lavouras de subsistência. Um aspecto desse contexto assinalado pelo autor, é que houve a ampliação da divisão social do trabalho. Nesse sentido, acrescenta que:

Ocorreu uma redução da economia de subsistência e ampliação da agricultura comercial devido a redução dos braços escravizados na cultura canavieira decorrente das diversas leis proibitivas e transferências para os cafezais paulistas; ao aumento da utilização do trabalho livre na cultura algodoeira e canavieira devido a elevação de seus preços no mercado mundial (Morais, 2012, p. 55).

Na análise do autor, a prioridade de “meeiros, posseiros, e rendeiros” dada ao cultivo do algodão e do açúcar tem relação com o que ele chama de cultura de exportação versus de subsistência. Desse modo, as lavouras de subsistência deixavam de ser atrativas em um cenário em que o algodão e o açúcar estavam em alta e com aumento de demanda. Apesar da cultura de exportação ser considerada a princípio uma vantagem²⁷, acabou ocasionando consequências como o aumento da importação e inflação dos alimentos. Morais (2012, p.55) também assinala que:

Houve uma reinvenção de parte dos recursos provenientes da agricultura exportadora para melhorar a capacidade técnica dos engenhos como também para a manufatura de tecidos, óleos de mamona e rícino, calçados, móveis, bebidas e etc [...] Dom Pedro II (1859) descreveu em seu diário, a presença em Penedo, de diversas atividades manufatureiras, como destilarias de aguardente, fábricas de cigarros, de descaroçar algodão, e descascar arroz.

²⁶ Sobre a criação das inspetorias, na tese intitulada: Organização espacial da indústria nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto – Sant’Ana (1970, p.23) citado por Morais (2012, p.54) verifica que em 1978, quase a totalidade do algodão produzido em Alagoas veio de Palmeiras dos Índios, Mata Grande, Viçosa, União dos Palmares e Anadia.

²⁷ Na tese intitulada: Organização espacial da indústria nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto – Andrade (2005) citado por Morais (2012, p.55) destaca que: a preferência de meeiros, posseiros e fazendeiros em relação à cultura de exportação compreendida por estes como sendo mais vantajosa, dá-se em um contexto: mesmo com as relações de trabalho ainda não fosse pautadas nas relações capitalistas de produção, havendo entre o pequeno produtor e o latifundiário o pagamento da renda da terra em forma de meia ou na terça parte da produção.

Do contexto descrito, observa-se que concomitante à aplicação dos recursos oriundos da exportação no aprimoramento de novas técnicas nos engenhos, bem como, nas atividades de manufatura teria uma “maior distribuição de renda e ampliação do consumo”, afirma Moraes (2012, p.55). Isto porque, havia o entendimento de que com o crescimento da circulação de bens de capitais, parte do conjunto de trabalhadores passou a dedicar-se à produção de bens artesanais e manufaturados²⁸.

Na perspectiva de Moraes (2012, p.56) com o aumento da produção do algodão e a recuperação do preço do açúcar, a economia alagoana teve nesse século um significativo crescimento. Mediante isso, o autor frisa que “do início do século, até a Proclamação da República, surgiram em Alagoas 29 vilas”, das quais 10 tornaram-se cidade, como exemplo das vilas de Penedo, Porto Calvo dentre outras. Dito isso, Moraes destaca ainda, que o algodão diferente da cana-de-açúcar contribuiu de maneira decisiva com o desenvolvimento da vida urbana nordestina.

Nas palavras do autor, o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa das terras e dos braços.

Com relação a gênese da indústria têxtil alagoana entre os anos de 1857 e 1927, constata-se o seguinte:

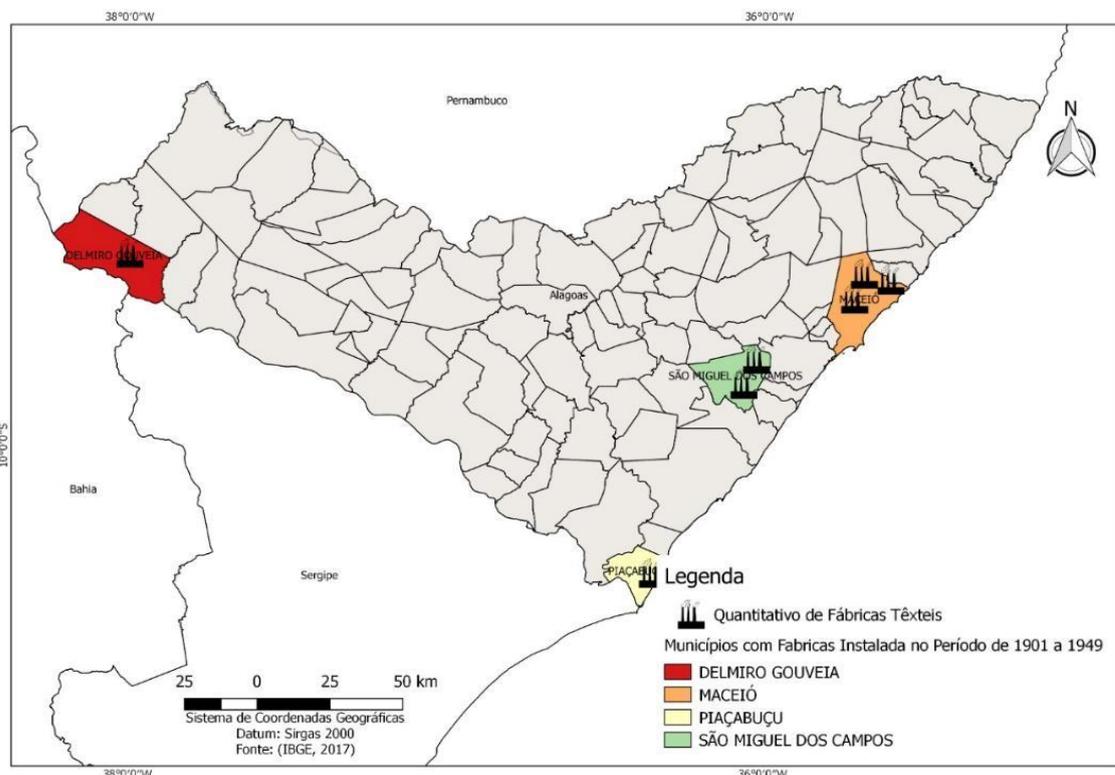
Em 1857, foi criada a Companhia União Mercantil que instalaria a primeira indústria têxtil alagoana na localidade de Fernão Velho, em Maceió, de propriedade de José Antônio de Mendonça, o Barão de Jaraguá. A fábrica foi instalada as margens da ferrovia Alagoas Railway [...] Depois dela, foram instaladas outras indústrias têxteis. Sendo que, em 1888, é criada a segunda indústria têxtil alagoana, a Fábrica Cachoeira (1888); por fim a Fábrica Progresso (1892). Juntas, tornaram-se a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, instalada em Rio Largo. Segue a Fábrica Pilarense (1892, Pilar), Fábrica Penedense (1895, Penedo), Fábrica de Rendas e Bordados (1909, Pilar), a Fábrica de Fiação São Miguel (1913, São Miguel dos Campos), a Fábrica Alexandria (1911, Maceió), a Fábrica Santa Margarida (1914, Maceió), a Fábrica de Pedra (1914, Delmiro Gouveia), a Fábrica Vera Cruz e a Fábrica Norte Alagoas (1927, São Miguel dos Campos), e a Fábrica Marituba (1926, Piaçabuçu). (Moraes, 2012, p. 55-56).

²⁸ Esse fato, segundo afirma Paim (1957) e Rangel (2005) contribuiu para a primeira substituição de importações que ocorreria dentro das próprias fazendas, ver Moraes (2012, p. 55).

Uma das primeiras indústrias do ramo têxtil instalada no Brasil, a Companhia União Mercantil, foi também a primeira unidade fabril do estado. No tocante à produção fabril alagoana, observa-se que a Companhia União Mercantil manteve-se no domínio do ramo têxtil até 1888, período em que se inicia a instalação de outras fábricas têxteis em território alagoano. Do grupo das fábricas têxteis, cuja criação ocorreu após 1895, verifica-se que Delmiro Gouveia foi a única cidade do interior do sertão de Alagoas com uma indústria têxtil em seu território, como se pode observar na (figura 12, Alagoas - Distribuição Territorial de Fábricas Têxteis 1901 e 1949).

Sobre os territórios fabris no ramo têxtil em Alagoas, observa Tavares (2019, p.3) “esses territórios fabris com suas fábricas e vilas operárias não são meros espaços descritivos, mas indicativo de um tempo cujo conteúdo é emissor de significados e experiências históricas, ampliando a percepção de suas geografias e histórias”. Nesse sentido, a análise sobre a constituição dos territórios fabris, como o autor assim os denomina, revela como os empreendimentos realizados nesses espaços se vinculam aos processos de modernização com o desenvolvimento do sistema capitalista.

Figura 12 – Alagoas – Distribuição Territorial de Fábricas Têxteis 1901 e 1949



Elaboração e organização: Santos e Cruz (2022).
Para elaboração deste mapa, tomou-se como referência, Tavares (2019).

A implantação da Companhia Agro-Fábrica Mercantil (antiga Fábrica da Pedra) tem uma característica peculiar quanto ao processo de sua atuação frente às exigências postas pelo capitalismo imperialista. Nesse sentido, no livro *Elegia para uma Re (li)gião Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe*, cujo estudos são pautados na discussão a partir da região Nordeste, via a SUDENE e suas relações com o processo de expansão capitalista no Brasil e suas repercussões, Francisco de Oliveira (1981, p.63) faz importante observação sobre a indústria têxtil nordestina, destacando que:

A indústria têxtil nordestina acomoda-se ao padrão de fornecimento ditado pelos grandes trustes internacionais, de tal forma que, surgindo nas fronteiras da "região" que produzia algodão de boa qualidade, vai se especializar, contraditoriamente, na produção de tecidos grossos: aqui é não apenas a pobreza de seu mercado, das classes de renda baixa, mas sua subordinação aos padrões impostos pelos grandes trustes internacionais, SANBRA, C L A Y T O N e MACHINE COTTON, que determina essa especialização. Um caso que inclusive passou ao romancista popular é a saga do industrial Delmiro Gouveia: tentando concorrer com a MACHINE COTTON, que controlava boa parte da comercialização do algodão de fibra longa para abastecer suas fábricas de fio e linhas de algodão na Inglaterra, aquele pioneiro montou o primeiro aproveitamento hidrelétrico das quedas de Paulo Afonso, comprou todo o equipamento industrial necessário e iniciou uma longa luta que terminou com seu assassinato e a compra posterior pela própria MACHINE COTTON dos equipamentos que ele havia instalado na Fábrica da Pedra, em Alagoas, jogando a maquinaria dentro da própria cachoeira; suprema ironia: a cachoeira foi berço e túmulo da tentativa de ruptura dos padrões de subordinação ao capitalismo imperialista (grifo nosso).

A condição de periferia é uma marca tão profunda na história brasileira, que qualquer tentativa que ouse romper com tais relações tende a ser sempre conflitante. Isso porque, o rompimento pressupõe a superação das relações de dependência que se consolidam em vários planos, seja ele econômico, político ou cultural. Quanto a isso, Moraes enfatiza (2008, p. 31-32) que “as características advindas de tal condição, que melhor se traduz na periódica necessidade de ajustes internos para adequar o país a padrões e ritmos desenvolvidos no centro da economia- mundo capitalista”. Assim, essa necessidade de ajustamento interno explicitada pelo autor contribui para o prolongamento das relações de dependência.

A concorrência entre o industrial Delmiro Gouveia, e a MACHINE COTTON – grupo econômico europeu monopolizador do mercado das linhas na América Latina, é assinalado também por Maynard (2008, p.23):

[...] A Fábrica da Pedra, que prosperou auxiliada pelos tempos de Guerra (1914-1918). Com os mares transformados em campos de batalha e a indústria britânica – dona do monopólio no fabrico de linhas – reorientada para o conflito, os carretéis ingleses passaram a sofrer uma inesperada concorrência no mercado nacional. Pela primeira vez no Brasil, uma indústria produzia linhas de costura. Deste modo, os carretéis marca “Estela” se espalharam pelo país. Em tempos belicosos, Delmiro

adotou o discurso nacionalista como recurso de propaganda: “nossa linha estrela, artigo genuinamente nacional, é mais forte, macia e melhor confeccionada que qualquer outra marca”. Expandido os negócios, no exterior “Barrilejo”. Não foram poucos os clientes estrangeiros: Chile, Argentina, Peru, Bolívia, Antilhas e Terra nova (grifo nosso).

É certo que a instalação da indústria têxtil pelo industrial brasileiro Delmiro Gouveia representou um empecilho para os negócios do grupo Machine Cotton, sobretudo, porque esse grupo inglês buscava se consolidar no Brasil. Desse modo, o funcionamento da indústria têxtil, comandada por Delmiro Gouveia colocava em risco o monopólio britânico em relação ao mercado de linhas, como se observa através do contexto descrito por Maynard.

Quanto à promoção dos produtos de sua indústria têxtil, analisa-se que o discurso nacionalista de Delmiro Gouveia como recurso de propaganda da linha Estrela (ver figura 13) foi constante no diário de Pernambuco, em decorrência quase diária em 1917, e pode ser verificado por meio da reprodução de um exemplar de 13 de outubro desse mesmo ano, através de microfilme da FJN (Fundação Joaquim Nabuco).

Figura 13 – Exemplar de divulgação da Linha Estrela (1917)



Fonte: registro fotográfico: Cruz, Camila Rodrigues.
Museu Regional Visita/campo documental realizada em 24 de janeiro de 2023.

Do exposto, compreende-se que a formação social brasileira tem esse caráter – subordinado e dependente. Sobre essa questão, Neto (2015, p.16) frisa “essa essência histórico-genética continua a marcar a formação social brasileira até hoje e, em decorrência, impõe o subdesenvolvimento forçado ao qual o Brasil é economicamente submetido”. A partir da contribuição de Neto, é possível compreender como essa essência é também historicamente atualizada em função das necessidades do capital que se impõem do centro para a periferia. De acordo com Neto (2015, p. 23) “é fundamental atentar para o fato de que o capital pressupõe distintas mediações e passa por diferentes metamorfoses”. Notável é a natureza processual do capital²⁹. Logo, mutável como é, sua dinâmica de acumulação no espaço-tempo tende mesmo a criar, e também a destruir as barreiras espaciais, com repercussões em diferentes escalas geográficas.

Embora necessária, essa discussão pode soar como repetitiva aos/as possíveis leitores/as desta pesquisa. Mas é preciso entender, que a retomada em alguns pontos deste estudo em relação à condição de subordinação histórica da economia brasileira ao capital – externa e interna, é feita em contextos diferentes, mediante a análise que é realizada. Tendo em vista, que o processo de apreensão da realidade, pressupõe, antes de tudo, o entendimento de uma realidade que está em movimento.

Dito isso, segue-se com a afirmativa de Neto (2015, p.24) que o capital é uma “entidade social dotada de capacidade de se metamorfosear, na perspectiva de garantir seu processo de reprodução metabólica, mas isso brota das condições efetivas que emergem do próprio modo como os homens organizam sua existência material³⁰”. Acrescenta-se ainda, que na compreensão do autor, é necessário observar que a economia brasileira não pode ser desvelada desconsiderando-se sua especificidade no contexto da periferia do capitalismo.

²⁹ Neto (2015) observa em: Capital e trabalho na formação econômica do Brasil, que antes do capital manifestar-se em sua forma mais desenvolvida como capital industrial, ele se configura como capital monetário e capital mercantil. Assim, o capital como totalidade dinâmica e contraditória, é marcado por complexos emaranhados, e a sua natureza somente se revela no quadro histórico posterior à Revolução Industrial.

³⁰ Para Neto (2015): A perspectiva marxiana revela-se essencial para uma correta compreensão dos nexos e das conexões efetivas que marcam o desenvolvimento de nossa economia, em que a forma de organização da vida material está completamente subordinada aos interesses do capital em escala mundial.

Outra contribuição igualmente importante para reflexão do tema em questão, é a de Oliveira (1981, p.29) que aliás, é muito preciso em relação as formas de reprodução do capital, ao assinalar:

É evidente que as diversas formas de reprodução do capital nunca se apresentam nem em "estado puro" nem isoladas, mas sem nenhuma dúvida existem estágios em que há uma sobre determinação principal da forma de reprodução, que subordina as demais". [...]A especificidade de cada "região" completa-se, pois, num quadro de referências que inclui outras "regiões", com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção; pelo menos quando se está em presença de uma "economia nacional", que globalmente se reproduz sob os esquemas da reprodução ampliada do capital (Oliveira, 1981, p.29).

Uma das discussões iniciais realizada pelo autor em sua obra, diz respeito à proposição conceitual de região. A propósito, não se demorará aqui no aprofundamento dessa questão conceitual, o que importa, é entender a partir da abordagem do autor os desdobramentos e particularidades da “região ou regiões” como porções do espaço incorporadas ao processo de reprodução do capital. Nesse sentido, tentar-se-á apresentar de modo breve alguns elementos da abordagem que Oliveira realiza acerca desses “Nordestes”, que o autor traz como sendo o da “região” do açúcar, e o outro da “região”, do algodão e pecuária, que aliás, se antagonizavam ainda no início do século XX. Para melhor compreender esse contexto, e para mais detalhes, é interessante se atentar a proposição conceitual de “região” na introdução do livro.

Por exemplo, observa-se com Oliveira (1981, p.27) que a região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo: econômico, social, político, cultural, antropológico, geográfico e histórico. Nessa perspectiva, analisa-se que entre os vários sentidos que a noção de região pode vir a assumir, o autor enfatiza que:

Privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral (Oliveira, 1981, p.27).

Em consonância com essa definição, a região seria “o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes”. (Oliveira, 1981, p.29). Por fim, percebe-se também, que a partir da definição proposta tem-se a ligação de fatores no âmbito da política e da economia. Nesse quesito, revela-se importante ressaltar que o debate referente as especificidades de cada

região, deve levar em consideração o estabelecimento das relações de uma região com as demais, a partir da inserção destas em um contexto cuja escala compreenda o nacional, o regional, e também o local, atrelada ainda, a uma economia nacional que globalmente tem sua reprodução mediante arranjos da reprodução ampliada do capital.

No enfoque adotado por Oliveira (1981, p.29-30) tem-se que:

[...] De diferenças na divisão regional do trabalho, pode encontrar terreno propício para o entendimento das relações inter-regionais e abandonar a abordagem dos "desequilíbrios regionais" por uma formulação que centre suas atenções nas contradições postas e repostas exatamente pelas formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção. O planejamento emerge aqui como uma "forma" da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da "integração nacional".

Com o fragmento citado vê-se que o enfoque do autor centraliza as contradições oriundas das diferentes formas de reprodução do capital e das relações de produção. Além disso, é preciso salientar que a reflexão de Oliveira acerca do Nordeste é feita ao passo que, o autor trata da questão regional, a partir da exposição da história social, política e econômica do Nordeste. Na sua análise, nota-se também, a amplitude de seu conhecimento e esforço analítico em relação aos cenários – nacional e internacional. Ademais, outro fator destacado no trecho por Oliveira, e que merece atenção é a maneira como o planejamento ascende nesse contexto de – integração nacional, como uma forma de intervenção do Estado sobre as contradições que envolve o processo de reprodução do capital em escala nacional e regional, alinhada ainda à escala local, tendo em vista que, o planejamento dentro do quadro de políticas propostas pela Sudene, por exemplo, tinha como principal objetivo a industrialização do Nordeste.

Vale ressaltar, que para o autor a intervenção no Nordeste via Sudene, não poderia ser caracterizada como planejamento, uma vez que, segundo ele, a intervenção da Sudene figurou como um mecanismo de destruição acelerada da própria economia regional nordestina, no contexto do movimento de integração nacional mais amplo. Exemplificando, acrescenta que o "planejamento é, pois, essa forma de transformação dos pressupostos da produção, essa passagem da mais-valia captada pelo Estado como imposto, e sua conversão em capital entregue à grande burguesia do Centro-Sul" (Oliveira, 1981, p.113). Nesse seguimento, as contradições da reprodução do capital e das relações de produção, em cada região, ou

particularmente, entre as duas principais regiões do Brasil – Centro-Sul e Nordeste, foi compreendida como indício de uma redefinição da divisão social do trabalho no conjunto do território nacional, que começa a manifestar-se como conflito entre duas regiões – uma em crescimento, e outra em estagnação, respectivamente. Observa-se assim, que é nesse contexto, segundo afirma Oliveira (1981, p. 37) que “tendo por objetivo explícito a atenuação ou pelo menos a contenção da intensificação das disparidades regionais, a correção dos desequilíbrios regionais, que nasce o planejamento regional para o Nordeste”.

Acerca da divisão social do trabalho, Oliveira (1981, p.37) analisa que:

A conversão da "região" do café em "região" da indústria começa a redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional. Seu papel nessa divisão regional do trabalho no que respeita à "região" Nordeste passa a ser de um lado, sistematicamente, a reserva do exército industrial de reserva: as migrações Nordeste-São Paulo chegam a constituir um formidável contingente que vai suprir os postos de trabalho criados pela industrialização, e contribuir para manter baixos os níveis de salário real de toda a massa trabalhadora.

Uma observação importante sobre a posição do Nordeste como fornecedor de um exército industrial de reserva, refere-se ao fato de que apesar das ações voltadas para o Nordeste, os “problemas da região Nordeste aumentavam devido às secas rigorosas, a fome e ao desemprego, motivos que levaram à morte muitos nordestinos e outros tantos a deslocamentos massivos para outras regiões”(Souza, 2017, p.47). Como também, que o crescimento do capital “pressupõe não apenas a constituição de um exército de trabalhadores destituídos dos meios de produção e dispostos a vender sua força de trabalho, mas presume ainda a existência de um contingente enorme de trabalhadores desempregados” (Neto, 2015, p.75). Logo, o trabalho é compreendido pelo capital como um instrumento que potencializa seu processo de reprodução.

Ademais, como entende Neto (2015, p. 77) “para que o trabalho assalariado seja adotado com sucesso é fundamental a existência do exército industrial de reserva”. Assim, quanto maior for o contingente de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho, menor também as chances de elevação de seus salários, assim, o capital coopta esse trabalhador e o mantém conforme as regras de sua dinâmica reprodutiva.

Para mais, a criação da Sudene em 1959, dá-se em uma conjuntura na qual o entusiasmo desenvolvimentista vigorava, representando assim, a movimentação do Estado Nacional em relação aos problemas do Nordeste. De acordo com Souza (2017, p. 57):

A criação e desenvolvimento de ações da SUDENE foram pensadas na linha de desenvolvimento proposto pelo projeto social nacional-desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), este que foi considerado “[...] dentre todos os presidentes eleitos da experiência democrática dos anos 1946- 1964, aquele que mais se destacou como homem político de ação [...]”. O projeto de superar o atraso da região Nordeste estava nos projetos do Plano de Metas desenvolvido pelo presidente para acelerar o crescimento do país, já que a SUDENE tinha como intento, promover e coordenar o desenvolvimento na região, de inserir o Nordeste no movimento de reprodução do capital.

Com relação à adoção do projeto para superação do “atraso” da região Nordeste, observa-se com a autora, que o Plano de metas³¹ do governo JK era direcionado ao desenvolvimento nacional com o intuito de transformar o país em uma nação desenvolvida, e isso se daria através da industrialização, da modernização dos setores. Desse modo, analisa-se que o programa de metas do governo JK assumiu integralmente a “linguagem do desenvolvimento”. Mais conhecido como Plano de Metas, o programa era, na realidade, um documento essencialmente econômico (Souza, 2017, p. 57).

Com Oliveira (1981) observa-se que o Centro-Sul do país entre os séculos XIX e XX vivenciava o avanço do café, seguido da industrialização, enquanto isso, o Nordeste enfrentava a fase de declínio da produção açucareira e o avanço da pecuária e algodão. Desse cenário, surgiram conflitos que marcaram os impasses no interior das classes dominantes nordestinas, especificamente entre a antiga oligarquia açucareira e a nova parcela dessa classe – a não açucareira (baseada na acumulação através da circulação interna de mercadoria) que se aproximava e estabelecia laços com a nova burguesia industrial do Centro-Sul. Do estreitamento de laços anunciado, tem-se como resultado a tendência que aprofunda o distanciamento economicamente falando, entre as regiões, da qual, o Nordeste transformar-se-ia na parcela “atrasada” da economia brasileira. Dito isso, essa configuração levou à emergência de um padrão “planejado” de condução e orientação das atividades econômicas, que vale dizer, tinha o Estado como principal agente (Oliveira, 1981, p.51). Convém acrescentar, que em síntese o projeto da Sudene sustentava que o desenvolvimento alcançado pelo Centro-Sul poderia ser expandido para outras regiões via o processo de industrialização, eliminando-se assim, a condição de “atraso”.

³¹ Souza (2017, p.57) assinala, em sua pesquisa intitulada: Transferir para modernizar: os feirantes e as relações capitalistas no alto sertão de Alagoas – Delmiro Gouveia (1980/1990) – que o Plano de Metas do governo JK, dividia-se em 30 metas, distribuídas entre os setores de energia (metas 1 a 5), transporte (19 a 29) e educação (meta 30).

O projeto de industrialização de tipo capitalista proposto pelo governo JK encontrou diversos impasses à sua realização, analisa (Souza, 2017, p. 57-58):

O projeto desenvolvimentista de Juscelino encontraria resistência dos setores considerados mais “arcaicos”, formados pelos latifundiários e os setores ligados a exportação e as classes médias tradicionais[...] Na região Nordeste um empecilho para a não industrialização da região por essa camada da sociedade considerada arcaica, isto é, a elite rural conservadora, que defendia a economia do tipo agrário-exportadora. Logo, [...] a base econômica da burguesia do Nordeste foi indiscutivelmente a constituição da atividade de produção da cana e do açúcar [...] e estes não queriam perder os benefícios conseguidos pelo mercado externo. Com a crise de 1929 ficou evidente o quanto a economia do tipo agrário-exportadora era instável. Assim sendo, “[...] o antídoto proposto para combater tal fraqueza da nacionalidade, era, não por mero acaso, o desenvolvimento de uma indústria nacional, cujo florescimento devia ancorar-se no mercado interno [...]. Foi o que aconteceu, por exemplo, na região Centro-Sul quando esta conseguiu se desenvolver, conseguiu manter um mercado interno, não apenas de exportação como no Nordeste.

Sobre as estratégias em relação a instabilidade da economia agrário-exportadora, vê-se a partir de Vânia Moreira (2007, p. 167-168) citada por Souza (2017, p. 57-58), que a possível saída apontada para “a crise de exportação era, a industrialização do país”. No entendimento da autora, isso foi o que veio a ocorrer, por exemplo, na região Centro-Sul, que durante o processo de desenvolvimento manteve seu mercado interno, não apenas o de exportação como o Nordeste. Verifica-se que mesmo com toda a recessão econômica no mundo capitalista, o Brasil por volta da década de 30 mostrou um “acelerado processo de crescimento na sua economia e continuou expandindo após os anos 30 e principalmente na década de 50, tendo a região de São Paulo como *locus* de reprodução e concentração do capital” (Souza, 2017, p. 57). Nesse seguimento, explica (Oliveira, 1981, p.75-76):

No momento, pois, em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu *locus* na "região" Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma *especialmente* a forma de destruição das economias regionais, ou das "regiões". Esse movimento dialético *destrói para concentrar*, e capta o excedente das outras "regiões" para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras inter-regionais, a expansão do sistema de transportes facilitando a circulação *nacional* das mercadorias, produzidas agora no centro de gravidade da expansão do sistema, são em si mesmas tantas outras formas do movimento de concentração; e a exportação de capitais das "regiões" em estagnação são a forma do movimento de centralização.

Em sua análise, Oliveira destaca como a expansão do sistema capitalista no Centro-Sul contribuiu para que essa região ficasse na frente das demais regiões, inclusive do Nordeste. Nesse sentido, ele discorre sobre o processo de centralização de poder da região (Centro-Sul), a medida em que o progresso desta, paralelo à concentração de capital, faz dela “centro

capitalista nacional” (Oliveria, 1981, p.75). Dito isso, com a configuração do Centro-Sul em centro capitalista, tem-se o aumento das disparidades regionais. Além disso, o autor enfatiza a expansão do sistema capitalista liderada pela região Centro-Sul, na qual focaliza o processo de concentração de capital industrial sob o comando de São Paulo. Desse cenário e, portanto, das transformações ocorridas no plano econômico, via expansão capitalista do Centro-Sul, observa-se com Oliveira (1981) a consolidação da burguesia industrial, acrescentando-se ainda que, o que se evidenciava era a questão das disparidades entre as “regiões do país quando começaram a se industrializar, no sentido de que umas demonstraram crescimento mais do que outras, o que tornou necessário a criação de políticas públicas” (Souza, 2017, p. 59-60). Logo, a implantação de tais políticas objetivava suavizar as desigualdades regionais existentes no contexto de crescimento do Centro-Sul em detrimento do Nordeste.

Através da leitura da obra de Oliveira, é possível identificar que o autor apresenta várias questões relacionadas ao planejamento regional, baseado na região Nordeste, ao passo que, discorre sobre a sua política de desenvolvimento – a SUDENE. Focalizando no processo de acumulação do capital e divisão regional do trabalho, entende que estes são intensificadores dos conflitos de classes, chamando atenção para o fato do aumento das desigualdades entre intra/entre regiões. Aliás, Oliveira aborda também, outros pontos importantes relacionados às práticas de planejamento regional que ressalta: a presença dos agentes econômicos e políticos, do capital internacional, a interação das escalas (e a influência do mercado global), a questão conceitual (região), e a diferenciação entre as regiões. Por fim, no tocante ao planejamento regional ele ainda lembra “o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital” (Oliveira, 1981, p.24). Em outras palavras, o planejamento funcionaria como mecanismo de reprodução do capital, a serviço do processo de acumulação desse capital por meio dos agentes: políticos e econômicos envolvidos na realização e prática do planejamento.

Ao analisar a indústria têxtil nordestina sob a integração geoeconômica nacional, Silva (2019, p.64) traz algumas questões referente aos Planos diretores que integravam a política da Sudene, visando entender o que sucedeu na indústria têxtil regional durante e após implementação destes planos. Logo, destaca que é somente com a aprovação do “I Plano Diretor, em 1961, que a Sudene pode iniciar suas ações de recuperação do setor têxtil através do Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil, com a parceria do Banco do Nordeste”. O autor afirma ainda, que os recursos depositados no banco, como também, a sua aplicação ou não em determinados projetos dependia do direcionamento da Sudene. Mediante isso, Silva (2019, p. 64-65) pontua:

O objetivo inicial visava a modernização das fábricas, baixando os custos e tornando-as mais competitivas. Excluía-se das prioridades, nesse momento, a instalação de novas unidades fabris e o aumento na oferta de tecidos³². A política setorial da Sudene atua sobre dois eixos: assistência técnica e assistência financeira. O primeiro, voltado a melhorias administrativas e da qualidade da mão-de-obra, promovendo cursos e difundindo informações técnicas; já o segundo, destina-se ao reequipamento priorizando as seções de fiação e tecelagem, exigindo contrapartida das empresas em 30% do custo total dos projetos³³. Contudo, o Programa teve baixa adesão das empresas. De um total de 61 empresas incluídas, 20 tiveram seus projetos aprovados, mas até meados de 1964, somente duas firmaram o acordo com o Banco do Nordeste. Chama a atenção o caso dos estados de Alagoas, Sergipe e Maranhão, responsáveis por 41% das empresas têxteis em 1959, não tendo executado nenhum projeto. É justamente nesses três estados onde ocorrem maior número de fechamentos, somando 9 das 11 unidades fechadas na região no decênio 1959- 69³⁴.

Do exposto, verifica-se com o autor que desde o pós-segunda Guerra, a indústria têxtil maranhense entrara em declínio, detendo assim, um alto grau de obsolescência. Além disso, referente ao maquinário das fábricas instaladas nos anos de 1960, Silva (2019, p. 65) destaca que sem o incentivo da Sudene, restavam a estas obter “máquinas velhas de outras fábricas”. Em relação ao declínio destas fábricas, ele frisa também que a situação do estado em questão era mais crítica se comparada aos estados de Alagoas e Sergipe. Analisa-se então, que:

Ainda em 1963, é aprovada a instalação da primeira fábrica têxtil na região e dois anos depois o Programa Têxtil é ampliado, passando a incentivar a instalação de novas fábricas. A partir de então, a tendência locacional prioriza a oferta abundante em matéria-prima e amplo mercado consumidor. As instalações ocorrem principalmente nos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, representando a quase totalidade das novas fábricas na região até 1969. A concentração é mais acentuada nos estados do Ceará e Pernambuco que juntos respondem por mais da metade na geração de empregos e investimentos no período, além de possuírem as fábricas mais modernas (Silva, 2019, p.65).

Silva, em seu estudo observa como a produção de algodão nos estados do Ceará e Pernambuco somam “praticamente a metade com 42,5% da produção regional em 1968”. O autor revela que nessa década, mais da metade da produção do algodão nordestino tinha como destino a exportação.

³² Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1971) via Silva (2019, p. 64-65).

³³ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1971) via Silva (2019, p. 64-65).

³⁴ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1971) via Silva (2019, p. 64-65).

Desse modo, mesmo com a produção da matéria-prima alimentando a industrial local em outros estados fora da região, a entrada do algodão nordestino em outras regiões era garantida devido a sua característica – ter uma fibra longa. Logo, o Ceará era o responsável por exportar em média, quase que 2/3 da exportação regional dessa fibra³⁵. Nesse sentido, “a instalação de novas fábricas junto ao reequipamento das fábricas antigas é decisiva na modernização da indústria têxtil regional e consequente redução do grau de obsolescência” afirma (Silva,2019, p.67). A cerca dos incentivos fiscais da Sudene, em sua compreensão estes funcionaram como um atrativo aos grupos do Centro-Sul, concorrendo no mesmo sentido, o crescimento da renda interna regional sob os efeitos da industrialização que se faz presente em outros setores. Assinalada essa questão, pontua “numa comparação entre Nordeste e Centro-Sul, no período de 1947-1958 a renda interna cresceu respectivamente 4,74 e 5,66” (Silva, 2019, p. 67).

Quanto à participação da renda interna no contexto regional por estado em 1960, identifica-se com Silva, que os estados mais dinâmicos foram Bahia, Pernambuco e Ceará. Assim, o Piauí é o estado com menor índice de participação industrial no cenário regional. No tocante à totalidade das indústrias, o autor considera que existe uma concentração espacial no Nordeste por tipos de projeto. Nesse caso, a indústria têxtil, em específico, possui participação majoritária sobre os demais grupos da indústria nos estados de Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Além disso, analisa-se o seguinte:

Vale destacar ainda sua expressiva participação na economia dos estados do Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, este último, tendo a participação da indústria têxtil em quase igualdade à indústria alimentícia. Considerando o Piauí e a Bahia, a indústria química possui participação destacada na economia desses estados [...] entre os 20 maiores investimentos aprovados pela Sudene até janeiro de 1968, 6 são destinados à indústria têxtil, abrangendo 17% do total de investimentos. Os maiores valores destinam-se aos setores siderúrgico e químico que naturalmente demandam elevadas inversões[...]Mesmo com o esforço nacional em substituir importações na indústria de bens de consumo duráveis, a indústria têxtil no Nordeste mantém parcela expressiva na captação de investimentos da Sudene. Deve-se considerar inclusive que esta indústria demanda menor densidade de capital se comparada àquelas. Os grandes investimentos aprovados para a indústria têxtil até os anos 1960, destinam-se aos estados de Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia (Silva, 2019, p. 68-69).

³⁵ Silva (2019, p.67) observa que: no final dos anos 1950, cerca da metade dos fusos e 81% dos teares possuem idade acima de 30 anos, no final da década seguinte, somente 19% dos fusos e 31% dos teares estão nessa faixa. Em decorrência disso, ganha-se em produtividade, se na década anterior são necessários 642 mil fusos e 22 mil teares, no final dos anos 1960, para se obter o mesmo volume de produção são necessários 433 mil fusos e 11 mil teares (SUDENE, 1971).

Apesar disso, a Sudene desde o final dos anos 1960 enfrentava um processo de esvaziamento, e essa situação repercutiu no quadro de técnicos (redução) afetando conseqüentemente seu papel planejador. Mesmo com essa situação, houve a instalação de fábricas têxteis, e o Ceará teve o aumento de sua participação nos projetos da Sudene, e também foi “favorecido pela conjuntura interna com o governo estadual exercendo forte papel na melhoria da infraestrutura e no desenvolvimento de políticas fiscais em benefício da indústria, o Ceará passa a ser destaque regional na expansão da indústria têxtil” (Silva, 2019, p.71). No que diz respeito à produção, ressalta-se que a apesar de sua variedade, os artigos têxteis de algodão mantiveram seu lugar de importância na produção regional.

Ademais, em relação a Sudene observa-se que:

Sua ação nos anos seguintes mantém a relevância da Superintendência, sobretudo, à nova indústria têxtil regional, pois, grande parte dos recursos do BNDES destinados aos fundos de incentivos à industrialização são carreados para as indústrias superiores, tendo o ramo têxtil diminuta participação. Nesse âmbito de adequações do planejamento estatal, são verificadas mudanças na composição dos investimentos federais na região, recebendo maior atenção a partir dos anos 1970 os serviços sociais e a indústria. Até a primeira metade dos anos 1960, cerca da metade dos investimentos dos Planos Diretores da Sudene concentram-se em infraestrutura, necessária a viabilização de novas indústrias (Silva, 2019, p. 72).

Os programas de incentivo à industrialização tinham sua realização mediante consonância com os incentivos fiscais da Sudene. Tendo em vista, que se almejava a ampliação dos benefícios para as empresas instaladas tornarem-se responsáveis por impulsionar a indústria têxtil³⁶. Entretanto, os técnicos da Sudene avaliam que mesmo após a modernização da produção, a gestão administrativa das fábricas, sobretudo, das fábricas mais antigas, “permanecem com os hábitos tradicionais do empresariado, sob os moldes do patriarcalismo. O baixo conhecimento dos custos de produção, dos métodos modernos de comercialização e a gestão familiar” (Silva, 2019, p. 72). Feita a definição desse empresariado, o autor defende que é a partir do “efeito-demonstração” a partir das fábricas modernas localizadas no Centro-Sul, que se espera algo de mudança nos hábitos do empresariado local, o que não é verificado, segundo ele.

³⁶ Silva (2019, p.72) assinala que :no caso do Rio Grande do Norte a iniciativa não se limitava a expandir o setor, buscava interligar os extremos da cadeia, do beneficiamento das fibras ao produto final nas confecções (SUDENE, 1976). Além disso, o relatório da Sudene (1992) mostra que os principais fatores que influenciaram na instalação das empresas no Nordeste são o aproveitamento da matéria-prima regional, incentivos federais (34/18 e o Finor) e o fato do empresário ser radicado na região.

Até os anos de 1979, o estado do Ceará obteve através do Finor³⁷ a aprovação de um total de 17 projetos na indústria têxtil, número igualado apenas por Pernambuco. Nesse seguimento, o Rio Grande do Norte se manteve com 8 aprovações e, os estados de Sergipe e Paraíba com 5 aprovações, respectivamente. Com relação ao estado de Alagoas, o autor revela que apenas a Cia Agro Mercantil (antiga fábrica da Pedra) está dentro do quadro da Finor até o ano anunciado.

No entanto, Silva (2019, p. 78) comenta que as:

Modificações no modo de atuação do Estado brasileiro na economia ocorrem sobretudo na segunda metade da década de 1980, a tão chamada década perdida pela literatura acadêmica. Com o fim do Governo Militar, Brasil passa a incorporar a ideologia neoliberal em voga nos países de centro [...] O anseio das classes hegemônicas pela redução do intervencionismo estatal na economia deixando livre a anarquia do mercado se dará com mais vigor nos anos 1990 quando há uma reorientação do papel do Estado brasileiro, pondo fim ao modelo desenvolvimentista, em marcha desde os anos 1930, passando a atender aos interesses do mercado em detrimento da economia nacional. Visto historicamente como região problema, o Nordeste que vinha apresentando um notório desenvolvimento econômico entre os anos 1960-80 é impactado pelo fim das políticas de desenvolvimento regional, contudo, sem entrar em estagnação nos anos seguintes.

A partir do exposto, pode-se analisar com o autor, a relação de submissão do Brasil ao programa neoliberal. Sobre as repercussões no Brasil, nota-se que, o que Silva (2019) nomeou de “guinada macroeconômica”, afetou de modo negativo a indústria têxtil com: a reestruturação no setor através de concentrações e demissões em massa. Ainda assim, por outro lado, tem-se que as empresas nacionais adequam-se as modernas práticas mundiais de “organização, produção e comercialização, intensificando a gestão científica e a redução dos custos de produção, afim de concorrer com os produtos estrangeiros, em alta no mercado nacional” escreve (Silva, 2019, p. 79). Relativo à reestruturação produtiva têxtil nos anos de 1990, a partir da abordagem realizada pelo autor, verificou-se que se os anos de 1980 foram compreendidos como o da década perdida, os anos de 1990 seriam reconhecidos por marcar o fim do modelo nacional desenvolvimentista e pela estreia do processo de desnacionalização.

³⁷ Fundo de investimentos do Nordeste – FINOR: é um benefício fiscal do Governo Federal que visa dar apoio financeiro às empresas sediadas em sua área de atuação, constituindo-se no principal incentivo oferecido pela SUDENE para estimular a economia na Região Nordeste, norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, e norte do Espírito Santo. Desde sua criação em 12 de dezembro de 1974, através do Decreto-Lei N° 1.376, o FINOR é administrado pela SUDENE e operado pelo BNB. Para mais, consultar: Conhecendo a Finor (2001, p.13).

Em outras palavras, “a inserção passiva do país na globalização acarreta não apenas a desnacionalização, como também, a desindustrialização da nossa economia”, afirma (Silva, 2019, p. 79). Isto porque, a indústria de máquinas têxteis, que teve uma significativa maturação com as políticas de desenvolvimento do Governo Militar, entraria nesse período em falência.

Para Silva (2019, p.80-81) durante o período desenvolvimentista (1930 -1970), o Brasil figurava entre os países mais dinâmicos do mundo, entretanto:

O entreguismo da economia nacional ao capital financeiro internacional e o desmantelamento da indústria promovido pelos governos neoliberais – Fernando Collor (1990-92) e Fernando Henrique (1995-2002) – associado ao comportamento parcimonioso da burguesia industrial[...] A participação têxtil no PIB nacional que já é tímida, é reduzida a 1,2% na primeira metade da década. É que diante da abertura econômica nacional, a indústria têxtil é um dos ramos mais prejudicados. Ao contrário do ocorrido no período desenvolvimentista, quando a redução da indústria têxtil no PIB se devia ao crescimento escalonado da indústria nacional, nos anos 1990, essa redução está associada ao declínio geral da indústria.

Desse contexto, Silva destaca também, o movimento cujo retrocesso pode ser observado na burguesia industrial, quando essa perde seu papel no dinamismo e sua centralidade na agenda política do país. Com relação à balança comercial têxtil, esta opera em condição deficitária no mesmo período, recuperando-se apenas nos anos 2001. Inclusive, na visão de Silva (2019, p. 83) “a situação de déficit na balança comercial do setor ao longo da segunda metade da década é reflexo de uma conjuntura desfavorável em toda a economia nacional”. Na compreensão do autor a exposição da indústria nacional a condições inadequadas ao mercado internacional, gerou uma série de transformações econômicas. Dentre estas, o setor têxtil como dito, passou por reestruturação no decorrer das décadas. Ainda assim, no contexto da reestruturação do setor têxtil, “as grandes empresas do Sul e Sudeste intensificam a instalação de filiais no Nordeste, sobretudo, nas etapas da produção com mais densidade de mão-de-obra, buscando custos menores desse fator na região”, frisa (Silva, 2019, p. 85). Além disso, o autor defende que não se pode falar em desconcentração do setor em conjunto na década de 1990, visto que, as atividades mais intensivas (mão-de-obra) tendem a se deslocar para o Nordeste, entretanto, as com alta (tecnologia) tendem a manter-se no Sul e Sudeste.

No quadro regional, Silva (2019) enfatiza que no ramo de fiação nordestino, houve redução de 73% no número de unidades fabris no decorrer da década. Porém, no conjunto do setor têxtil, obteve ganho de produtividade quando comparado ao setor têxtil nacional. Desse modo, lê-se com o autor que com o arruinamento das políticas federais de desenvolvimento

regional após o período de redemocratização, tem-se a multiplicação de políticas no âmbito estadual, principalmente de incentivos fiscais. Nessa perspectiva, tem-se ainda a ampliação da guerra fiscal, referente a este assunto nota-se :

Para atrair as grandes empresas nacionais e multinacionais, em nome das benesses como a geração de empregos e virtual elevação da arrecadação, os estados oferecem em contrapartida a renúncia fiscal, onerando a capacidade de arrecadação, além de incentivos creditícios e fornecimento de infraestrutura. Sob o processo de reestruturação produtiva do setor têxtil, o Ceará continua sendo destaque na atração de grandes empresas (Silva, 2019, p.87).

O estado do Ceará, em meados dos anos 1990, já respondia por “38 % da capacidade de produção nacional”, (Silva, 2019, p.87). Produzindo o índigo, um tipo de tecido, o Ceará se destacava entre os demais. Em relação a participação deste estado no setor têxtil, verifica-se com Silva, que mesmo diante de um fraco processo de desenvolvimento da indústria têxtil desde 1970, este avançava no consumo de algodão o que não acontecia com outros estados. Por fim, voltando-se aqui ao quadro de análise mais geral do Brasil, avalia-se que a Sudene ao enfrentar o processo de sucateamento com “reuniões escassas, sem um calendário específico, nem um cronograma de ação, torna-se sem significado” afirma (Silva, 2019, p.87). Logo, para o autor, o fim do Estado planejador e conseqüente a suspensão das políticas de desenvolvimento regional, tiram do Nordeste “uma autêntica instituição de desenvolvimento que despertou a curiosidade em diversos pesquisadores e autoridades estrangeiras ao longo de sua atuação”. Vale dizer, que na concepção deste autor, o sucateamento da Sudene não significou seu fim, pois “em 2003, com o Governo Lula estancando o processo neoliberal no Brasil, a Superintendência foi recriada” segundo (Silva, 2019, p.87). No mais, observa-se que o setor têxtil, “chega no início do século XXI com mais capital intensivo e poupador de mão-de-obra, destacadamente na fiação, mão-de-obra qualificada e produção verticalizada”, explica (Silva, 2019, p 87). Nota-se assim, que o setor têxtil foi um dos setores que passou por muitas transformações tanto em suas características quanto em seu mercado.

3 DELMIRO GOUVEIA: NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS

No estudo sobre a vida urbana em Alagoas, lê-se com Corrêa (1992) algumas características, que segundo o autor marcam o “fato urbano alagoano”. Observa-se do contexto assinalado, que uma particularidade em relação à diversidade na distribuição espacial das cidades é que “de um lado, temos nas zonas litorâneas e da mata, um grande número de pequenas cidades, e de outro, nas zonas agreste e sertão, um número maior de cidades importantes”, afirma (Corrêa, 1992, p.1). Como apontado antes, a cidade Delmiro Gouveia passou por significativas mudanças ao longo dos anos. Dito isso, apesar da readaptação de algumas formas, atualmente sua organização espacial é diferente da que antes existia, percebível não só com a expansão da cidade pela influência da antiga Fábrica da Pedra, com a Vila operária e seus arrumamentos (configurando o que hoje é o centro da cidade), surgimento dos primeiros bairros, mas também, por meio da localização de outras atividades e relações que são objeto desta seção.

3.1 A expressão de Delmiro Gouveia na rede urbana de Alagoas

Corrêa (1992) ao discorrer sobre o fato urbano no estado alagoano, informa que uma de suas características tem relação com a grande amplitude demográfica entre Maceió e as demais cidades do referido estado. Nesse sentido, em sua concepção, a hipertrofia demográfica de Maceió, “antes de mostrar uma vitalidade em suas funções, indica um excesso demográfico, fruto de migrações do campo para a cidade” (Corrêa, 1992, p.1). Verifica-se que além de sua amplitude demográfica, Maceió exerce um comando maior sobre as cidades, sobretudo, as canavieiras.

Embora o autor destaque que o crescimento demográfico na capital não é relacionado exclusivamente ao dinamismo de suas funções, uma vez que, a sua elevada população corresponde mais à presença de excedentes demográficos do campo, do que mesmo a uma vitalidade ou reforço de suas funções, nota-se que Maceió já nessa conjuntura se configura como uma espécie de centro no que diz respeito ao desenvolvimento de funções consideradas importantes, como: político- administrativa, função portuária (mesmo que decadente), como frisa Corrêa, e a função industrial (particularmente a têxtil) e de serviços. Não se realizará um estudo pormenorizado sobre as cidades pertencentes ao referido estado, e por isso a pesquisa não aprofundará o detalhamento da origem, população e economia destas. Desse modo,

voltando ao que diversifica e ao mesmo tempo particulariza a distribuição espacial das cidades alagoanas, analisa-se com Corrêa (1992, p.2):

Esta diversidade é devida, nas zonas litorânea e da mata, à organização do espaço rural. Nestas zonas, onde a economia é baseada essencialmente na agro-indústria açucareira, os centros urbanos, muitas vezes, são aglomerados surgidos em função de engenhos e usinas e embora tenham recebido foros de cidade, são simples centros locais [...] nas zonas agreste e sertão, já a diversidade é devida, essencialmente, a uma atuação de determinados centros no comando na vida regional. Além dos numerosos pequenos centros locais, e de um centro industrial (Delmiro Gouveia), aparecem nestas zonas três cidades maiores: Palmeira dos Índios, Arapiraca e Santana do Ipanema, as duas primeiras com mais de 15.000 habitantes e a última com seus 8.000 habitantes. Estas cidades, à exceção de Arapiraca, são centros regionais que estendem sua ação aos municípios próximos devido ao desenvolvimento de suas funções de serviços (comércio varejista, atacadista, serviços para a economia agro-pastoril, estabelecimento de crédito, de ensino e hospitalar). Por outro lado, são centros de importantes áreas de economia agrícola (grifo nosso).

Se tratando da maior importância conferida às cidades agreste-sertão, observa-se que o crescimento das cidades, situadas nestas duas zonas, segue conectado com a diversidade das funções por estas desempenhadas. No caso de Delmiro Gouveia, por exemplo, vê-se que a sua relevância de centro industrial a coloca dentro desse panorama de cidades atuantes no comando da vida regional. Outra questão relativa às cidades localizadas nas zonas agreste e sertão e as das zonas litoral e mata, segundo Corrêa (1992, p. 4) é:

Esta preeminência das cidades do agreste e sertão em relação às cidades do litoral e mata, exceção feita a Maceió, é devida, não só ao fato de serem centros de áreas agrícolas importantes, onde a estrutura fundiária permite um nível de vida melhor, mas também ao fato de comandarem áreas maiores, comando esse ligado a seu papel em relação às vias de transporte. A influência da ação dos meios de transporte reflete-se em cada cidade de maneira diferente.

Das considerações feitas pelo autor sobre estas zonas, e em especial o que difere as cidades agreste-sertão e litoral-mata, com a exceção da capital, é o fato de que os ritmos de crescimento populacional nas cidades (agreste-sertão) se dão de forma combinada com as funções desenvolvidas por tais cidades. Ou seja, o “crescimento que não é devido apenas à vinda de excedentes do campo, mas também a uma ampliação quantitativa e qualitativa das funções destas cidades³⁸”, afirma (Corrêa, 1992, p.4).

³⁸ Segundo Corrêa (1992, p.4), foram estas funções que levaram Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema a exercer forte influência no Agreste e Sertão, respectivamente, e Arapiraca a se tornar o centro da importante área fumageira que comanda.

Como sinalizado, os meios de transporte também contribuíram para que algumas cidades se destacassem no comando de funções, ou mesmo tivessem relevância no cenário regional. Como discutido nesta pesquisa, a Estação de Pedra da EFPA (museu regional de Delmiro) precede à instalação da Fábrica da Pedra na cidade, e teve papel muito importante na formação de Delmiro Gouveia. Dito isso, essa influência da ação dos meios de transporte³⁹ que o autor aborda, reflete de modo particular não só sobre as cidades do agreste e sertão, mas em toda organização urbana do estado, visto que, na sua compreensão os meios de transporte tiveram um papel crucial na vida urbana de Alagoas e em sua evolução.

Corrêa (2004) em outro de seus estudos sobre rede urbana, de modo mais abrangente, reúne algumas reflexões acerca da rede urbana brasileira, esta que segundo sua análise tem sido sujeita a grandes transformações após 1970. Nesse sentido, o autor apresenta as estruturas da rede urbana, onde enfatiza a diversidade destas que são entendidas como sendo: reflexos, meio, e condição social. Expondo alguns aspectos da literatura relativa ao urbano, Corrêa (2004) ressalta a necessidade de estudos que também debatam a temática da rede urbana, alegando que “a sociedade, em sua dimensão espacial, manifesta-se em múltiplas escalas que guardam entre si forte interdependência” (Corrêa, 2004, p. 72). Desse modo, sobre as estruturas da rede urbana analisa-se:

Reflexo, meio e condição social, a rede urbana é parte integrante da sociedade e de sua dinâmica, incorporando e agindo sobre as suas contradições, conflitos e negociações. Nesse sentido é de se esperar que as diferenças econômicas, políticas, sociais, demográficas e culturais vão se traduzir em diferenças estruturais entre redes urbanas (Corrêa, 2004, p.66).

Na concepção do autor, as diferenças estruturais entre as redes urbanas são reveladas através de diferentes estruturas – dimensional⁴⁰, funcional⁴¹ e espacial⁴². Com isso, acentua que da interconexão entre essas três estruturas citadas resultam alguns padrões de redes urbanas.

³⁹ Para Corrêa (1992, p.4), a influência dos meios de transporte deu-se permitindo que Palmeira dos Índios seja, a um tempo “porta de Sertão”, e o foco do comando do Agreste alagoano; em Santana do Ipanema possibilitando que ela fosse o mais importante centro sertanejo; e, indiretamente, em Penedo, fazendo com que ela perca cada vez mais a sua área de influência — área formada pela faixa ribeirinha do baixo São Francisco.

⁴⁰ Corrêa (2004, p. 67) A estrutura dimensional diz respeito ao tamanho dos centros de uma dada rede, revelando o grau de concentração ou dispersão de população e atividades nos seus centros urbanos.

⁴¹ Corrêa (2004, p.68) A diferenciação entre centros de uma dada rede e entre redes urbanas aparece também ao se considerar a estrutura funcional dos centros urbanos, isto é, as suas atividades.

⁴² Corrêa (2004, p.70) A estrutura espacial da rede urbana refere-se ao modo como os centros urbanos e os fluxos estão dispostos sobre um dado segmento da superfície terrestre.

Com relação ao funcionamento dessas estruturas, conforme o autor, é através da estrutura espacial que as outras duas são compreendidas. Posto isso, sobre a rede urbana brasileira, destaca-se mediante a pesquisa de Regiões de influência das cidades de 2018 (REGIC) – IBGE, publicada em (2020, p.9) o seguinte:

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades – REGIC tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades. O estudo constitui uma abordagem fundamental para a compreensão da geografia do País, uma vez que estabelece critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas.

Sobre o modelo de classificação do nível de subordinação entre as cidades, verifica-se que o Regic em documento de 2018, o faz atualizando a rede urbana nacional indicando a hierarquia e até onde se estendem suas influências no território. Além disso, a rede urbana brasileira é estruturada, segundo o Regic (2020, p.10) em duas dimensões, identificando-se o seguinte: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis – metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais e, as regiões de influência das cidades, identificadas pela ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. Desse modo, as cidades brasileiras foram classificadas hierarquicamente:

A partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade (Regic, 2020, p.11).

Refletindo sobre o comando de atratividade, ou mesmo, de que forma essa relação de influência ocorre por meio das funções e se manifestam na rede urbana alagoana, recorre-se a discussão realizada por Silva, Medeiros e Carvalho (2022) que tratam das influências da hierarquia urbana em Alagoas, focalizando a concentração industrial. Na compreensão destes autores, as dinâmicas ligadas à rede urbana do referido estado, refletem assim, as centralidades das cidades “exercidas pelos diversos núcleos urbanos, que foram mudando de direção e reconfigurando a rede, traçando novas formas de organização, não raros influenciados pelas atividades econômicas desenvolvidas ao longo da sua história” (Silva; Medeiros; Carvalho, 2020, p. 1904). Nesse sentido, estes autores frisam também, que as cidades com destaque dentro dessa hierarquia são aquelas economicamente mais dinâmicas e,

portanto, detentoras de maiores regiões de influência, devido a capacidades destas no oferecimento dos mais variados serviços e empregos.

Observa-se então, que os centros com maior visibilidade em Alagoas, serão aqueles com maior desempenho funcional, e por isso, os centros concentradores de maiores infraestruturas de serviços, amplo comércio e unidades industriais.

Como assinala Silva, Medeiros e Carvalho (2022, p.1905):

Os principais centros concentram as atividades econômicas que empregam grande parte da população de sua região de influência, possuindo um grande fluxo de pessoas, transportes e capital, além da oferta de amplo comércio e disponibilidade de serviços essenciais, como hospitais bem equipados na área da saúde, universidades públicas e privadas na área da educação, e a presença dos principais órgãos públicos na área administrativa, concentrando ainda os maiores quantitativos de instalação industrial.

É necessário pontuar com base na leitura em tela, que existem diversos fatores que contribuem para o processo de definição e redefinição de hierarquias entre as cidades. A própria capital Maceió, por exemplo, vê-se que um dos elementos definidores de sua posição na hierarquia urbana, é justamente suas funções administrativas, dentre outras. Como nota Silva e Calheiros (2019, p.12) ao discorrerem sobre a distribuição da hierarquia urbana no território alagoano:

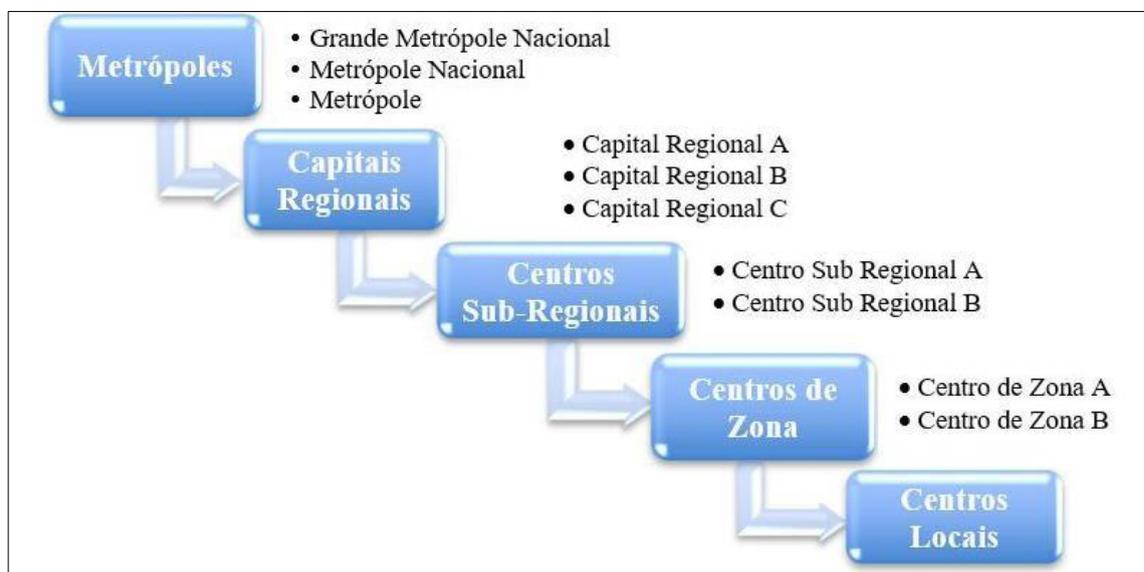
Maceió e sua Região Metropolitana estão no topo da hierarquia e bem à frente dos demais no que se refere à demografia, oferta de serviços, equipamentos, entre outros. A mesma vem se desenvolvendo como centro econômico do Estado tradicionalmente concentradora da renda e população, destacando-se no setor de serviços, porém sem dinâmica suficiente para absorver o grande contingente de trabalhadores que migram para a cidade [...] Já Arapiraca é seguida por Palmeira dos Índios, ambas localizadas no Agreste e Santana do Ipanema, no Sertão. A importância de Arapiraca no centro geográfico do Estado é uma mudança no cenário urbano estadual que a torna um importante polo de serviços e comércio, uma cidade definida como média. A permanência da importância de Palmeira dos Índios no Agreste e de Santana do Ipanema no Sertão demonstra que, apesar da diminuição do valor das mesmas, essas cidades continuam figurando como polos importantes. A ascendência de Delmiro Gouveia no Sertão, como um dos municípios classificados como polo de importância, ocorre mesmo não concentrando atividade agrícola e pecuária significativas, mas porque tem renda proveniente dos royalties da Chesf e tem um polo de serviços com o campus da UFAL do Sertão, de bancos e de um comércio que influencia sua hinterlândia (grifo nosso).

No documento Regic 2018, publicação referente a (2020), o IBGE faz a identificação das hierarquias entre as cidades na rede urbana em escala nacional. Nesse contexto, verifica-se que em Alagoas, os centros urbanos que aparecem ocupando posição de importância são: Maceió sendo classificada como Capital Regional A, Arapiraca como Capital Regional C; Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos

e União dos Palmares como Centros Sub-Regionais B; Coruripe, Olho d' Água das Flores, Pão de açúcar, Porto Calvo e Viçosa como Centros de Zona B. Quanto ao nível de hierarquia no estado, compreende-se que as Capitais Regionais se configuram como centros urbanos com alto grau de concentração de atividades de gestão.

Fundamentando-se na classificação adotada pelo IBGE (2020) Silva, Medeiros e Carvalho (2022) esquematizam o nível de hierarquização que se estende dos Centros Locais às Metrôpoles da seguinte forma:

Figura 14 – Classificação do IBGE para hierarquização dos centros urbanos



Fonte: Elaboração Silva, Medeiros e Carvalho (2022).

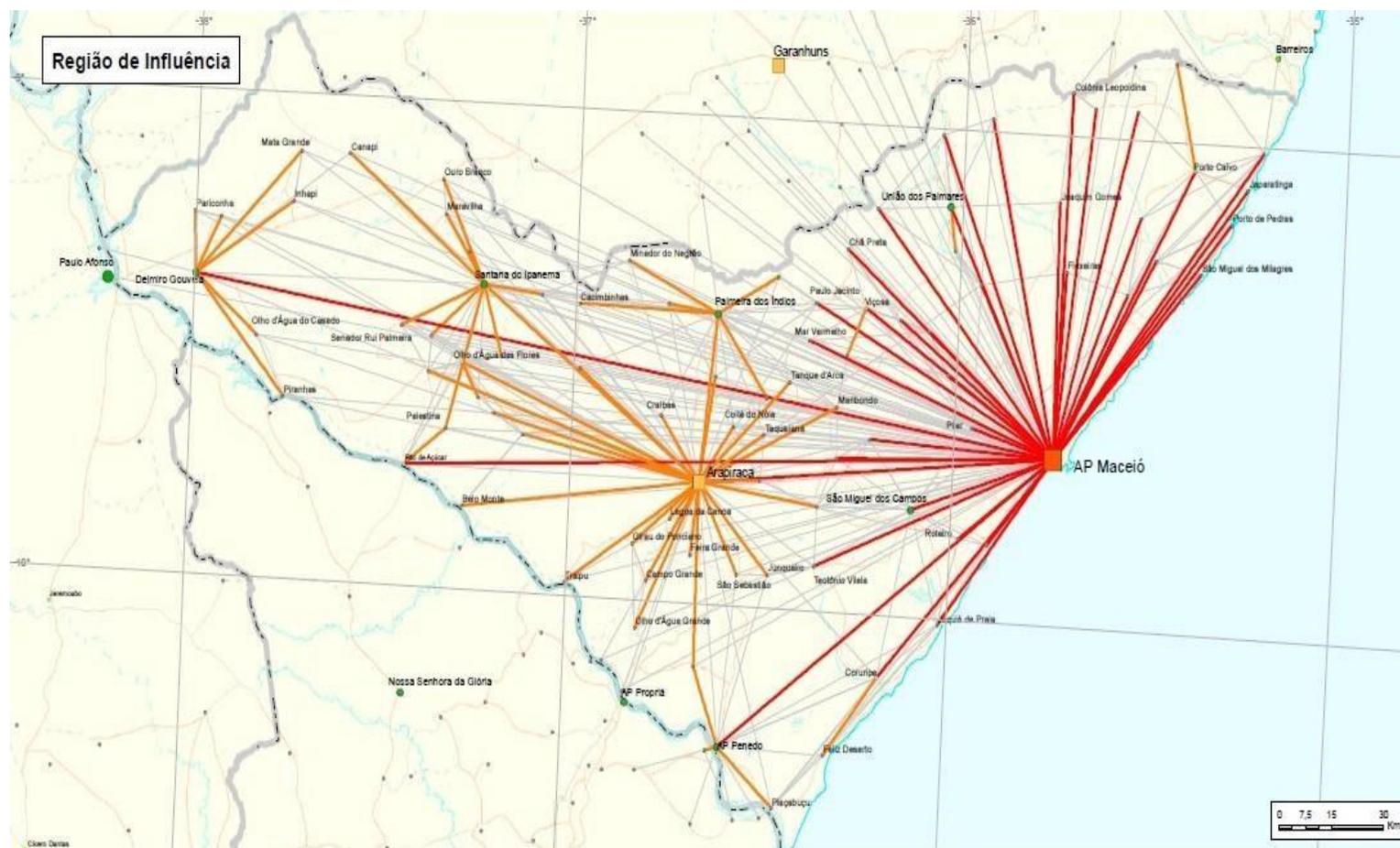
Na explanação dos autores sobre a sistematização do quadro acima, vê-se que os centros urbanos são classificados em níveis, no caso por cinco, que são classificados em dois ou três subníveis. Desse modo, a metrópole representa o topo da hierarquia, ressaltando que formado pelos “maiores centros do país e de extensa área de influência direta, enquanto o nível de centro local representa a base da hierarquia, formado pelos pequenos centros de influência limitadas aos próprios municípios” afirma (Silva; Medeiros; Carvalho, 2022, p.1098). Ademais, referente aos níveis dessa hierarquização observa-se que:

A capital alagoana representa o centro com a maior região de influência do estado; no entanto, como uma Capital Regional A é diretamente influenciada pela metrópole do Recife-PE. Assim, tanto a sua região de influência como dos demais centros urbanos destacados não ultrapassam – a grosso modo – os limites estaduais, diferente do que ocorre com os grandes centros do Nordeste brasileiro (Salvador, Recife e Fortaleza) que influenciam regiões em um raio que ultrapassa os limites de seus estados (Silva; Medeiros; Carvalho, 2020, p. 1098).

Observando a categorização proposta pelo Regic (2020) sobre os níveis de hierarquia dos centros urbanos, nota-se que as Capitais Regionais representam o que seria o segundo nível dessa hierarquia, visualizando que no primeiro nível tem-se as Metrôpoles. Verifica-se então, que Maceió é uma Capital Regional A e Arapiraca Capital Regional C. São os principais centros urbanos do estado, a primeira que “que desfruta da condição de capital da unidade federativa, a segunda desfruta de condições privilegiadas de localização e infraestrutura de transportes” acentua (Silva; Medeiros; Carvalho, 2020, p. 1098). Na concepção destes, nessa condição Maceió influencia todo o território alagoano, mais ainda os centros urbanos mais próximos, relativo a Arapiraca, seu crescimento econômico está relacionado à situação assinalada, e a sua afirmação e importância enquanto segundo maior centro urbano no estado.

A partir dos aspectos elencados sobre a rede urbana alagoana – sua hierarquia urbana e as regiões de influência das cidades (ver figura 15) nota-se certa variedade da rede urbana neste estado, como também, que cada centro urbano exerce uma determinada importância em sua organização. Posto isso, busca-se entender Delmiro Gouveia dentro dessa rede urbana, como parte do conjunto de cidades que configuram o terceiro nível de hierarquia da rede urbana alagoana, cujas características são “possuem atividades de gestão menos complexas com áreas de influência de menos extensão que as das Capitais Regionais”, segundo (Regic, 2020, p.11). E também, de que forma ocorre essa ascendência de Delmiro Gouveia a Centro Sub-regional de nível B, na tentativa de apreender quais os elementos que justificam sua elevação a esse nível.

Figura 15 – Alagoas – Regiões de influência das cidades (2018)



Fonte: IBGE (2020).

Silva, Medeiros e Carvalho (2020, p.1098) assinalam com base na organização da rede urbana, que “a divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias reafirma o poder de centralidade exercido por alguns centros urbanos nos territórios”. Assim sendo, essa divisão atribui para o estado de Alagoas as regiões intermediárias de Maceió e de Arapiraca, que como destacam os autores são baseadas em influências de diferentes níveis, concentram nos centros polo ampla variedade de atividades econômicas. Logo, as duas regiões intermediárias ofertam aos centros menores os mais variados serviços e produtos.

Referente ao recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediária de 2017, analisa-se que este incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. Dito isso, no tocante as Regiões Intermediárias, conforme o IBGE (2017, p.20) observa-se:

As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais. Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias.

Nesse seguimento, as Regiões Imediatas, segundo o IBGE (2017, p.20) têm na rede urbana o seu principal elemento de referência, sendo que:

Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

Nessa lógica, com a adoção do novo modelo de divisão regional, proposto pelo IBGE (2017), as Regiões Geográficas Imediatas são as que organizam o território, e também são as responsáveis pela articulação das Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. Assim, a divisão regional para o estado de Alagoas é identificada da seguinte forma:

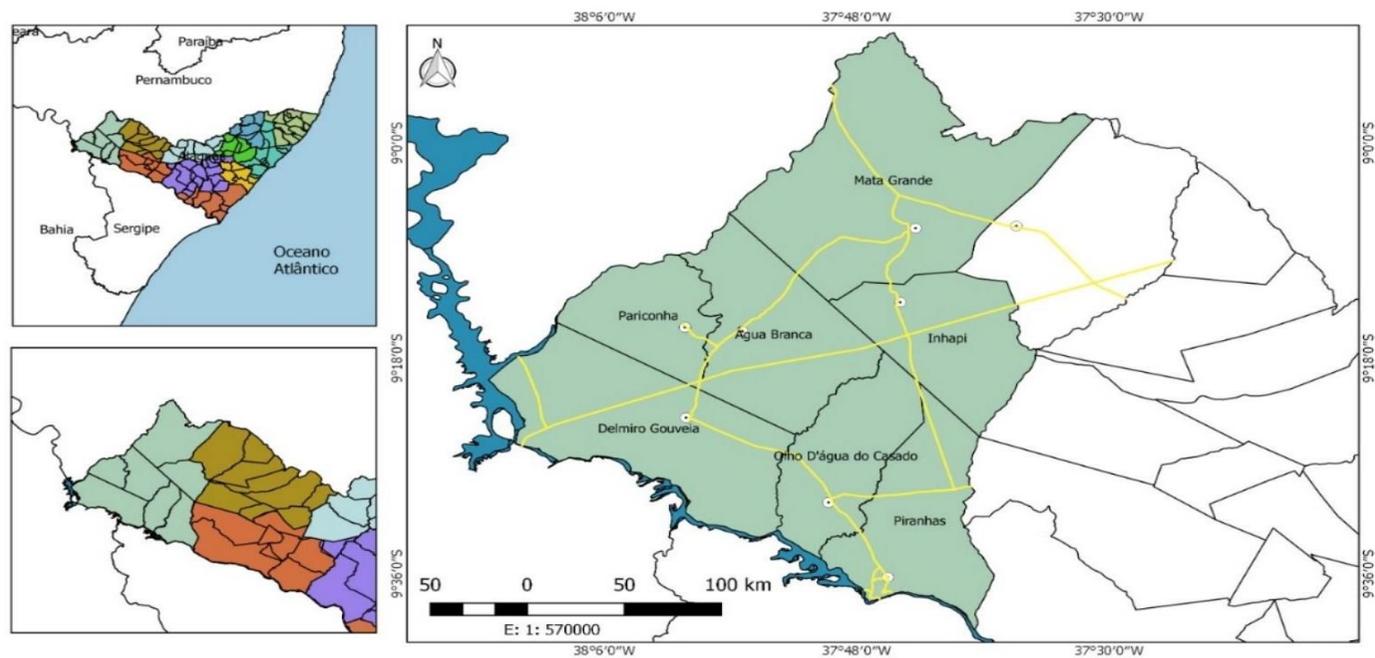
Quadro 03. Divisão do estado de Alagoas em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas

Unidade federativa	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata
Alagoas	- Maceió	- Maceió - Porto Calvo/ São Luís do Quitunde - Penedo - São Miguel dos Campos - União dos Palmares - Atalaia
	- Arapiraca	- Arapiraca - Palmeiras dos Índios - Delmiro Gouveia - Santana do Ipanema - Pão de Açúcar/ Olho d'Água das Flores/ Batalha

Fonte: IBGE (2017). Elaboração: Autora (2024).

Observa-se que a proposta de regionalização do território brasileiro baseia-se na identificação das cidades polos e dos municípios que estão vinculados a estas. Além disso, a escolha dessa metodologia na construção dos recortes regionais conforme o IBGE (2017, p.20) “teve como ponto de partida os conceitos de território-rede e território-zona” que mostra a pluralidade das formas de se interpretar o espaço e sua relação com os sujeitos sociais. Na figura 16 tem-se a Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia, que é formada por Água Branca, Delmiro Gouveia, Inhapi, Mata Grande, Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas.

Figura 16 – Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia – Alagoas (2017)



Legenda

- Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia
- Limites Estaduais e Municipais
- Centros Urbanos
- Rio São Francisco
- Rodovias

Sistema de Coordenadas Geográficas
 DATUM: Sirgas 2000
 Fonte: Sudene(2017); IBGE(2010); ZAAL(2013).

Elaboração e organização: Santos e Cruz (2024).

Sobre as transformações na rede urbana no estado de Alagoas, nota-se que as “reorganizações da rede resultam sobretudo das transformações econômicas conhecidas pelo território alagoano ao longo da sua formação. Deste modo, sobressaem cidades com diferentes níveis de importância na hierarquia urbana”, segundo (Silva; Medeiros; Carvalho, 2020, p.1098). Assim, cada uma destas cidades possui sua relevância, dado que, algumas adquirem certa importância em decorrência de suas funções, e outras pelo fato de serem próximas dos principais centros.

Para o caso da Região Geográfica de Delmiro Gouveia e sua importância na articulação dos centros urbanos de relevância regional, verifica-se com Neto, Silva e Ribeiro (2021, p. 12), baseados na classificação realizada pela Regic entre os anos de 2008 e 2020 que:

A cidade de Delmiro Gouveia apresenta-se da seguinte maneira: em relação ao REGIC 2008, é classificada como um Centro de Zona B, que possui múltiplas vinculações, ou seja, além de influenciar as cidades de Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas, recebe influência da Capital Regional (A) Maceió, e também é influenciada pela cidade de Paulo Afonso na Bahia. Em relação ao REGIC de 2020, a cidade de Delmiro Gouveia se apresenta novamente como município que possui mais de uma vinculação, recebendo influência da capital Regional (A) Maceió, mas também do município de Paulo Afonso-BA, que é classificado como um Centro Sub-regional (A).

Como visto na figura 15, na condição de Centro sub-regional B, Delmiro Gouveia exerce influência sob as cidades de seu entorno sinalizadas no mapa (figura 16, Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia): Pariconha, Mata Grande, Inhapi, Olho d'Água do Casado e Piranhas. Ainda assim, no estudo sobre a Reconfiguração de escala em Delmiro Gouveia, Alagoas: de centro de zona a centro sub-regional, realizado pelos autores, é possível notar que o crescimento desta se deu de forma acelerada, mesmo considerando-se sua limitação em relação à urbanização. Mesmo assim, percebe-se que Delmiro Gouveia manteve sua influência em relação as cidades circunvizinhas. Nesse contexto, constata-se que o setor de “comércio aumentou consideravelmente e passou a diversificar seus produtos, fomentando as relações comerciais e o acesso da população a produtos que não eram comercializados, assim como atividades voltadas ao lazer” (Neto; Silva; Ribeiro, 2021, p.12). O fechamento da Fábrica da Pedra, em 2017, gerou um impacto negativo para a cidade, na análise de Firmino (2018, p.43) “a renda que esses empregos geravam era distribuída no comércio local”, mediante isso, tem-se um retrocesso na economia local, esse fato contribuiu para o declínio na taxa de crescimento econômico em Delmiro Gouveia.

Com relação aos efeitos negativos da crise econômica pós fechamento da fábrica,

observa-se que os impactos foram na diminuição de dinheiro que antes circulava na cidade, na contração do comércio local, no aumento do desemprego. Analisa-se a princípio que o funcionamento da fábrica nesta cidade, era o que viabilizava a economia local. Nesse sentido, a pesquisa realizada pela autora focaliza a instalação da Universidade Federal de Alagoas, sobretudo, a contribuição da interiorização do Campus Sertão em Delmiro Gouveia. Nesse contexto, Firmino (2018) compreende que a implementação do Campus nesta cidade refletiu positivamente para seu desenvolvimento, tendo em vista a realidade socioeconômica local. Logo, a cidade passa a ter um maior fluxo de pessoas com a oferta de cursos de nível superior, antes só havia a rede de educação de nível médio, dinamizando a economia local, pois “com isso aparecem oportunidades de profissionalização para a sociedade local e de diversas localidades” afirma (Firmino, 2018, p. 10). De fato, antes da implementação do Campus do Sertão em Delmiro Gouveia, o acesso ao ensino superior era mais limitado, e com isso apenas um número reduzido de pessoas conseguia, a depender de suas condições, se deslocar para outras cidades em busca de formação profissional.

De acordo com Neto, Silva e Ribeiro (2021, p.18) considerando a metodologia aplicada pelo estudo do Regic 2020, a cidade Delmiro Gouveia, para justificar sua classificação como Centro sub-regional B atende aos seguintes critérios:

Em relação à gestão pública apresenta (1 agência do INSS e 1 sede de comarca, 1 polo da Universidade Estadual de Alagoas e 1 polo da Universidade Federal de Alagoas), sobre a gestão empresarial possui (277 estabelecimentos varejistas, 14 fábricas, 7 estabelecimentos por comércio de atacado, 35 estabelecimentos de serviços de reparação de veículos, 5 estabelecimentos de comércio pessoais, 13 estabelecimentos de alojamento).

Nessa perspectiva, referente à centralidade da cidade Delmiro Gouveia os autores aludidos, baseando-se em informações do Banco do Nordeste do Brasil – BNB (2017) e apoiados no estudo de Oliveira (2020) sobre os circuitos da economia urbana em Delmiro Gouveia e Pariconha, assinalam:

No que diz respeito à sua centralidade, a cidade de Delmiro Gouveia oferece serviços bancários, lojas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, lojas de construção civil, redes de supermercados que atraem os clientes em busca de variedades, rede de lojas varejistas (Magazine Luiza, Americanas, Casas Bahia), presença de instituições financeiras como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Bradesco, serviço hospitalar (conta com 14 estabelecimentos, incluindo 1 hospital), possui também canais de TV aberta e circulação de jornais impressos, transporte gratuito coletivo dos povoados para a cidade, apresenta atividades agropecuárias tais como (produção de feijão, melancia, banana, milho, batata-doce, coco-da-baía, criação de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, leite, mel de abelha, ovos e galináceos), entretanto, não possui conexões aéreas e nem ligações internacionais

(Neto; Silva; Ribeiro,2021, p.18).

A transformação de Delmiro Gouveia em um polo de comercialização da Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco tem relação com a caracterização acima descrita. A ascensão desta cidade deu-se de forma dinâmica, uma condição destacada por estes autores é o fato de Delmiro Gouveia ser um entreposto comercial, aspecto pontuado inclusive na primeira seção desta pesquisa. Assim, a avaliação realizada é que na condição de entreposto comercial, esta foi “atraindo a população para uma área que não possuía atividade econômica, dinamizando a região, fazendo com que centros existentes fossem substituídos pelo município de Delmiro Gouveia” explica (Neto; Silva; Ribeiro, 2021, p.18-19). Logo, isso também refletiu na relação de Delmiro Gouveia com as cidades de seu entorno, ou seja, no aumento de sua área e grau de influência em relação a Pariconha, Inhapi, Mata Grande, Olho d’Água do Casado e Piranhas.

De acordo com Neto, Silva e Ribeiro (2021, p.19) o que motivou a ascensão de Delmiro Gouveia, passando da posição de Centro de Zona B, Regic (2008) para Centro Sub-regional B, no Regic (2020) foi que:

Neste último estudo, ocorreu o aumento em sua capacidade na gestão pública, com a implementação de órgãos do governo federal, tais como instalação de agência do INSS, polo do IBGE, Zona Eleitoral e Fórum do Poder Judiciário, aumentando o acesso da população local e de cidades em seu entorno aos serviços e, incremento em relação à sua capacidade na gestão empresarial, contando com a presença de indústrias, empresas no ramo de construção, comércio e serviços, tendo a potencialidade de atrair filiais de empresas localizadas em outras cidades, gerando o interesse em se instalar em Delmiro Gouveia. Ademais, há que se considerar o desenvolvimento da produção agrícola, a partir da construção do Canal do Sertão, que vem sendo utilizado para irrigação de grandes áreas de plantações.

Por fim, reforça-se que a posição de Delmiro Gouveia e seu nível de hierarquia dentro da região, deve-se a sua preponderância em relação a sua área de influência, ofertando assim, à população local e para aquelas advindas das cidades de seu entorno, bens e serviços com qualidade e maior variedade devido à dinâmica de seu comércio. Um exemplo, que ilustra a relação de Delmiro Gouveia com as cidades circunvizinhas, especificamente com Pariconha, pode ser observado com Oliveira (2020, p.53):

É importante entender que Delmiro obteve a concentração de incentivos para o desenvolvimento em seu território, assim outras cidades foram ficando como reféns a partir de adentrar relações no seu espaço. Em situação a cidade de Pariconha, que não possui destaque econômico e financeiro, que busca melhorias e maiores diversidades com a cidade vizinha, assim como visto os lugares mantêm conexões.

Como lembra Oliveira (2020), é relevante compreender que o destaque de Delmiro em relação às demais cidades, tem a ver com a concentração de incentivos para o desenvolvimento de seu território, que vale ressaltar, sofreu mudanças ao longo de sua formação (ver figura 17, centro de Delmiro Gouveia em maio de 1994). Pois, como visto, em determinado contexto, a Estação Ferroviária de Pedra foi crucial para o fluxo de pessoas, mercadorias e etc, bem como, a construção da Usina Angiquinho, viabilizando a implantação da Fábrica da Pedra, trazendo uma nova realidade para a localidade, não só em termos de transformações econômicas e físicas do seu arranjo espacial, mas também, no estabelecimento das relações sociais.

Reforçada essa questão, concorda-se com Oliveira (2020, p.56) que Delmiro Gouveia, “obteve importância incontestável na inclusão do Sertão Alagoano na dinâmica da economia regional, obtendo notoriedade até mesmo no contexto internacional, nesse caso, na indústria dos tecidos”. Dito isso, observa-se que mesmo após o fechamento da antiga fábrica, Delmiro Gouveia, continua mantendo certo grau de influência na escala regional, conforme sua área de alcance, e suas funcionalidades.

Figura 17 – Centro de Delmiro Gouveia em maio de 1994



Fonte: Acervo de César Tavares, blog Amigos de Delmiro⁴³

⁴³ Disponível em: <http://amigosdedelmirogouveia.blogspot.com/2010/07/>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

A seta em amarelo indica na figura 17, a localização da antiga Fábrica da Pedra no ano 1994, que funcionou até o ano de 2017. O recurso aos registros realizados da cidade em épocas diferentes, reforça o pressuposto defendido, inclusive já apresentado de que a fábrica atuou no comando da produção espacial desta cidade. É possível observar também a partir da figura 17, a organização do centro da cidade em torno do local onde funcionou a fábrica, e como a dinâmica econômica da Fábrica da Pedra, que sustentou durante muito tempo a cidade, foi determinante para as transformações espaciais da cidade, manifestas na geografia delmireNSE. Percebível assim, em um registro mais recente do centro da cidade, que mostra na figura 18 (o centro de Delmiro Gouveia em 2021).

Figura 18 – Centro de Delmiro Gouveia em 2021



Fonte: Silva (2021).

Com exceção da identificação do local onde funcionou a Fábrica da Pedra, pois atualmente o local abriga outros empreendimentos, notada pela seta em amarelo, a numeração em alguns pontos da figura foi realizada por Silva (2022) e indica a organização do centro de Delmiro Gouveia nos dias atuais. Nesse sentido, o destaque com:

O número 1 é do lugar onde era localizado o mercado da carne, até 1992. Hoje, existe um prédio onde funciona igreja, galeria e pousada. O número 2 sublinha a rodovia AL 145. Os números 3 indicam o trecho da avenida Presidente Castelo Branco, que liga a AL 145 com a AL 220 no sentido Leste-Oeste de Alagoas. E os números 4 e 5 indicam o espaço onde a feira livre foi realizada até 1992. Hoje, tal espaço é caracterizado, respectivamente, pelo coreto da cidade e pela praça Vicente de Menezes (Silva, 2020, p.43-44).

Além do destaque evidenciado pelo autor, acrescenta-se que em relação ao espaço evidenciado pelos números 4 e 5, onde outrora funcionou a feira da cidade, presentemente funciona outras atividades econômicas, tendo em vista que a cidade em questão “concentra o mercado mais complexo além de também evidenciar os indicadores socioeconômicos mais severos quanto à questão da precarização do trabalho” (Silva, 2022, p. 49). Observa-se com isso, que mesmo durante o funcionamento da fábrica, nesta localidade já havia atividades mais informais, com os camelôs, trabalhadores/as ofertando vários produtos e mesmo com pequenas bancas de venda de alimentos (lanches). Pós fechamento, verifica-se que o número de bancas aumentou e a oferta de produtos também (roupas, brinquedos infantis, acessórios para cabelos, cosméticos, bolsas, dentre outros). Ademais, tem-se também a acentuada concorrência no comércio local, exemplificando o caso em análise, a concorrência acontece entre as lojas locais, e o Shopping da Vila, recolocando no imaginário de alguns Delmiro Gouveia, no cenário do “progresso”.

Segundo Silva (2022, p.79) Delmiro Gouveia é uma cidade “intermediária, que na divisão territorial do trabalho no Alto Sertão de Alagoas é destacada pelos fluxos que atrai concernentes às atividades de educação, saúde, comércio e serviços que localiza”. Nesse sentido, o autor adota a definição de cidade funcional para Delmiro Gouveia, alegando que suas características absolutas e relacionais, a torna mais complexa para a análise da dinâmica urbana e regional. Silva parte do princípio que não se deve definir a “urbe” apenas limitando-se ao tamanho de seu território e contingente populacional, dada a complexidade do fenômeno urbano, que na sua concepção é diverso demais para ser generalizado reduzindo-se a critérios como dimensão ou quantidade, realçando que:

A definição da cidade deve ser qualitativa, conforme as particularidades da urbe e as suas interações espaciais, em uma dada rede de relações urbanas. Assim sendo, a cidade de Delmiro Gouveia se apresenta como um centro regional no Alto Sertão de Alagoas, tendo em vista o seu destaque funcional quanto à educação, saúde e economia (Silva, 2022, p.80).

Sobre o destaque de Delmiro Gouveia em relação as suas funcionalidades urbanas, compreende-se a partir do exposto até então, que a localização de atividades nesta é um fator

determinante não só pela oferta de bens e serviços, mas também no estabelecimento de relações com as demais cidades da região. Aliás, constata-se que a existência de outros equipamentos públicos (ver figura 19) em Delmiro Gouveia, é o que a destaca no contexto regional, reforçando assim, sua posição na rede de relações urbanas no Alto Sertão de Alagoas.

Figura 19 – Equipamentos Públicos existentes na cidade de Delmiro Gouveia

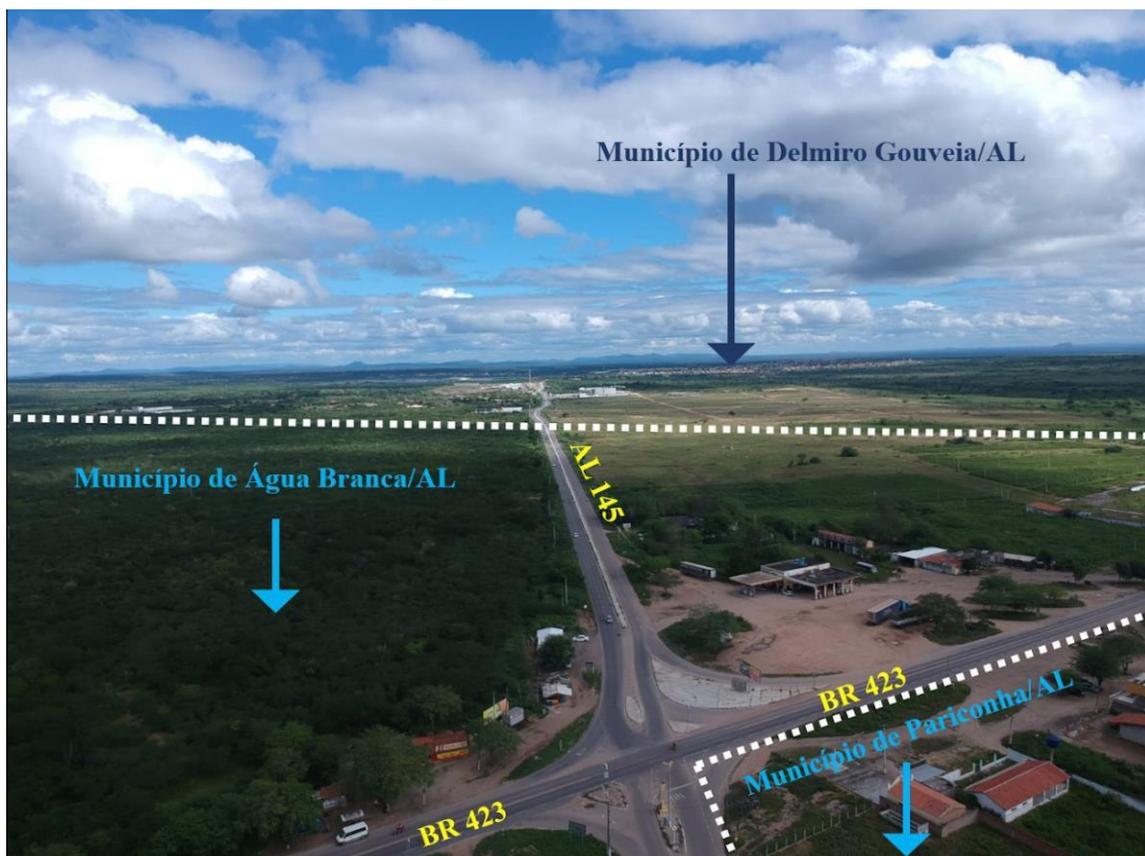


Fonte: Silva (2021).

Dos outros equipamentos públicos existentes, a saber o Hospital Regional do Alto Sertão, o 9º Batalhão da Polícia Militar, o 8º Grupamento do Corpo de Bombeiros Militar e a rodovia AL-145. Soma-se a estes equipamentos o Pólo-Industrial (Polo de confecções Carlos Lyra) que conferem a cidade esse destaque na rede de relações urbanas, sinalizados na figura por Silva (2022). Acrescenta-se sobre o Pólo-Industrial inaugurado em 2014, vindo a funcionar somente a partir de 2019, que apesar de levar o nome do industrial Carlos Lyra, homenagem feita devido ao centenário da Fábrica da Pedra à época, que em tese seria a sua principal fornecedora de matéria-prima, este não pertence ao Grupo Lyra. Para mais, os equipamentos listados encontram-se localizados nas proximidades do campus da UFAL, que foram instalados

ou dinamizados argumenta Silva (2022, p. 84) “a partir do desenvolvimento deste centro universitário, fato que proporciona se considerar este como um extensor urbano, ou um evento que causa expansão urbana”. Sobre a intensificação de fluxos para a cidade, verifica-se que a duplicação da AL 145 favorece ainda mais Delmiro Gouveia, ver (figura 20).

Figura 20 – Entroncamento das estradas AL 145 e BR 423 em (2021)



Fonte: Silva (2021).

Com a confluência entre as estradas AL 145 e a BR 443, tem-se um maior direcionamento de fluxos para a cidade de Delmiro Gouveia. Na concepção de Silva, a duplicação da AL 145 viabiliza a frequência e a intensidade destes fluxos para a cidade, uma vez que, esta rodovia é a responsável pela conexão entre Delmiro Gouveia e os demais “espaços do Alto Sertão de Alagoas – Pariconha, Água Branca, Inhapi, Canapi – e dos estados de Pernambuco e Bahia. Na altura do povoado Maria Bode, no município de Água Branca, a AL 145 se encontra com a BR 423” (Silva, 2022, p. 85). Formando assim, o que o autor chama de “sistema de engenharia” que torna possível que diferentes fluxos sejam conduzidos para a cidade pela variedade de suas atividades econômicas e oferecimento de serviços

públicos, como exemplo, o atendimento em saúde, o Hospital Regional do Alto Sertão, é mais um equipamento intensificador deste fluxo, mediante a conexão destas vias.

Através do exposto, fica entendido que Delmiro Gouveia, apesar do fechamento da Fábrica da Pedra, segue pertencendo a um nível hierárquico de influência importante. Sua relevância na rede urbana alagoana, como apontando, deve-se ao desempenho de suas funcionalidades urbanas, que a particulariza no contexto regional. Compreende-se assim, que o destaque conferido à cidade, deve-se as funções que esta desenvolve dentro da hierarquia urbana. A concentração de atividades econômicas e a presença dos equipamentos públicos mencionados permitem que a cidade reúna e oferte os mais variados serviços. Nessa perspectiva, esse é o referencial de Delmiro Gouveia, em relação as cidades sob sua influência no atual cenário. Desse modo, considerou-se ser válido realizar essa abordagem sobre os aspectos que evidenciam o grau de sua influência, com base no estabelecimento de suas relações com as demais cidades de seu entorno. Uma vez que, esta é uma análise que contribui para a apreensão de sua dinâmica urbana e econômica pós fábrica.

Refletindo com Santos (2006, p. 171) que “a geografia dos fluxos depende da geografia dos fixos”, assinala-se que os fluxos enquanto resultado (conteúdo) dos fixos, representam os movimentos, as trocas, e as relações que impulsionam e dão sentidos aos objetos fixos. A partir deste autor, verifica-se que a fixação dos elementos fixos em determinado lugar, permitem ações modificadoras no próprio lugar. Pois que, os fluxos novos ou renovados, de acordo com seu entendimento, são responsáveis por recriarem as condições que redefinem cada lugar. Dito isso, com relação ao processo histórico de reprodução do espaço da cidade em análise, nota-se que o fechamento da Fábrica da Pedra, além de impactar diretamente os/as ex-trabalhadores/as com a extinção imediata dos postos de trabalho, como se verá a seguir nesta seção, repercutiu também sobre sua dinâmica urbana, sobretudo, pela forte relação da cidade com a fábrica, do ponto de vista de suas funcionalidades urbanas. Logo, os efeitos pós fábrica, de certo modo refletiram sobre toda uma atividade logística, cujo funcionamento viabilizava a movimentação de transportes de mercadorias e de serviços em seu entorno. Em razão disso, é que se julgou pertinente entender de que forma Delmiro Gouveia se apresenta na atualidade dentro dessa hierarquia urbana, enfatizando-se ainda, que outras atividades comerciais na cidade, à época do funcionamento da fábrica, se beneficiavam do fluxo desse movimento viabilizado pela indústria têxtil local.

Com esse entendimento, avalia-se que a posição de Delmiro Gouveia dentro dessa hierarquia viabiliza a continuidade dos fluxos que são direcionados para a cidade. Visto que, a incorporação dos novos objetos no decorrer do tempo intensifica suas funções urbanas,

aumentando o alcance de sua influência. Acrescenta-se, que a compreensão sobre Delmiro Gouveia supõe a identificação das transformações que a cidade tenha passado e/ou esteja passando. Porém, enfatiza-se que essa assimilação sobre a cidade não deve limitar-se a apreensão de suas formas materiais. Isto é, existem também outras maneiras de se estabelecer hierarquias, ou seja, as hierarquias não se realizam apenas por meio dos objetos técnicos, resumindo-se a relação fixos – fluxos que intensificam as funções desempenhas por determinada cidade. Assim sendo, a hierarquia pode ser analisada a partir do estabelecimento das relações sociais em sociedade, compreendendo seus aspectos econômico, político e cultural, igualmente importantes para a análise socioespacial de determinada cidade. Posto isto, examina-se que a continuidade dos fluxos direcionados para a cidade pós fábrica, obviamente contribui para que haja uma movimentação do comércio local, tendo em vista, seu enfraquecimento após a implementação do complexo Shopping da Vila. No entanto, quando se analisa a situação sob a perspectiva das pessoas atingidas pelo fechamento da fábrica, em relação a geração de emprego, bem como, pelo que a fábrica representava para cidade, e para população local, o que permanece é que os efeitos pós encerramento da Fábrica da Pedra foram negativos, mesmo confirmando-se a continuidade de fluxos para a cidade, conforme visto.

3.2 Delmiro Gouveia pós Fábrica da Pedra: a história pela ótica de ex-trabalhadores/as e população local

Para entender a cidade na atualidade, faz-se necessário apreender quais processos dão conformação a complexidade de sua organização. Orientando-se por essa premissa, verificou-se ser importante analisar Delmiro Gouveia pós fechamento da fábrica, a partir da perspectiva dos sujeitos entrevistados, cujos relatos indicam o que é Delmiro Gouveia na atualidade, a partir de suas percepções e relações com a cidade, e com a antiga Fábrica da Pedra.

Dito isso, lê-se com Abreu (2018) que o estudo sobre a memória histórica das cidades não se limita a recuperação de formas materiais herdadas de outros tempos. A concepção defendida baseia-se na compreensão deste, de que a cidade é uma das “aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si, umas dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço” (Abreu, 2018, p.28). Essa afirmativa encontra respaldo na ideia defendida pelo autor de que uma memória seja ela individual e/ou coletiva, estas só se estruturam plenamente quando fundamentadas

conjuntamente no tempo e no espaço.

Nesse seguimento, vê-se que muito se fala hoje em memória urbana, mas o que se quer denominar com esse termo é, “invariavelmente, o passado de uma determinada cidade. Seria mais correto, neste sentido, falar de memória da cidade, mas isto também seria enganoso, pois a cidade não pode lembrar-se de nada” (Abreu, 2018, p.31). A propósito, como o mesmo defende, quem lembra são as pessoas que vivem ou ainda que um dia viveram em determinada cidade.

Valendo-se da explicação de Abreu, e refletindo sobre a cidade, enquanto objeto de estudo desta pesquisa, que como visto, torna-se memória a partir das lembranças das pessoas, enquanto resultado de suas ações em determinado tempo e sobre determinado espaço, não se poderia ignorar os relatos sobre o cotidiano experienciado pelos moradores/as locais e os/as ex-trabalhadores/as da antiga Fábrica da Pedra em Delmiro Gouveia. Reforçando-se assim, que a análise do conteúdo das falas reproduzidas representa a importância das práticas desses sujeitos no tocante às formas de apropriação do espaço, tendo em vista “a pluralização das esferas da vida”, pontuada por (Flick, 2009, p. 20) ao tratar da particular relevância da pesquisa qualitativa ao estudo das relações sociais.

Além de se procurar entender os rebatimentos socioespaciais sobre a cidade pós fábrica, intentou-se também, verificar de que modo esse acontecimento repercutiu sobre a vida dos/as ex-trabalhadores/as, atingidos diretamente, bem como, na da população local, notabilizando o que era Delmiro Gouveia durante a fábrica, e após seu fechamento. Quanto aos impactos pós fechamento da fábrica o se que observa é que esses se deram de forma diferente sobre as pessoas entrevistadas. As pessoas que responderam que foram impactadas pelo fechamento, foram as pessoas que se encontravam exercendo seus cargos na fábrica à época de seu fechamento em 2017, que refletiu de modo peculiar e mais direto sobre a vida desse operariado que integrava o conjunto de trabalhadores/as empregados/as pela Fábrica da Pedra. De acordo com o relatado pelo ex-trabalhador E.W.S (31anos, 2024):

Todos da minha família tinha trabalhado na fábrica. Era uma satisfação por que era dali que saia meu sustento, o emprego na fábrica representava alegria pois seria meu primeiro emprego de carteira assinada e o salário era bom para aquele ano. Trabalhava como ajudante de tecelão 6 horas por dia, então assoprava as máquinas e tinha que colocar elas pra rodar. Sim, tinha a diferença de salários, por conta dos cargos. Então como eu trabalhava de ajudante, o tecelão ganhava um pouco mais que o ajudante, (o setor) era composto de ajudantes assim, como eu, de tecelão e os encarregados. Sim, todos os meus direitos foram pagos. O fechamento repercutiu de forma ruim por que dali saia meu sustento e da minha família no tempo (grifo nosso).

O entrevistado trabalhou na fábrica entre os anos de 2014 e 2016, é morador da cidade, e inclusive viveu durante muitos anos, desde sua infância nas proximidades da fábrica, na chamada Vila operária, na rua José de Alencar, onde seus familiares ainda residem. No seu relato nota-se a importância do trabalho exercido na industrial têxtil, sobretudo, porque a renda adquirida com seu trabalho era a fonte de seu sustento e de sua família também. Algo a ser considerado também, avaliando que o encerramento das atividades da fábrica na cidade manifestou-se de modo diferente na vida dos delmirenses, sejam eles/as ex-trabalhadores/as ou apenas moradores/as. É o fato de que o impacto sentido, pode ser verificado também nas falas daquelas pessoas cujos familiares trabalharam na fábrica, ou seja, que de certo modo tinham uma ligação também com a fábrica, mesmo que indiretamente. Como observa-se na fala de R.G.S (34 anos, 2024):

Meu pai trabalhou na fábrica, ele era mecânico II. (a família dependia dessa renda?) sim, ele era a única pessoa que trabalhava, hoje ele trabalha em outra fábrica de linhas, mas em Minas Gerais. (O fechamento da fábrica repercutiu em sua vida?) sim, uma vez que mudou toda dinâmica da família, fazendo com que meu pai, que não tinha ensino médio completo, tivesse que buscar emprego em outros estados.

Nascido em Paulo Afonso/BA, o entrevistado cresceu na cidade de Delmiro, onde vive atualmente. Como visto, o fechamento refletiu de forma negativa na vida das pessoas que tinham uma ligação direta/indireta com a fábrica. No caso em tela, o entrevistado ressalta a importância do salário do pai, que era o único da família na época empregado, cuja renda era crucial para a sobrevivência da família. Além disso, tem o impacto destacado em relação à dinâmica da família, fato que não pode ser ignorado, pois ilustra a situação de muitos dos ex-trabalhadores da antiga fábrica que tiveram que se deslocar para outros estados em busca de trabalho, o chamado “trecho”, como se vê no caso em análise, o pai do entrevistado trabalha em outra indústria têxtil em Minas Gerais. Outra situação que pode ser analisada, é a citada por I.R.S (42 anos, 2024):

Lembro de muitas pessoas trabalhando; lembro que ela representava pra algumas pessoas possibilidades de emprego e lembro também de comentários sobre más condições de trabalho. Embora a fábrica se encontrasse em um momento de declínio, o seu fechamento ocasionou a perda de postos de trabalho para centenas de trabalhadores e trabalhadoras, impactante diretamente (negativamente) no comércio local e levando indivíduos e famílias a procurar emprego e moradia em outros lugares.

Embora tenha informado que não sofreu um impacto direto em sua vida, o depoente que também já teve familiar que trabalhou na fábrica reconhece que o impacto gerado pelo

fechamento foi negativo, não só para as pessoas que trabalhavam nesta, como também na população local, incluindo-se aquelas pessoas que trabalhavam no comércio. Mesmo não apontando detalhes, na fala do depoente tem-se o informe sobre as más condições de trabalho. Sobre esse assunto, o ex-presidente da fábrica, ao explicar sobre algumas ações que foram movidas contra a empresa, J.G.L (45 anos, 2020) afirma:

Quanto aos direitos trabalhistas desse pessoal, né? quando eles estavam ativos, né? em função de jornada de trabalho ser irregular, né? essa situação aí realmente posso dizer assim acontecer há décadas, antes da minha gestão do sindicato. Então, gerou um... acúmulo muito grande de horas retroativa excedente à sexta hora que a empresa não reconhecia o turno, aquele turno que o trabalhador pegava de meia-noite, saía de 6 da manhã e retornava no mesmo dia, as 18:00 à meia-noite. A empresa não reconhecia como hora extra, mas...na CLT o turno de revezamento e até no próprio acordo coletivo, havia explicitamente, ali registrado que ali caracterizava-se um excedente de horas extras [...] Algum caso ou outro também que aparecia de desvio de função, estava sempre atento... Sim, essa ação, ela está representando todos os trabalhadores, homens e mulheres desde que eles tenham trabalhado naqueles setores, né, que através da perícia foi comprovado algum grau de exposição além do limite de tolerância, né? que passa o trabalhador a já ter direito ao ganho do adicional, né? e também passa ter também um benefício na redução para a contagem de tempo para a aposentadoria, por ser considerado um setor, né...especial, o trabalhador, trabalhava ali, exposto [...] no ato de fechamento da fábrica da pedra já encontravam-se todas em trâmite, algumas já sendo acordada, né? por interesse do trabalhador, a única ação que tem ordem coletiva é ação de insalubridade e periculosidade, né? que a empresa recorreu da decisão do Juiz, né? essa ação que deu favorável aos trabalhadores(grifo nosso).

No que tange aos direitos trabalhistas do/as ex-trabalhadores/as da antiga fábrica, observa-se a partir do trecho citado que havia algumas especificidades em relação as ações que foram movidas contra a fábrica. Como bem apresenta o ex-presidente do sindicato, existia essa demanda maior em relação ao recebimento das horas extras, a luta pelo reconhecimento das horas extras trabalhadas, tendo em vista o grande acúmulo no banco de horas, como se lê na fala do mesmo. Com relação a essa situação, o entrevistado acrescenta que na sua gestão entrou “com ação coletiva reclamando esse retroativo de horas extras. Isso aí existiu, pagava-se umas horas extras aí, só que umas horas fajuta, né? a maior parte das horas extras estavam sendo retirada, mas foi resolvido”.

Outra contribuição da fala do ex-presidente tem relação com as pautas reivindicadas no tempo em que esteve à frente do sindicato, notando-se assim, a existência de outras reivindicações além das horas extras, percebível ainda nesse trecho, como é o caso do desvio de função e a exposição relatava do/a trabalhador/a no setor de trabalho. Quanto a isso, o mesmo destaca que foi movida também uma ação coletiva (de insalubridade e periculosidade) contra a empresa que mesmo recorrendo da decisão, a ação foi positiva para os/as trabalhadores/as e legítima, considerando-se a importância da garantia de direitos em um

contexto tão incerto e delicado quanto o de 2017. Para mais, reforça que as “reclamações, reivindicações vindas por parte dos trabalhadores, na maioria das vezes, tratava-se do desvio de função a classificação, né”, explica o ex- presidente, ao comunicar que estes trabalhadores iniciavam na fábrica desempenhando determinadas funções, e depois passavam a exercer outras funções, em um curto espaço de tempo.

Realizando considerações sobre a indústria têxtil, Tavares (2020, p.5) focaliza sobre o cotidiano, as rotinas e condições de trabalho no passado da Fábrica Carmen, em Fernão Velho na cidade de Maceió/AL entre os anos de 1940 e 1960, assinalando que:

[...] Operários e máquinas urdiam-se em um só corpo produtivo, porém o cotidiano de suas engrenagens nem sempre era harmônico, sem que se eximissem as tensões entre humanos e máquinas, operários e fábrica. Apesar da propaganda empresarial que positivava suas próprias ações e informava uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores quando providos por sua política de assistência patronal, para os operários se configurava uma situação de sustento de si e suas famílias. A produção fabril tornava-se um campo de lutas, seja dos patrões desejosos por maior produtividade e eficiência, seja dos operários na labuta por sua sobrevivência.

Mesmo referindo-se a uma outra fábrica têxtil, como se viu, a observação do autor em relação aos aspectos em torno da experiência fabril, merece atenção, dado que este se propõe a recuperar as “tecituradas operárias⁴⁴, urdindo com fios de memórias, histórias e experiências no mundo fabril do ramo têxtil”, (Tavares,2020, p.3). Da análise feita com o trecho em destaque, considera-se a contribuição do autor de suma importância, particularmente por indicar os diferentes interesses, ou melhor, as posições no espaço da produção fabril. Da qual observa-se sua transformação em campo de lutas, o patrão que almeja produtividade, e a classe trabalhadora que luta pela sobrevivência.

Pontuada a relevância das tecituradas operárias, como defende o autor para a compreensão da realidade operária e conseqüentemente as tramas do mundo fabril, para o caso específico dessa realidade na Fábrica da Pedra, têm-se a fala de M.G.A.C (50 anos, 2020) que relatando memórias do tempo trabalhado nesta indústria, lembra:

⁴⁴De acordo com Tavares (2020, p.3) em: Nas tecituradas do trabalho operário: a produção têxtil e a vida incerta na Fábrica Carmen em Fernão Velho – AL (anos 1940-1960) a palavra “tecitura” na língua portuguesa designa um conjunto de fios que se entrecruzam através de um processo de urdidura. Exige-se, para tanto, a sucessão cadenciada de ações, movimentando toda uma engrenagem entre corpos e máquinas. Seu resultado é uma trama que toma forma de tecido.

Não tinha carteira assinada e eu trabalhava de babá. E trabalhei também de auxiliar de casa, doméstica né? Principalmente babá, eu gostava muito de cuidar de criança, há muito tempo desde jovem, desde de 14 anos e 15 anos aí estudava passava um tempo e depois saía né? Até também já trabalhei em lanchonete nesses serviços de quando a gente não tem estudo, é mãe precisa trabalhar e tem que fazer né? Como é que se diz? Um pouco de tudo! Mãe solteira nesse país, sem estudo, sem marido. Ai minha motivação em ir pra fábrica...eu comecei a ver que lá o salário era melhor.

A entrevistada que trabalhou durante 22 anos e 6 meses na fábrica, ao longo dos anos trabalhados exerceu as funções de passadeira, tecelã, e operadora B. Através de sua fala, observa-se como o trabalho na fábrica foi significativo em sua vida, sobretudo, pela possibilidade do salário melhor, tendo em vista o contexto descrito por ela em relação a sua vida de mãe solo, que não havia trabalhado de carteira assinada antes da fábrica. Nesse sentido, ela enfatiza que o salário que recebia, representava tudo “porque era a única renda que, eu fiquei na casa da minha mãe porque não tinha como pagar um aluguel”, ao lembrar que na época já era mãe de três filhos, e depois nasceu sua quarta criança. Não se nega a importância da fábrica, uma vez que através do emprego, muitas pessoas obtinham sua renda, e garantiam a sobrevivência de suas famílias. Mas o fato é, que a experiência têxtil em Alagoas, como destacou Tavares (2020) anteriormente, reflete também as tensões que marcaram experiências vivenciadas, principalmente a dos/as trabalhadores/as seja por melhores condições salariais, ou nesse caso, como acrescenta M.G.A.C (50 anos, 2020) por condições dignas de trabalho:

Nem porque eu estava grávida eu tinha esse privilégio de demorar no banheiro, de ficar saindo. Vários teares, você fica andando durante 6 horas...10 minutos de café, eles botavam você 10 minutos pra tomar café, num lugar horrível, muito quente e em pé. A gente tomava café em pé, comia um pão com café em pé. E não tinha esse negócio porque eu estava grávida, a cada duas ou três horas vai no banheiro, daqui a uns 15 minutos não. Tinha esse negócio não, tinha que tá ali, se demorasse ainda perguntavam [...] eu tive acidente de trabalho, uma veia minha, mais foi considerado, não bote gelo! Foi me machuquei, porque meu serviço eu tinha que ficar muitas vezes me agachando, e estava com 5 meses eu tinha que trabalhar, tinha que me agachar, né? Aí numa dessas o piso quebrado, eu me machuquei, mas...foi nada não pra ninguém. Sai com o joelho inchado, não foi colocado no “livro de ocorrência, ontem...durante esse tal horário, de tal hora”, aconteceu de tirar uma foto do lugar que me machuquei... né, aí eles viram que eu sair com o joelho meio assim. De tudo que eu estava grávida e eu estava agachada o meu peso tombou pro lado, eu fui pra tudo com o joelho, então meu joelho inchou um pouco. Não teve esse, nunca teve esse cuidado.

A partir da fala da entrevistada, nota-se a regulação do/a trabalhador/a, à medida em que se impõe controle sobre as necessidades mais básicas, priorizando a produtividade da fábrica. Imagine-se então, o descaso em relação a assistência que deveria ser dada a ex-trabalhadora gestante, não só no momento do acidente ocorrido, bem como na garantia do ambiente de trabalho adequado e seguro, tendo em vista a situação relatada. Referente aos

direitos de licença maternidade, pontua “eu tive porque eu fui lá e falei que era meu direito, e que eu sabia que existia essa lei e que eu tinha direito. Então eles me pagaram”, explicando que teve o caso de uma de suas colegas de trabalho que não recebeu o salário- maternidade, como de um direito que deveria ser assegurado e cumprido pela empresa.

Segundo Abreu (2018), a memória é uma categoria biológica/psicológica que diz respeito à capacidade de armazenagem e conservação de informações. Dito isso, não se pretende simplesmente reproduzir o conteúdo das falas nesta pesquisa limitando-se a memória com uma categoria relacionada a tais capacidades. Logo, procura-se seguir o enfoque adotado por este autor, que sugere discutir a memória como um elemento essencial a identidade de determinado lugar. Visto que, “o lugar é a extensão do acontecer solidário, entendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto. O lugar é então o lócus do coletivo, do intersubjetivo”, afirma (Santos, 1994, p.36 apud Abreu, 2018, p. 24). Ao seguir essa lógica, Abreu (2018, p.24) destaca a relevância de se discutir a memória compartilhada, ou seja, a memória coletiva, exemplificando que a memória de um determinado lugar, de uma determinada cidade são memórias coletivas.

Para mais, é válido mencionar que o autor reconhece a importância da memória individual, inclusive porque esta pode contribuir para a recuperação da memória das cidades, dado que, “a partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram” (Abreu, 2018, p. 25). Nesse sentido, mesmo o autor defendendo a exemplo, que os estudos sobre o regaste da memória das cidades necessitem de uma ancoragem objetiva, isso não anula a importância e não impede que esses sejam enriquecidos por uma sequência de lembranças subjetivas.

Observando que mesmo a memória tendo sua dimensão individual, porém, muitos dos seus referentes são sociais, e “permitem que, além da memória individual, que é por definição única, tenhamos também uma memória intersubjetiva, uma memória compartilhada, uma memória coletiva” escreve Abreu (2018, p. 26). Defendendo que a memória coletiva não é um simples agregado de memórias subjetivas, o autor apoia-se nas ideias de Maurice Halbwachs, autor do livro: *A memória Coletiva* (1990), para explicar que a memória coletiva é:

Um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um grupo que transcende o indivíduo [...] enfatiza o carácter familiar, grupal e social da memória. Sem negar importância à memória individual, para ele a capacidade de lembrar é determinada, não pela aderência de um indivíduo a um determinado espaço, mas pela aderência do grupo ao qual ele faz parte aquele espaço: um espaço em que se habitou, um espaço em que se trabalhou, um espaço em que se viveu. Um espaço,

enfim que foi compartilhado por uma outra coletividade por um certo tempo, seja ele a residência familiar, a vizinhança, o bairro, o local de trabalho (Halbwachs, 1990, 80-84, apud Abreu, 2018, p. 26).

A partir da definição de memória no fragmento citado verifica-se a importância da memória seja ela grupal ou social atribuída a determinado lugar, ou seja, a um determinado espaço, uma vez que, como se observa a capacidade de lembrar está associada à vivência das pessoas e suas relações em certos espaços. Isto porque, o que faz que surja uma memória grupal ou social referente a um lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, cooperação ou de conflito. Em conformidade com Abreu, entende-se ainda que essas relações também variam tanto no tempo quanto no espaço. Nesse seguimento, a vivência na cidade, segundo a perspectiva de Abreu (2018) da origem a inúmeras memórias coletivas, podendo inclusive, serem diferentes umas das outras, embora tenham como ponto de ligação a mesma cidade, ou aderência como diz o autor, que acresce o seguinte:

Coexistem então na cidade, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas. Ao eternizarem-se em registro permanentes, essas memórias urbanas não perdem seu carácter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que as produziu. Nem todas as memórias coletivas urbanas conseguiram ser registradas. Muitas perderam-se no tempo, o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos de memórias coletivas que a cidade produziu. E fragmentos muitos especiais, pois estão geralmente ligados as estruturas de poder (Abreu, 2018, p. 28).

Pensando sobre essa questão, vê-se com o autor que muitas memórias urbanas não foram registradas, e quando isso ocorre, muitas dessas memórias se perdem no tempo, caso não tenham ligação com as estruturas de poder. Por essa razão, “os documentos que se encontram nessas instituições, e que são invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de memória urbana, são eles também, expressão de poder”, (Abreu, 2018, p.28). Nesse sentido, de acordo com o pensamento de Abreu, é por meio da recuperação das memórias coletivas que restaram do passado, estejam essas materializadas no espaço ou em documentos, bem como, da atenção e necessidade em se registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual de uma determinada cidade, que se pode resgatar muito do “passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro importante para sua identidade” (Abreu, 2018, p.28-29). Se atentando a essa característica da memória – como relação de poder, e percebida a importância da memória como elemento essencial para a identidade tanto individual, quanto coletiva.

Salienta-se que essa discussão corrobora para o entendimento de que os relatos obtidos com este estudo são mais que necessários por serem histórias de grupos considerados importantes para o entender da cidade em questão. Lembrando que, “a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”, (Le Goff, 1990, p.410). Logo, é reflexo também do poder da sociedade sobre a memória, ou melhor, de grupos que de certo modo determinam o que recordar, excluindo outras interpretações, que podem ser observadas a partir da investigação sobre as próprias instituições de memória, comumente criadas com a finalidade de preservar as lembranças que seus criadores estabeleceram como importantes, no caso da cidade estudada, o (Museu Regional de Delmiro, e o Memorial Delmiro Gouveia) ilustram bem essa situação.

Desse modo, com as falas que se seguem, procura-se identificar ainda se houve outros impactos para além do financeiro sobre os ex-trabalhadores/as e a população, a medida em que se buscou entender como eram as relações de trabalho vivenciadas, quais as lembranças dessas pessoas em relação à antiga fábrica, e opiniões sobre a cidade que vivem e são parte. Referentes aos impactos sentidos, L.M.M (73 anos, 2020) responde:

É quer dizer que o seguinte é esse, quando a fábrica fechou, quer dizer que foi um clamor pra todo mundo, por causa que mesmo a gente não trabalhando, mas a gente sentia pelos outros né, que era ali que a gente tirava o pão...da fábrica. A fábrica era uma mãe pra muita gente, e depois que ela fechou foi muita gente se mudando pra longe que não tinha emprego e vive numa situação ainda muito difícil, foi mesmo, é mesmo quando morre uma pessoa.

A entrevistada exerceu a função de tecelã na fábrica durante 15 anos, embora não estivesse mais trabalhando na fábrica no momento em que esta encerrou as atividades, tinha um neto que estava empregado na empresa. Além da solidariedade aqueles/as que ficaram sem o “meio” pelo qual se ganhava o pão, percebe-se uma relação de afetividade com a fábrica, quando a mesma cita que a fábrica era como uma mãe para muitas pessoas, e mesmo quando esta relaciona o fechamento da fábrica com a morte de uma pessoa. O depoimento a seguir, revela as particularidades desse impacto quando a E.F.O (60 anos, 2020) declara:

Eu sofri um impacto muito grande, não sei como não tive depressão, eu chorava todos os dias “momento de choro”, quando ela fechou, eu fiquei lá 8 meses e vi a destruição, carro entrava, carro saía e lavava materiais e equipamentos, quando vi pais de famílias e jovens sem emprego, pais de família que sabia que não teriam mais condições de conseguir outro emprego, meu esposo trabalhou lá, meu filho estagiou lá, tudo que tenho deve a Fábrica da Pedra, quando falo, é normal de emocionar. Me aposentei graças a Deus, para não precisar depender de ninguém é muito ruim querer alguma coisa e não ter de onde tirar.

É compreensível que houve uma grande comoção em relação ao fechamento da fábrica na cidade. Compreende-se também que o ato de rememorar pode ser doloroso, sobretudo, pelo contexto vivenciado e descrito pela depoente, que lembra com angústia os dias finais da empresa. Além dela que trabalhou durante 30 anos na fábrica, seu companheiro e seu filho tiveram uma ligação com a Fábrica da Pedra, como se verifica na fala. Desse modo, quando a entrevistada diz “tudo que tenho devo a fábrica” e cita seu estado emocional na entrevista, percebe-se como esses impactos transcenderam o financeiro (material) constatando-se inclusive, outras questões, como nesse caso, o lado emocional, somando-se ao financeiro. A entrevistada, relata que durante os 30 anos que trabalhou na fábrica, “eu não ia a reuniões da escola de meus filhos, os horários eram muitos rígidos, só peguei licença maternidade, não faltava nenhum dia durante esses 30 anos. Era difícil conciliar família e trabalho”. Ou seja, uma vida dedicada quase que exclusivamente à fábrica, desta que ao longo desses 30 anos trabalhados exerceu as funções de auxiliar de escritório de topografia, auxiliar de laboratório físico, atuando na análise de materiais (qualidade do algodão) e auxiliar administrativa.

Quanto às lembranças da fábrica durante funcionamento, e da cidade pós fábrica tem-se que “o apito” a famosa sirene da fábrica, como exemplo da demarcação da troca de turnos trabalhados, ao passo que também norteava a população da cidade, enraizando-se mesmo no cotidiano das pessoas, daqueles/as que ajustavam seus relógios mediante o apito da fábrica, que ao ouvirem o barulho reproduzido pela sirene sabiam a que horas determinado apito correspondia, mesmo quando não se portava nenhum relógio de pulso ou qualquer objeto do tipo. Nesse sentido, o morador E.N.L (33 anos, 2024) informa:

Então, a lembrança que eu tenho é mais com relação a movimentação que tinha, né? Tipo sempre que tocava... dava aqueles apitos, né, de 15 minutos, 10, 5 até da hora que começava um intenso fluxo na cidade. Na movimentação, os operários saíam [...] E o apito da fábrica era bem marcante, principalmente quando era festa de outubro e ele apitava por no mínimo de minutos, isso na noite dos operários.

O entrevistado que é morador da cidade desde que nasceu, relata que sua mãe foi trabalhadora da fábrica, e que na época exercia a função de costureira. Em relação às suas lembranças, nota-se a menção ao “apito” da sirene que soava anunciado os horários de troca de turnos na fábrica todos os dias na cidade. A festa ao qual se refere, é a festividade dedicada à Nossa Senhora do Rosário, a padroeira da cidade Delmiro Gouveia, da qual tinha-se a noite de comemoração aos/as operários/as da antiga fábrica.

Dito isso, outra questão observada com a sirene tem relação com “o funcionamento da engrenagem fabril”, lembra-nos (Tavares, 2020, p.16). Ao enfatizar em seu estudo

anteriormente citado, que a sirene como parte desse conjunto além de demarcar a divisão do tempo em turnos, a “zoada” reproduzida durante dia e noite representava a incessante produção.

No caso analisado por esta pesquisa, verificou-se que mesmo no período em que a fábrica parou de funcionar, e por um determinado tempo a sirene ficou suspensa, havia ainda uma expectativa em relação à Fábrica da Pedra, como relata A.M.F (54 anos, 2020) que trabalhou na fábrica um total de 29 anos e 6 meses, “já tinha tirado tudo, desligado, quase tudo né, só que assim a gente ainda ficava naquela esperança de quando ouvia os apitos, que a gente já tinha um costume”, ao explicar que nessa época os apitos antes de serem suspensos com o fechamento definitivo, eram menos frequentes.

Sobre esse assunto, a moradora C. J. V.S (33 anos, 2024) comenta que sua maior lembrança é “em relação ao apito da fábrica, marca registrada da indústria em nossa cidade. Pelo som desse apito toda a população se orientava, ou seja, sabiam as horas do dia”. De fato, o apito da fábrica, o barulho da sirene, ou mesmo o “sinal” como os demais participantes desta pesquisa se referem ao som ecoado, quando tocava indicando a troca de turmas era ouvido por toda cidade. Aliás, ainda é, uma vez que mesmo com o fechamento fábrica, o grupo à frente dos novos empreendimentos manteve o “apito da fábrica” na cidade.

Nesse seguimento, o morador F.E.V.S (29 anos, 2024) afirma que com o fechamento da fábrica “ a cidade perdeu um pouco da sua alma, a história da cidade e a história da fábrica sempre estiveram entrelaçadas, e acho que isso refletiu nessa grande mudança tanto no visual da cidade quanto no seu funcionamento e dinâmica”, ao comentar que o fechamento da fábrica refletiu no fluxo de pessoas na cidade, referindo-se a movimentação de trabalhadores/as nas trocas de turnos, com o toque da sirene que já estava no subconsciente da cidade. Sobre os novos empreendimentos na cidade, o entrevistado avalia que:

Não, não geram a mesma importância, esses empreendimentos são genéricos podem acontecer e estão acontecendo não só nesse ponto da cidade quanto em outros pontos, assim como em outras tantas cidades do estado e do país, mas quantas fábricas estão sendo abertas, gerando emprego e valor para a cidade e economia? O fechamento da Fábrica da Pedra é mais um reflexo da enorme desindustrialização do país, o setor de serviços pode dar a impressão de gerar mais empregos, no entanto, são empregos mais precários e sem direitos trabalhistas, ao contrário dos empregos gerados pela indústria que pagam mais e conferem esses direitos ao trabalhador.

Na avaliação do entrevistado, os novos empreendimentos (complexo do shopping Vila da Pedra, loteamento e demais) que ocupam agora o lugar da fábrica trouxeram outro visual para cidade, no sentido de serem empreendimentos que trazem uma “certa atualidade” para a

cidade. Nas palavras dele “do moderno que contrasta com a fábrica”. Sobre os novos empreendimentos, reforça “esses novos empregos não são compatíveis com os da antiga fábrica em relação a quantidade de pessoas empregadas e qualidade de remuneração”, tendo em vista, as características citadas por este desses novos empreendimentos. Ao finalizar sua fala, refere-se a fábrica como ponto de encontro e referência, “lembro de participar dos atos a favor dos trabalhadores da Fábrica contra o seu fechamento e também pelos direitos trabalhistas desses trabalhadores, lembro de sempre pararmos em frente a fábrica nos atos do dia 1 de maio dia do Trabalhador”, Como visto, além da emblemática sirene, as pessoas guardam em suas memórias outros momentos, e eventos em relação a cidade e a fábrica.

Na observação do morador M.A.M.S (32 anos, 2024) muito da dinâmica da cidade era impactada pela fábrica, como não só a dinâmica, mas também a cultura, pois segundo este “muitos eventos tradicionais existiam por conta da história dos operários da fábrica. Muita gente que trabalhava lá, ia de bicicleta, o que dá pra ver um impacto na mobilidade urbana de alguma forma”, pontuando que com o fim da fábrica muito precisou ser mudado, exigindo-se assim uma nova adaptação, visualizando a representação da fábrica para a história da cidade.

Outra fala que relata a importância dessa identidade operária para a cidade é a do morador U.J.S (48 anos, 2024) que informa “percebo a cidade mais empobrecida, e mais descaracterizada, perdendo cada vez mais a identidade operária de outrora”, ao passo que comenta:

O fechamento da Fábrica da Pedra se deu de forma covarde e traiçoeira. A empresa mandou os operários para casa e os manteve por cerca de um ano pagando salários e prometendo retomar o funcionamento efetivo da empresa a qualquer momento. Num certo dia, os operários foram surpreendidos com a notícia da falência seguida de demissões. Algum tempo depois parte do patrimônio passou a ser vendido (maquinários, terrenos, e prédios, dentre eles a escolinha). Por fim, a empresa acabou mudando de ramo e se transformou em empreendimento meramente comercial com o shopping center e uma imobiliária. Dentre essas consequências negativas pode-se citar o aumento da especulação imobiliária e a centralização do comércio local no shopping prejudicando mais ainda o já enfraquecido comércio tradicional com o aumento dos valores dos aluguéis e uma certa elitização do consumo.

É possível observar o descontentamento dele enquanto morador, e também preocupação à medida que lista as consequências que este compreende serem negativas para cidade, como se vê, que se traduz no que o participante chama de elitização do consumo. Dito isso, este avalia que o fechamento da fábrica foi negativo para a cidade e os delmirenses, pois que, os danos causados à população foram maiores que os prováveis benefícios, como listou, houve um aumento na especulação imobiliária e a centralização de serviços públicos e

comerciais no shopping, o que tem refletido na sua opinião no fluxo de pessoas e de dinheiro. Nessa perspectiva, quando perguntado se na sua opinião os novos empreendimentos conferiam a Delmiro Gouveia a mesma importância econômica que a antiga fábrica da pedra, o mesmo responde “não, transformaram uma indústria que chegou a empregar milhares de pessoas que fortaleciam a economia local e parte da região num empreendimento essencialmente de serviços que já existiam foram apenas centralizados”, lembrando que o depoente U.J.S (48 anos, 2024) foi um dos moradores envolvidos ativamente nas articulações e atos de manifestação em defesa dos/as trabalhadores/as, atuando junto dos públicos de resistências dos/as operários/as e ex-operários/as da Fábrica da Pedra em defesa da manutenção dos empregos.

Nessa mesma linha, o participante G.B.O (29 anos, 2024) morador da cidade desde seus 3 anos de idade, responde que:

O shopping e seus empreendimentos embora também gerem empregos e um espaço de lazer para a população, ao meu ver, são uma tentativa de fazer um impacto parecido com o da fábrica sobre a cidade, embora seja um empreendimento que, para mim, tem um foco que não condiz com a realidade da cidade. Eu não percebi muita mudança na cidade em si após os empreendimentos que substituíram a fábrica. A gente tem o centro da cidade bem ao lado que oferece serviços muito similares e muitas vezes mais acessíveis. Por mais que tenham muitos empreendimentos ali na área do shopping, acho que a importância da estabilidade que uma fábrica traz ainda fazem dela algo mais impactante. Sem falar que a cidade surgiu envolta dela, né? (grifo nosso).

Nas observações feitas pelo entrevistado, que ressalta que seu pai e seus avós foram trabalhadores da antiga fábrica, constata-se mais uma vez o quanto a fábrica foi significativa para cidade, não só pela geração de empregos diretos, contribuindo assim para a economia local. Mas também, porque repercutiu sobre a identidade da cidade, que segundo este se perdeu. Nesse sentido, este reforça “eu não vi o fechamento da fábrica com bons olhos, era uma parte importante da economia da cidade, gerava empregos e representava o meio de vida de muita gente” ao lamentar o fechamento da fábrica, e defender que a empresa resolvesse seus “problemas” em vez de acabar tudo, ou seja, de parar de funcionar definitivamente.

Sobre a relação anunciada da cidade com a fábrica e vice-versa, para a moradora Y.M.S.V (27 anos, 2024) que também é filha de uma ex-trabalhadora da fábrica, o fechamento desta “foi uma grande perda para a história da cidade, já que a indústria de certa forma fundou a cidade”, na sua compreensão. Nesse sentido, nas falas das pessoas entrevistadas observa-se essa forte relação quando estas se referem a relevância da fábrica, relacionando-a a cidade. Nesse sentido, como relembra a moradora F.T.M (34 anos, 2024) “a

cidade toda parecia se mover em torno da fábrica, dependia dela e tinha ela como referência principal da história, economia e identidade da cidade”, ao assinalar que a cidade parecia se orgulhar em comemorar o centenário da fábrica e toda a história que a envolvia.

Ainda sobre essa relação, tem-se a explicação de C.M.F.B (41 anos, 2024) morador da cidade desde seu nascimento e ex-trabalhador da fábrica, que diz o seguinte:

Minha avaliação antes de tudo é que a chegada desse novo empreendimento alterou a identidade cultural e social da comunidade delmireense, levando à perda de características distintivas e ao enfraquecimento do senso de pertencimento. O novo empreendimento não trouxe uma diversidade de serviços para a cidade, apenas ampliou o comércio, o que reduziria a dependência de única fonte de empregos e aumentando a resistência econômica da comunidade. O novo empreendimento não superou ou igualou a oferta de empregos para os moradores locais, deixados pela fábrica, que eram em torno de 500 trabalhadores em atividade, o que a mitigaria os impactos do desemprego causados pelo fechamento da fábrica. Também não tornou os serviços acessíveis a toda a comunidade, aumentando a desigualdade econômica e social, exacerbando as disparidades existentes.

Além de chamar atenção para a alteração da identidade cultural e social da população local, relativo ao pertencimento das pessoas e sua ligação com a cidade, percebe-se na sua fala, que em relação à oferta de empregos os novos empreendimentos não têm o mesmo significado que a fábrica, ou seja, não tem o mesmo potencial que a indústria têxtil. Posto isso, “tampouco o novo empreendimento oferece oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para os moradores locais, programas de treinamento e capacitação, nem oportunidades de avanço na carreira”, afirma o entrevistado, ao referir-se aos impactos negativos dos novos empreendimentos, cuja compreensão é que a ocupação desses novos “espaços vazios” podem desencadear disputas por terras e conflitos entre as diferentes partes interessadas, citando como exemplo, os proprietários de imóveis, desenvolvedores e comunidades locais.

Das questões elencadas na presente fala, sobretudo, do ponto de vista da acessibilidade a esses novos empreendimentos, vê-se uma cidade ainda mais excludente. Pois, como exemplifica C.M.F.B (41 anos, 2024) tais empreendimentos “apenas desafogam um pouco a economia, porém não avança para mudanças sociais significativas”. Desse modo, nesta cidade onde os novos empreendimentos são geralmente propagandeados por chamativas comerciais que a divulgam com mais possibilidades de trabalho, entretenimento, e lazer é a mesma cidade em que vive o morador E.R.S (33 anos, 2024) que relata perceber “a cidade mais pobre, porém, mais consumista e endividada” quando perguntado como este via a cidade depois da chegada desses empreendimentos (shopping center, super mercado, loteamento, etc).

Através do documento do Banco Nordeste do Brasil – BNB (2019, p. 28), que trata das informações socioeconômicas do município de Delmiro Gouveia, observa-se que houve uma redução no número empregos formais entre os anos de 2016 e 2017. Com relação ao número de vínculos empregatícios, as informações dispostas revelam que estes decresceram de 4.040 em 2016 para 3.941 em 2017, notabilizando-se assim, uma redução de 99 vínculos empregatícios de 2016 para 2017. Levando em conta, que esses foram anos decisivos em relação ao funcionamento da Fábrica da Pedra nesta cidade, pela crise anunciada já em 2016 seguida das demissões, e conseqüentemente pelo seu fechamento total em 2017. Considera-se que essa redução no número de vínculos empregatícios, pode ser interpretado como um dos efeitos imediatos desse contexto vivenciado pela cidade.

Com relação ao número de demissões e contratações entre os anos de 2016 e 2017, lê-se de acordo com a matéria veiculada pela página (Correio Notícias, 2017), que o município de Delmiro Gouveia, no Sertão de Alagoas, registrou mais demissões do que contratações nos primeiros seis meses de 2017, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho (MTB). Nesse sentido, a matéria destaca ainda que:

De janeiro a junho deste ano, foram 233 admissões para empregos formais. No mesmo período, ocorreram 782 desligamentos. Dessa forma, segundo o Caged, o saldo negativo é de 20,91%. Já nos últimos 12 meses, ou seja, de julho de 2016 a junho de 2017, o saldo negativo chega a 27,13%. Nesse período, ocorreram 440 admissões e 1.213 desligamentos. Contribuiu para essa situação o fechamento da Fábrica da Pedra e a demissão dos trabalhadores da unidade⁴⁵.

Diferente do que se observou a partir das informações socioeconômicas sobre o município nos 2016 e 2017, através do BNB (2019), a matéria que toma como referência dados emitidos pelo cadastro geral de empregados e desempregados e do Ministério do Trabalho, demonstra que no primeiro semestre de 2017, em Delmiro Gouveia, o número de demissões foi superior ao de contratações, constatando-se que houve 782 desligamentos, e apenas 233 admissões para vínculos de empregos formais. Como visto, essa situação se intensifica, observando-se que o saldo negativo cresce entre os meses de julho de 2016 e junho de 2017, momento em que, como anuncia a matéria tem-se mais uma vez, o número de demissões sendo superior ao de admissões, com o número de 440 admissões e 1.213 desligamentos.

⁴⁵ Fonte: Cidades – página: Correio Notícias (2017) disponível em: <https://correionoticia.com.br/noticia/cidades/delmiro-gouveia-teve-mais-demissoes-do-que-contratacoes-no-primeiro-semester-aponta-caged/31/17402> . Acesso: em 04 de julho de 2024.

Sendo assim, as informações presentes na matéria, sustentam a ideia de que um dos fatores que contribuiu para essa realidade foi o fechamento da Fábrica da Pedra, dado que, exatamente no ano de 2017, a indústria têxtil demitiu 402⁴⁶ de seus funcionários.

Tendo em vista, a dificuldade em encontrar informações mais precisas sobre os impactos pós fechamento da Fábrica da Pedra na cidade, nos anos subsequentes a 2017, tentou-se a partir das informações recolhidas analisar os possíveis efeitos ocasionados pelo fim desta unidade fabril em Delmiro Gouveia. Para mais, sobre o índice de mobilidade no ano de 2024, que indica a movimentação de trabalhadores/as com base na diferença entre admissões e desligamentos por setor econômico na cidade, observa-se por meio das informações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – (SEBRAE, 2024)⁴⁷, que o saldo de movimentação total de acordo com o setor econômico relativo a todos os meses de 2024, foi de 188.

Desse total, verifica-se que o setor com maior saldo de movimentação foi o de comércio, com (237 admissões, 153 desligamentos, com saldo de movimentação de 84). Quanto aos outros setores com menor saldo de movimentação, tem-se agricultura: (7 admissões, 6 desligamentos, saldo movimentação 1), indústria: (170 admissões, 101 desligamentos, saldo movimentação 69) e serviços (173 admissões, 103 desligamentos, saldo movimentação 34). Comparado aos outros setores, o setor de comércio representa um maior número de admissões no ano de 2024, mas também, lidera em relação ao número de desligamentos. Dito isso, numa análise pós fábrica, pode-se entender que um dos setores mais dinâmicos na cidade é o de comércio, talvez pela sua complexidade, uma vez que, nesse mesmo cenário tem-se a atuação do complexo shopping da vila na cidade, na disputa pelo comércio local. Além disso, como visto, em nenhum dos setores houve admissões sem um número significativo de desligamentos.

⁴⁶ Fonte: Cidades – Página: Correio Notícias (2017) disponível em : <https://correionoticia.com.br/noticia/cidades/presidente-do-sindicato-anuncia-demissao-em-massa-de-funcionarios-da-fabrica-da-pedra/31/16003>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

⁴⁷ Fonte: SEBRAE: Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/al-delmiro-gouveia#bespoke-title-28> . Acesso em: 04 de julho de 2024.

Dito isso, mesmo observando a partir do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2022) que houve uma melhoria no rendimento mensal para os/as trabalhadores/as formais no município de Delmiro Gouveia, cuja renda em de 2010 (com a fábrica em funcionamento) era de até $\frac{1}{2}$ salários mínimos, passando a ser em 2022, de $\frac{1}{8}$ ⁴⁸ salários mínimos, constata-se através das informações levantadas com o SEBRAE (2024), que a movimentação de trabalhadores/as com base na diferença entre admissões e desligamentos por setor econômico na cidade, pode ser um indicativo da situação de instabilidade em relação ao mercado de trabalho a qual está exposta a classe trabalhadora delmireNSE, com a hipótese de que esse cenário tenha se agravado nos últimos seis anos com o fechamento da Fábrica da Pedra. Tendo em vista, que a classe trabalhadora delmireNSE é composta também por trabalhadores e trabalhadoras informais, que sobrevivem basicamente do comércio local.

Por fim, com a finalidade de se fazer valer a participação de todas as pessoas entrevistadas, cuja participação foi crucial para a realização desta pesquisa, tendo em vista a importância de suas falas para entendimento dos impactos pós fábrica para a cidade, e população local, buscou-se realizar uma síntese, na tentativa de demonstrar quantitativamente e qualitativamente, um panorama relativo às entrevistas, tendo em vista não só a quantidade de participantes, que foram o total de 51 pessoas, mas também, dado a extensão dos arquivos com o conteúdo analisado. Dito isso, e levando em consideração que “sem a recuperação da produção material das sociedades do passado, não é possível resgatar as âncoras espaciais que deram suporte à constituição das memórias coletivas, das memórias da cidade”, como afirma (Abreu, 2018, p. 35). E assinalando, em conformidade com o autor citado, que a contribuição da Geografia não pode ser restringida à recuperação das formas morfológicas, é que se reforça a importância da sistematização destas falas, dado que, se defende nesse estudo, a necessidade de uma ciência geográfica cuja discussão alinhe as formas materiais historicamente constituídas aos indivíduos, que as compuseram.

Desse modo, percebe-se que a cidade e sua população sentiram os impactos pós fábrica. Logo, é inegável a importância da Fábrica da Pedra para os/as ex-trabalhadores/as sobretudo, no que diz respeito à geração de renda para estes, e funcionamento do comércio local, pois o funcionamento da fábrica em Delmiro Gouveia garantia o emprego de grande parte da população local, o que contribuía para a circulação de dinheiro no comércio local também, pois, com o fechamento da Fábrica da Pedra, várias famílias ficaram sem sua renda principal.

⁴⁸ Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/delmiro-gouveia/panorama>. Acesso em: 12 de junho de 2024.

Assim sendo, na verificação dos impactos pós fábrica, com base na avaliação das pessoas entrevistadas, incluindo as falas que não foram citadas de forma direta, tem-se que, os impactos transcendem o espaço da fábrica enquanto lugar do trabalho, não se resumindo ao (financeiro/material) no qual verifica-se que, relativo ao arquivo de entrevistas consultado em (2020), ao qual a autora da presente pesquisa integrou o grupo de pesquisa, e de campo na função de pesquisadora colaboradora do total de 23 ex- trabalhadores/as, 9 pessoas alegaram ter sofrido emocionalmente, e do total das 28 pessoas que foram entrevistadas em 2024, tem-se que, 15 destas alegaram não sofrer diretamente com o fechamento da indústria na cidade, com a ressalva de que indiretamente sim, devido aos pais, demais familiares, e amigos que trabalharam, ou trabalhavam na antiga fábrica à época do seu fechamento, como também, as 13 pessoas que responderam sentir o impacto pós fábrica por ser única fonte de renda para a família, e manutenção pessoal, e identidade com a cidade. Uma vez que, dessas 28 pessoas entrevistadas, 15 alegaram que suas lembranças em relação à fábrica, remetem ao apito da fábrica, e outras 4 relacionam a passeios recreativos junto das turmas de escolas, e 9 pessoas rememoram suas lembranças com a dinâmica da cidade, em relação ao fluxo de pessoas no centro desta. Em suma, destaca-se que referente ao total de 51 pessoas entrevistadas, a relação cidade e fábrica é compreendida, não só pelos aspectos apresentados, mas também pela relação afetiva da população com a fábrica, em razão da sua importância para a cidade.

Observa-se que o significado da Fábrica da Pedra, para a população local, e sobretudo, para os/as ex-trabalhadores/as não se resume apenas ao econômico. Nesse sentido, seu fechamento representou um vazio na vida dos/as ex-operários/as, bem como, na dos/as delmirenses. Acrescenta-se, que uma ponderação a ser feita em relação à Fábrica da Pedra, é que sua atuação ao longo de seu funcionamento no espaço que compreende a cidade de Delmiro Gouveia foi marcada por fortes relações de poder, e isso não se deve deixar cair no esquecimento. Uma vez que, o poder exercido por ela nesta cidade ainda permanece, (através dos novos empreendimentos) geridos pelo Grupo Lyra que esteve na sua direção de 1992 a 2017, no mesmo local onde funcionou a indústria têxtil. Importa também registrar, que algo presente na atuação da Fábrica da Pedra, é que o trabalho nesta foi altamente explorador, implicando a completa submissão dos/as ex-trabalhadores/as à fábrica, e esse fato não diz respeito apenas ao contexto analisado com o pós fechamento, mas sim, a toda trajetória da fábrica, desde sua implantação, que vale dizer, deve ser analisado em diferentes contextos de sua atuação, como se tentou fazer nesta pesquisa, ao passo, em que se buscava entender a cidade em constituição histórica, e as relações sob as quais esta se edificou no decorrer de sua formação socioespacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do espaço que compreende a cidade de Delmiro Gouveia AL tem suas bases na estrutura fundiária, traço da herança colonial na formação socioespacial brasileira. É impossível realizar um estudo sobre a formação socioespacial desta cidade, sem levar em consideração sua constituição a partir da realização material e social dos processos que se deram sobre o Povoado Pedra, núcleo resultante do povoamento de Água Branca, mediante o sistema das sesmarias. Para entender Delmiro Gouveia na atualidade, exige-se atenção em relação aos processos que inicialmente impulsionaram sua gênese: os objetos técnicos determinantes de sua estruturação urbana – A estação de Pedra, da Estrada de Ferro Paulo Afonso, a Usina Hidrelétrica de Angiquinho, e a Fábrica da Pedra, cruciais ao entendimento de sua organização espacial. As interferências sobre o espaço que corresponde, nos dias atuais, à cidade de Delmiro Gouveia se inscrevem no cenário de exploração do sertão alagoano e nordestino, tendo em vista a subordinação ao capital no processo de desenvolvimento histórico da economia brasileira – externamente e internamente.

Os negócios empreendidos desde de Pedra contrastam com a condição que lhe fora atribuída, de lugar “atrasado e inóspito”. Sua localização geográfica foi essencial aos projetos almejados em relação ao seu território. A criação da Usina Hidrelétrica de Angiquinho (1913) pelo Industrial e capitalista Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, para viabilizar o funcionamento da Fábrica da Pedra (1914), parte de seu projeto urbano-industrial neste local, exemplifica a situação. A implantação do projeto ansiado pelo industrial para Pedra expõe que o processo de constituição da cidade que recebe seu nome, esteve historicamente alicerçado em relações de poder que transcendiam o espaço da fábrica. Ao coronel Delmiro tudo pertencia, a fábrica, a vila operária e toda a Pedra. Diferente de Pernambuco, Alagoas foi “a terra prometida”. Apoio político, amplas concessões para implantação de seus projetos, proteção em relação as inimizades acumuladas na sua trajetória. Não faltou nada que o Governo Estadual e os representantes das oligarquias locais não pudessem fazer para ajudar o coronel na realização de seus feitos, sobretudo, para a implantação da sua indústria têxtil.

Importa salientar que das interferências do funcionamento da fábrica sobre Pedra, compreende-se que esta foi edificada sobre relações que revelam que a cooptação, via oferta de moradias para empregados e suas famílias, foi um hábito relacionado ao monopólio da terra pelos coronéis donos de fazendas e de indústrias, como era o caso de Delmiro Gouveia, notabilizando assim, relações fundamentadas no sistema de coronelismo e latifúndio. O coronel Delmiro Gouveia representava o exemplo de ascensão na estrutura coronelista

alagoana, por meio da aquisição de bens de fortuna no comércio, transpondo-se para a indústria. Durante os anos em que esteve funcionando a Fábrica da Pedra passou pelas mãos de diversos grupos, desde a morte de seu fundador em 1917 até o ano de seu fechamento em 2017.

Os desdobramentos da antiga Fábrica da Pedra sobre a cidade Delmiro Gouveia são verificados na sua atuação no espaço geográfico delmireense ao longo dos anos, em diferentes conjunturas, desde sua implementação. Nesse sentido, a pesquisa tem como objeto de estudo a cidade Delmiro Gouveia, com a análise do processo de sua formação a partir da atuação da Fábrica da Pedra.

Não se nega a importância da Fábrica da Pedra para a cidade e população local. A indústria têxtil mantinha a cidade mais dinâmica economicamente, era a responsável por empregar grande parte da população delmireense. A Fábrica da Pedra atuou de maneira muito forte sobre a cidade, e conseqüentemente, na vida da população local a partir das relações que envolviam seu funcionamento e das construções que são tidas como extensão e/ou lugares pertencentes ou que um dia pertenceram a Fábrica – Vila Operária da Fábrica, Igreja da Fábrica etc. A intervenção no local onde funcionou a fábrica reforça sua centralidade em relação ao arranjo espacial de Delmiro Gouveia. A localidade onde abrigava a indústria têxtil deu lugar aos novos empreendimentos liderados pelo Grupo Carlos Lyra, donos da antiga fábrica até o encerramento de suas atividades na cidade.

Com novos empreendimentos, a cidade passa por novas interferências em relação a sua dinâmica econômica e espacial. Em suma, os impactos pós fechamento atingiriam principalmente os/as ex-trabalhadores/as da antiga Fábrica da Pedra e população local, tendo em vista, que as relações de poder são mantidas através desse grupo em relação à centralidade do comércio local, através dos negócios geridos no local da antiga fábrica, cuja forma passou por transformações/adequações para o desempenho de novas funcionalidades economicamente mais lucrativas. O fechamento da Fábrica da Pedra, na cidade Delmiro Gouveia, tem relação com a necessidade de descolamento do capital das antigas fábricas para setores economicamente mais dinâmicos e lucrativos, mediante interesses do grupo capitalista atuante na cidade. O contexto de privatizações no Brasil, intensificada na década de 1990, nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, torna-se essencial para a este estudo, observando-se o cenário de saque e desmantelamento ao qual foi posto a CEAL, e sua subordinação aos caprichos dos usineiros, cuja dívida era de R\$ 128,8 milhões em 2012. Nota-se mais uma vez, que o encerramento da fábrica na cidade, que teve como razão aparente o corte de energia, precisa ser visto a partir da perspectiva que analisa a

subordinação da economia alagoana e brasileira ao capital financeiro internacional.

Dito isso, a pesquisa desenvolvida foi estruturada em três seções, na primeira – Formação territorial da cidade Delmiro Gouveia/AL, a discussão trata do processo de constituição da cidade estudada em suas determinações, destacando a relevância das dimensões tempo e espaço para a análise e discussão acerca do processo da Formação Territorial de Delmiro Gouveia, mediante a atuação dos objetos técnicos e reflexão sobre as relações sociais que historicamente marcam a formação desta cidade. Na segunda seção: Configuração espacial da cidade Delmiro Gouveia/AL, o estudo sobre a configuração do espaço da cidade é realizado mediante a interpretação da atuação da indústria têxtil na determinação de sua centralidade em relação ao arranjo espacial desta cidade, e também na verificação dos novos empreendimentos (complexo Shopping da Vila, Loteamento da Vila e etc) que na atualidade funcionam na localidade que antes abrigava a Fábrica da Pedra, à medida em que se analisa também as particularidades da indústria têxtil no interior de Alagoas. Na terceira seção: Delmiro Gouveia: novas configurações espaciais, a análise realizada buscou entender a cidade pós fechamento da fábrica, com a investigação sobre sua influência na rede urbana de Alagoas, e análise de sua dinâmica urbana e econômica. Como também, a partir da história contada pela ótica dos/as ex-trabalhadores/as e população local, observando-se que mesmo a cidade pertencendo a essa hierarquia urbana, com um grau de alcance em relação as demais cidades de seu entorno, os efeitos pós fábrica sobre a cidade, e população local ainda são sentidos, mesmo com continuidade dos fluxos direcionados para a cidade Delmiro Gouveia.

Ademais, registra-se aqui nossa solidariedade às 51 pessoas atingidas pelo fechamento da Fábrica da Pedra, que contribuíram com esta pesquisa, sem a participação dos/das ex-trabalhadores/as e do/as moradores/as nada seria possível, uma vez que, rememorar não é algo fácil, não se resume ao ato de lembrar-se de algo. Considerando que são essas formas não espaciais que dão conteúdo às formas morfológicas, como lembra Abreu (2018). E por isso, é que o conteúdo das entrevistas foi essencial à realização da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L. de.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018. (6ª reimpressão).
- ABREU, Mauricio. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Revista GEOUSP**. São Paulo. 2000.
- ALMEIDA, Ricardo Santos; SOBREIRA, Jucileide Silva. O processo de territorialização do capital e a gênese do município Delmiro Gouveia/AL: da Vila Pedra a expansão urbana. **DIVERSITAS JOURNAL**. Santana do Ipanema/AL. vol 3, n.1, p.51-65, jan./abr. 2018.
- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/10120-producao-industrial-recua-0-7-em-dezembro-e-fecha-2015-em-queda-8-3>. Acesso: 23 de março 2024.
- BNB – Banco Nordeste do Brasil: Informações Socioeconômicas Municipais. Delmiro Gouveia, Alagoas. 2019.
- CASTRO, I. E; COSTA GOMES, P. C; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CAMELO FILHO, José Vieira (Zuza). **A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Tempo, espaço e geografia: um ensaio**. R. Bras. Geogr., Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 285-294, jan./jun. 2019.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2004. (Série Princípios).
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 1995. Disponível em: <https://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Terra Livre – AGB**, São Paulo, p.93-116 n. 10 janeiro- julho 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Rede Urbana: reflexões, hipóteses, e questionamentos sobre um tema negligenciado**. Cidades. v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004.

CORREIA, Telma de Barros. **Delmiro Gouveia**: a construção de um mito. Cad. Est. Soc. Recife, v. 12, n. 1, p. 25-62, jan./jun., 1996.

CORREIA, Telma de Barros. **De vila operária a cidade-companhia**: As aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Recife, n° 4, p. 83-98, 2001.

CORREIA, José Cicero. **Trabalho, seca e capital**: da construção da ferrovia Paulo Afonso à fábrica de linhas da Pedra (1878-1914). 2015, P.14-119. (Instituição de Ciências Humanas, Comunicação e Artes). Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Maceió, 2015.

CORREIA, José Cicero. Fábrica da pedra: Uma indústria “exemplar” no semiárido alagoano entre 1914/1917. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**: conhecimento histórico e diálogo social. 2013, Natal-RN.

COSME, Claudemir Martins. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária**: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FERREIRA, Alexandre Lessa. **Da revolução industrial e suas consequências: um breve Histórico sobre a indústria têxtil no Brasil e em alagoas**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

FÉLIX, Tatiana; NETO, Arthur Bispo dos Santos. **A natureza monopolista da economia Alagoana**. Goiânia-GO: Editora Phillos, 2021.

FÉLIX, Tatiana; NETO, Arthur Bispo dos Santos. **A privatização da Companhia energética de Alagoas (CEAL) no contexto das espoliações na América Latina**. Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, v.14, n.1, p.477-489, abr. 2022.

FINGER, Anna Eliza. **Um século de estradas de ferro – arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957**. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília – UNB, Brasília.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIRMINO, Mônica Maria. **A expansão da Universidade Federal de Alagoas-UFAL no interior nordestino**: o campus do sertão no desenvolvimento do município de Delmiro Gouveia e Região. (Monografia)- Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia, 2018.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações ferroviárias do Brasil**, 1960. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/rfn.htm>. Acesso: 20 de Outubro de 2024.

GOMES, Adalberto. Fábrica da Pedra completa 104 anos de existência nesta terça-feira (05). **Radar 89, captando o que acontece**, 2018. Disponível em: <https://www.radarnoticias.com.br/noticias/fabrica-da-pedra-completa-104-anos-de-existencia-nesta-terca-feira-05>. Acesso: 21 de março de 2024.

GRANJA, Antônio Costa. **Estrada de Ferro Paulo Afonso**: 1991.

IRMÃO, J. S. **Fábrica da Pedra**: 100 anos tecendo o futuro, garantindo a vida, que traz o progresso e a dignidade do seu povo. Delmiro Gouveia: Gráfica Fonte Viva, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/delmiro-gouveia/panorama>. Acesso: 12 de Março de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/delmiro-gouveia/historico>. Acesso: 01 de Julho de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/agua-branca/historico>. Acesso: 01 de Julho de 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Regiões de influência das cidades 2018. Rio de Janeiro, Coordenação de Geografia, IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso: 16 de maio de 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Rio de Janeiro, Coordenação de Geografia, IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso 16 de Maio de 2024.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editora do Brasil. S. A, 1965.

LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. SERGASA - Serviços Gráficos de Alagoas. Maceió: 1992.

LUNA, Mozart. Primeiro shopping do Sertão. **Gazeta de Alagoas**, 2022. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/integracao/346003/confira-os-destaques-do-interior-alagoano-i24032022>. Acesso: 10 de setembro de 2023.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**: os gráficos de Maceió (1895-1905). Maceió: Edufal, 2009.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **O senhor da pedra**: Os usos da memória Delmiro Gouveia (1940-1980). 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MARTINS, F. Magalhães. **Delmiro Gouveia: pioneiro e nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed., 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo, Editora Hucitec, 1994.

MARROQUIM, Adalberto Afonso. **Terras das alagoas**. – Maceió: Poder Legislativo do Estado de Alagoas, 2021.

MAURO, Filho; MANOEL, Veras; FRANCINI, Guedes. (org.) **Comissão Especial de Acompanhamento dos trabalhos da CPI do FINOR**. Fortaleza: INESP, 2001. 217 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Revista Geografares**. Vitória, nº 2, p.105-113, 2001.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. – 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011. (Geografia e Adjacências).

MORAIS, Odilon Máximo. **Organização espacial da indústria nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto**. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro: consequência, 2018.

MUCCINI, Sandra; MALTA, Sérgio. **Período pioneiro da hidrelétrica de Paulo Afonso-BA: uma contribuição à historiografia de base local e regional**. Rios Eletrônica – Revista Científica da FASETE. Ano 1 – nº 1. Agosto/2007.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a Educação na Pedra**. 3ªed. – Maceió: Viva Editora, 2015.

NETO, Arthur Bispo dos Santos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

NETO, Edson Valente Costa; Silva, Paulo Rogério Freitas; Ribeiro, Miguel Angelo Campos. **Estudo de reconfiguração de escala de Delmiro Gouveia, Alagoas: de centro de zona a centro sub-regional**. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, D. A. **Território, Globalização e circuitos da economia urbana: Uma análise à luz de duas cidades do alto sertão alagoano – Delmiro Gouveia e Pariconha.** (Monografia) – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Delmiro Gouveia, 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 46ª reimp. Da 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira; a questão agrária no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Plano Diretor Participativo de Delmiro Gouveia, 2006. Disponível em: < <https://delmirogouveia.al.gov.br/plano-diretor/>>. Acesso em 20 de dez de 2022.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira** (Da Colônia a Primeira República). São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O coronelismo numa interpretação sociológica.** In: O mandonismo local na vida política brasileira. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. Reimp. – São Paulo, Editora: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia.** Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. 6ª ed. – 2. Reimp. – São Paulo, Editora: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SEPLAG – Secretaria de Estado e Planejamento, Gestão e Patrimônio. Perfil Municipal: Delmiro Gouveia, Alagoas. 2018.

SILVA, Clécio Lopes da. **Impactos sociais e econômicos da construção e manutenção da linha férrea Paulo Afonso de 1859 a 1889 na região do baixo e alto do São Francisco.** Artigo monográfico (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia, 2019.

SILVA, Paulo Rogério Freitas de. **Configuração espacial de Alagoas.** Sobral – CE: Sertão Cult, 2021. 234 p.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas e CALHEIROS, Silvana Quintella Cavalcanti. **O Estado de Alagoas no contexto regional nordestino.** Revista Confins [Online], 41, 2019.

SILVA, Bruno Bianchi Gonçalves da. **Indústria têxtil no Nordeste: A experiência de Alagoas e Sergipe.** 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curso de Geografia. Maceió, 2019.

SILVA, B.B. G; CORRÊA, D. S. **Delmiro Gouveia: um empresário schumpeteriano e seu legado na organização espacial do sertão alagoano.** Geosul, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 199-212, set./dez. 2017.

SILVA, Jota. Fábrica da Pedra completa 2 meses fechada e quase 600 funcionários temem ser demitidos. **Correio Notícia**, 2016. Disponível em: <https://correionoticia.com.br/noticia/cidades/fabrica-da-pedra-completa-2-meses-fechada-e-quase-600-funcionarios-temem-ser-demitidos/31/14231>. Acesso: 21 de março de 2024.

SILVA, Clevison José; Medeiros, Diego Antonio; Carvalho, Antonio Alfredo Teles. **Uso do território e atividade industrial: zonas de densidade e rarefação no estado de Alagoas.** Ciência Geográfica, Bauru. Vol. XXVI - (2): Janeiro/Dezembro, 2022.

SILVA, Regís Lima. **Feira e Fluxos: a dinâmica urbana e regional de Delmiro Gouveia (AL) no atual estágio da globalização.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. GEOCERES – Programa de Pós- Graduação em Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES). Caicó, 2022.

SOUZA, Carla Janine Vieira. **Transferir para modernizar: os feirantes e as relações capitalistas no alto sertão de alagoas – Delmiro Gouveia (1980-1990).** Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2017.

STEDELI, João Pedro. (org). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960- 1980.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TAVARES, Marcelo Góes. **Territórios fabris no ramo têxtil em Alagoas e fisiografias urbanas em Maceió (1857-1943): histórias e representações.** Confins, n° 40, p. 1-16, 2019.

TAVARES, Marcelo Góes. **Nas tecituras do trabalho operário: a produção têxtil e a vida incerta na Fábrica Carmen em Fernão Velho/AL (anos 1940-1960).** Tempo e argumento, Florianópolis, v.12, n 30. maio/agosto. 2020.

VANNA, MÔNICA P.; SILVA, MARIANA M.; SOUZA, DENISE P. **O desmonte da paisagem fabril têxtil alagoana: a conversão das antigas fábricas “Progresso” e “Pedra” em centros de compra.** 6° Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte/MG, 2023.

WEHLING, Arno; C. M. WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil colonial.** - 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa com ex-trabalhadoras/es da Fábrica da Pedra

Nome:
Idade:
Filhas/os:
Função na fábrica:
Tempo/Período:
Estado Civil:
Data:

Perguntas

1. O que te motivou a buscar emprego na Fábrica da Pedra? No período em que você trabalhou na fábrica quem estava a frente da administração?
2. Como era para você trabalhar na Fábrica da Pedra?
3. O que representava o emprego e o salário da Fábrica da Pedra para sua vida?
4. Como era o trabalho diário na sua função? Poderia descrever?
5. Havia alguma diferença em relação aos salários pagos pela Fábrica, se sim, como era (mudava conforme o que)?
6. Com relação ao setor que você trabalhou, gostaria de saber como era composto (trabalhadores/as da cidade e outras localidades) se sim, quais?
7. Todos os seus direitos trabalhistas eram concedidos pela Fábrica? (Férias, décimo terceiro salário, Licença Maternidade...)
8. De que forma o fechamento da Fábrica repercutiu sobre sua vida?
9. Atualmente, você está empregada/o? Se sim, onde (é de carteira assinada)?
10. Com relação a oferta de emprego, como você avalia os novos empreendimentos que estão em funcionamento no antigo espaço que funcionava a Fábrica da Pedra?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa com Moradores/as da cidade Delmiro Gouveia/AL

Nome:

Idade:

Filhas/os:

Estado Civil:

Profissão:

Data:

Perguntas

1. Você nasceu em Delmiro Gouveia? Teve algum familiar que trabalhou na antiga Fábrica da Pedra? Se sim, qual era a função desempenhada?
2. A família dependia dessa renda (atualmente esse familiar trabalha)? Se sim, tem carteira assinada?
3. Qual é a lembrança que você tem da Fábrica da Pedra (algum momento em que ela esteve funcionando)? Pode descrever?
4. O fechamento da Fábrica repercutiu sobre sua vida?
5. Como você avalia o fechamento da Fábrica da Pedra (de que forma o fechamento refletiu sobre a cidade e a população local)?
6. Como você avalia os novos empreendimentos que funcionam no espaço da antiga Fábrica da Pedra?
7. Conhece alguém que trabalha em algum desses empreendimentos? (shopping, super mercado, escola, loja de construção...)
8. Como você percebe a cidade depois desses empreendimentos?
9. Na sua opinião os novos empreendimentos geram algum impacto na economia local ?
10. Na sua opinião os novos empreendimentos conferem a cidade Delmiro Gouveia a mesma importância econômica que antiga Fábrica da Pedra ?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FICHA/REGISTRO: CAMPO DOCUMENTAL

DATA: 24/01/23

IDENTIFICAÇÃO:

DISCENTE: Camila Rodrigues da Cruz

CURSO: Mestrado em Geografia

MATRÍCULA: 202211004366

TÍTULO DA PESQUISA: **Formação e (Re) organização da cidade Delmiro Gouveia/AL: a Fábrica da Pedra entre os anos 1914/2017**

ORIENTADORA: Ana Rocha dos Santos

ÓRGÃO PÚBLICO/ INSTITUIÇÃO: *Museu Regional Delmiro Gouveia.*

Assinatura do (a) concedente



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FICHA/REGISTRO: CAMPO DOCUMENTAL

DATA: 24/05/23

IDENTIFICAÇÃO:

DISCENTE: Camila Rodrigues da Cruz

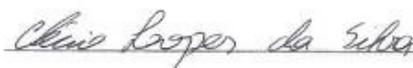
CURSO: Mestrado em Geografia

MATRÍCULA: 202211004366

TÍTULO DA PESQUISA: **Formação e (Re) organização da cidade Delmiro Gouveia/AL: a Fábrica da Pedra entre os anos 1914/2017**

ORIENTADORA: Ana Rocha dos Santos

ÓRGÃO PÚBLICO/ INSTITUIÇÃO: Memorial Delmiro Gouveia



Assinatura do (a) concedente

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO¹

Eu _____, residente na _____.
Profissão: _____. Pelo presente documento declaro que participei de entrevista, no dia _____, no turno da _____, e contatos posteriores no(s) seguinte(s) local(is), datas e turnos: _____. Ciente que estes registros serão fontes de pesquisa do mestrado sobre a Formação Socioespacial da cidade Delmiro Gouveia/AL: a Fábrica da Pedra entre os anos de 1914 e 2017, desenvolvida pela mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe: **Camila Rodrigues da Cruz** (Matrícula:202211004366) sendo fomentada pela Capes. Tem como objetivo analisar o processo de constituição da referida cidade a partir da atuação da Fábrica da Pedra. E, ao compreender o respeito ao participante entrevistado(a) em sua dignidade e autonomia, de forma a assegurar a minha vontade de contribuir com a pesquisa, assino o Termo por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida, fornecendo ao (aos) pesquisador(es) acima citado(as/os) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para divulgar e publicar, **para fins acadêmicos**, a mencionada entrevista e demais registros no todo ou em parte, editados ou não, com ressalva de garantia da integridade e de confidencialidade seu conteúdo e a identificação do autor cedente da entrevista e das imagens, como também de quem efetuou os registros.

Obs.:

Formas de registro efetuadas:

- () Entrevista não gravada em suporte eletrônico, apenas anotadas as respostas às questões abertas e fechadas;
() Entrevista gravada em suporte eletrônico, e também anotadas as respostas às questões abertas e fechadas;
() Registro fotográfico

_____. SE ___ / ___ / _____

Assinatura do(a) Entrevistado(a)

Assinatura do(s) Pesquisador(es)

¹ Resolução nº 510/2016